



Universidades Lusíada

Bandi, André Pedro Simão, 1969-

Relação económica bilateral Angola-Portugal : dinâmicas do relacionamento (2005-2010)

<http://hdl.handle.net/11067/915>

Metadados

Data de Publicação	2014-07-03
Resumo	Angola encontra-se numa fase de estabilidade, reconstrução e desenvolvimento, estando previstas taxas de crescimento económico assinaláveis, o que deixa antever perspectivas favoráveis para o incremento das relações económicas bilaterais em diversos sectores de oportunidades. Portugal, por razões históricas óbvias, tem sido um parceiro privilegiado dos PALOP em particular de Angola. Simultaneamente é também claro o interesse económico, político e cultural que Portugal tem na manutenção de um bo...
Palavras Chave	Angola - Relações económicas externas - Portugal, Portugal - Relações económicas externas - Angola
Tipo	masterThesis
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCHS] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-23T08:26:06Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Mestrado em Relações Internacionais

**Relação económica bilateral Angola-Portugal:
dinâmicas do relacionamento (2005-2010)**

Realizado por:
André Pedro Simão Bandi

Orientado por:
Prof. Doutor José Francisco Lynce Zagalo Pavia

Constituição do Júri:

Presidente: Prof. Doutor Carlos César Lima da Silva Motta
Orientador: Prof. Doutor José Francisco Lynce Zagalo Pavia
Arguente: Prof. Doutor Virgílio José Rapaz

Dissertação aprovada em: 3 de Julho de 2014

Lisboa
2014



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A D E L I S B O A

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Mestrado em Relações Internacionais

**Relação económica bilateral Angola-Portugal:
dinâmicas do relacionamento (2005-2010)**

André Pedro Simão Bandi

Lisboa

Abril 2014



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A D E L I S B O A

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Mestrado em Relações Internacionais

**Relação económica bilateral Angola-Portugal:
dinâmicas do relacionamento (2005-2010)**

André Pedro Simão Bandi

Lisboa

Abril 2014

André Pedro Simão Bandi

Relação económica bilateral Angola-Portugal: dinâmicas do relacionamento (2005-2010)

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Doutor. José Francisco Lynce Zagalo Pavia

Lisboa

Abril 2014

Ficha Técnica

Autor André Pedro Simão Bandi
Orientador Prof. Doutor. José Francisco Lynce Zagalo Pavia
Título Relação económica bilateral Angola-Portugal: dinâmicas do relacionamento (2005-2010)
Local Lisboa
Ano 2014

Mediateca da Universidade Lusíada de Lisboa - Catalogação na Publicação

BANDI, André Pedro Simão, 1969-

Relação económica bilateral Angola-Portugal : dinâmicas do relacionamento (2005-2010) / André Pedro Simão Bandi ; orientado por José Francisco Lynce Zagalo Pavia. - Lisboa : [s.n.], 2014. - Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada de Lisboa.

I - PAVIA, José Francisco Lynce Zagallo, 1967-

LCSH

1. Angola - Relações económicas externas - Portugal
2. Portugal - Relações económicas externas - Angola
3. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Teses
4. Teses - Portugal - Lisboa

1. Angola - Foreign economic relations - Portugal
2. Portugal- Foreign economic relations - Angola
3. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Dissertations
4. Dissertations, Academic - Portugal - Lisbon

LCC

1. HF1614.4.Z4P6 2014

A minha esposa Esmeralda Horácio e aos
meus filhos Anderson, Madalena, Tchaene e
Andreia.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor José Francisco Pavia, pela atenção e apoio durante o processo de definição e orientação da Dissertação.

À Promotoria da Universidade de Belas, na pessoa de S.Exma. Senhor Isaac Pedro e sua esposa Dr^a. Osvalda Pedro, pelo apoio moral e financeiro, contribuindo para o meu crescimento científico e intelectual.

Ao Instituto Nacional de Bolsa de Estudo (INABE), pela concessão da bolsa de mestrado.

A toda minha família e amigos, em especial a minha esposa, pelo tempo que estive ausente e que agora será compensado, sem esquecer aqueles que directa ou indirectamente, contribuíram para que este sonho se tornasse realidade.

APRESENTAÇÃO

Relação económica bilateral Angola/Portugal: dinâmicas do relacionamento (2005-2010)

André Pedro Simão Bandi

Angola encontra-se numa fase de estabilidade, reconstrução e desenvolvimento, estando previstas taxas de crescimento económico assinaláveis, o que deixa antever perspectivas favoráveis para o incremento das relações económicas bilaterais em diversos sectores de oportunidades.

Portugal, por razões históricas óbvias, tem sido um parceiro privilegiado dos PALOP em particular de Angola. Simultaneamente é também claro o interesse económico, político e cultural que Portugal tem na manutenção de um bom relacionamento com Angola.

Por outro lado, para Portugal, que vive um dos momentos mais complicados da sua história económica recente, as relações com os seus principais parceiros são fundamentais.

O objetivo deste estudo é precisamente o de procurar perceber se as relações económicas entre Angola e Portugal têm evoluído?

Neste contexto, iremos analisar no período de 2005-2010, as dinâmicas decorrentes do comércio, dos serviços, do investimento, do turismo e da ajuda pública ao desenvolvimento. Para tal, utilizamos como metodologia, a pesquisa bibliográfica, através da revisão da literatura relativa ao tema.

Com base neste estudo concluímos que, a economia portuguesa desempenha ainda no cenário da economia angolana um papel importante e que as empresas angolanas têm estado a conseguir o seu espaço no mercado português.

Por outro lado, as dinâmicas económicas decorrentes desta cooperação influenciam significativamente no bom relacionamento político dos dois países.

Palavras-chave: Angola, Portugal, Economia, Investimento, Parcerias.

PRESENTATION

Bilateral economic relationship Angola/Portugal: dynamics of the relationship (2005-2010)

André Pedro Simão Bandi

Angola is in a stability, reconstruction and development stage with remarkable economic growth rates which allows us to foresee a growth in bilateral economic relations in different opportunity areas.

Portugal for obvious historical reasons has been a privileged partner with the PALOP in particular with Angola. Simultaneously the economic and political interest of Portugal in maintaining a good relationship with Angola is also obvious.

On the other hand, for Portugal, which is now going through one of the most complex moments in its recent economic history, the relations with their main partners are fundamental.

The objective of this study is precisely to understand if economic relations between Angola and Portugal have evolved.

In this context we shall analyze the period of 2005/2010, the dynamics in commerce, services, investments, tourism and public aid for development. To do so, we will use methodologies and bibliography research through a screening of resources related to the topic.

Based on this study we reach the conclusion that the Portuguese economy still has in the Angolan economy an important role and that Angolan companies have been conquering space in the Portuguese market.

On a different perspective, the economic changes produced by this cooperation largely influence the good political relationship between both countries.

Keywords: Angola, Portugal, Economy, Investment, Partnerships.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Principais Acordos entre Angola/Portugal	41
Tabela 2 - Importância de Angola nos fluxos comerciais de Portugal	77
Tabela 3 - Evolução da balança comercial bilateral	78
Tabela 4 - Exportações por grupos de produtos	80
Tabela 5 - Importações por grupos de produtos.....	81
Tabela 6 - Importância de Angola nos fluxos de serviços com Portugal.....	82
Tabela 7 - Balança de serviços bilateral.....	83
Tabela 8 - Importância de Angola nos fluxos de investimento para Portugal	84
Tabela 9 - Investimento directo de Portugal em Angola	85
Tabela 10 - Investimento directo de Angola em Portugal	86
Tabela 11 - Turismo de Angola em Portugal.....	87
Tabela 12 - Ajuda pública ao desenvolvimento portuguesa para Angola.	89

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AICEP	-	Agência Internacional de Comércio e Exportação Portuguesa
ANIP	-	Agência Nacional de Investimento Privado
BCE	-	Banco Central Europeu
BCGTA	-	Banco Caixa Geral Totta Angola
BCP	-	Banco Comercial Português
BES	-	Banco Espírito Santo
BIG	-	Banco de Investimento Global
BM	-	Banco Mundial
BPA	-	Banco Privado do Atlântico
BPI	-	Banco Português de Investimento
BST	-	Banco Santander Totta
BTA	-	Banco Totta Angola
CCIPA	-	Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Angola
CE	-	Comissão Europeia
CGD	-	Caixa Geral de Depósito
CMI	-	Comissão Mista Intergovernamental
COSEC	-	Companhia de Seguros de Crédito
CPLP	-	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
EDP	-	Energia de Portugal
EUA	-	Estados Unidos da América
FIPA	-	Fundo de Investimento Privado Angolano
FMI	-	Fundo Monetário Internacional
GES	-	Grupo Espírito Santo
IDAE	-	Investimento Directo de Angola no Estrangeiro
IDE	-	Investimento Directo Estrangeiro
IDPE	-	Investimento Directo de Portugal no Estrangeiro
IVA	-	Imposto sobre o Valor Acrescentado
MP	-	Ministério Público
MPLA	-	Movimento Popular de Libertação de Angola
OGE	-	Orçamento Geral do Estado
OMC	-	Organização Mundial do Comércio
ONG	-	Organização Não-Governamental
PAC	-	Programas Anuais de Cooperação
PALOP	-	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PIB	-	Produto Interno Bruto
PIC	-	Programa Indicativo de Cooperação
PME	-	Pequenas e Médias Empresas
PS	-	Partido Socialista
QREN	-	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RAPN	-	Revista Angola Portugal Negócios
RLPIS	-	Revista Lusíadas, Política Internacional e Segurança
RNB	-	Rendimento Nacional Bruto
UE	-	União Europeia
UEM	-	União Económica Monetária
UNITA	-	União Nacional para a Independência Total de Angola

SUMÁRIO

1. Introdução	17
2. Enquadramento teórico	21
2.1. Economia nas relações internacionais.....	21
2.1.1. Interdependência económica.....	22
2.1.2. Globalização económica.....	26
2.1.3. Diplomacia económica.....	29
2.2. Considerações finais do capítulo II	32
3. Acordos de cooperação bilateral Angola – Portugal	35
3.1. Acordos de cooperação bilateral Angola - Portugal	35
3.2. Enquadramento histórico e sua evolução.	36
3.3. Análise dos principais acordos celebrados	39
3.3.1. Acordo geral de cooperação.....	39
3.3.2. Acordo de cooperação económica.....	40
3.3.3. Acordo Comercial	41
3.4. Fundamentos da relação bilateral Luso-Angolana	42
3.5. Considerações finais do capítulo III	45
4. Política económica angolana (2005 – 2010).....	47
4.1. Política económica angolana (2005 – 2010).....	47
4.2. Importância de Portugal na política económica angolana	50
4.3. Internacionalização da economia angolana.....	52
4.3.1. Entrada do capital da Sonangol na Galp.....	56
4.3.2. Internacionalização vs transparência	58
4.4. Considerações finais do capítulo IV.....	60
5. Política económica portuguesa (2005-2010)	61
5.1. Política económica portuguesa (2005 – 2010).....	61
5.2. Importância de Angola na política económica portuguesa	65
5.3. Internacionalização da economia portuguesa.....	67
5.4. Considerações finais do capítulo V.....	72
6. Relações económicas Angola-Portugal (2005-2010).....	75
6.1. Relações económicas Angola-Portugal (2005-2010).....	75
6.2. Dinâmicas decorrentes do comércio.....	76
6.3. Dinâmicas decorrentes dos serviços	81
6.4. Dinâmicas decorrentes do investimento	83
6.5. Dinâmicas decorrentes do turismo	86
6.6. Dinâmicas decorrentes da ajuda pública ao desenvolvimento	87
6.7. Oportunidades e dificuldades no relacionamento	89

6.7.1. Oportunidades no relacionamento	89
6.7.2. Dificuldades no relacionamento	92
6.8. Considerações finais do capítulo VI.....	98
7. Conclusão	101
Referências	105
Bibliografia.....	109
Anexos	113
Anexo A	117
Anexo B	121
Anexo C.....	125

1. INTRODUÇÃO

Angola tem um conjunto de factores que lhe são inerentes e que devem ser tidos em conta: é o quinto maior país da África Subsariana e dispõe de uma vasta e diversificada riqueza em termos de recursos naturais, de potencialidades hidráulicas e hidroeléctricas, a par de condições favoráveis às actividades agrícola, pecuária e silvícola. É ainda o segundo produtor de petróleo dessa região, o quarto produtor mundial de diamantes e um dos países que tem apresentado maiores taxas de crescimento económico a nível mundial.

A economia angolana tem apresentado elevadas taxas de crescimento ao longo dos últimos anos, em resultado, fundamentalmente, do estabelecimento de um clima de paz no país, do bom desempenho dos sectores petrolíferos e não-petrolíferos, impulsionado em simultâneo pela alta dos preços internacionais e pelo aumento da produção, e ainda pela eficácia da estratégia de estabilização económica, posta em prática pelas autoridades angolanas.

As perspectivas de crescimento e o facto de Angola ser o primeiro maior destino das exportações portuguesas fora da União Europeia (U.E) e o quinto maior em termos globais, fazem deste país um mercado prioritário para as empresas portuguesas, proporcionando assim condições, para que a relação bilateral económica entre os dois países tenha uma influência positiva no crescimento da economia angolana.

A crise financeira nos Estados Unidos da América (E.U.A), que teve início na segunda metade de 2007 e que rapidamente se alastrou aos restantes países do mundo, provocou restrições ao financiamento, um aumento do clima de incerteza e um abrandamento das economias a nível global, facto que condicionou o desempenho da economia portuguesa devido a um enquadramento externo particularmente desfavorável.

Portugal, com uma economia pequena e aberta, depende da evolução económica e dos mercados internacionais. Consequentemente é do interesse estratégico de Portugal o reforço das relações com os países de expressão portuguesa, tanto no campo político como também no domínio económico. E no que toca às relações económicas com os países de expressão portuguesa, Angola surge como uma das prioridades para Portugal. Porém, é de realçar que África é já hoje a segunda zona do mundo mais representativa para as exportações portuguesas, depois da U.E,

nomeadamente por causa do peso de Angola. Por outro lado, a internacionalização da economia portuguesa constitui um dos pilares da política externa de Portugal, logo, ela é a expressão positiva desejável e incontornável da sua abertura aos mercados e investidores externos. Assim, internacionalizar a economia portuguesa passou a ser um desígnio nacional crucial para o futuro do país.

A importância deste tema tem a ver principalmente pelo facto de Angola ter alcançado a paz em 2002 e a sua economia ter vindo a registar um constante crescimento económico. Hoje, o país tornou-se num dos destinos mais apetecíveis do mundo, da China à maioria dos países europeus, dos E.U.A ao Japão e ao Brasil, que multiplicam as suas acções neste mercado, numa expressão categórica de confiança no seu desenvolvimento económico.

Portugal, por sua vez, tende a reforçar e estimular a sua imagem positiva como um país propício para a realização de negócios e adequado à captação de investimentos. A diversificação de mercados para além do mercado da U.E, e a diversificação das empresas exportadoras, bem como dos serviços, constituem a base para a reconfiguração da estratégia de internacionalização da economia portuguesa.

Angola e Portugal mantêm uma ligação histórica de mais de cinco séculos, no entanto, a proximidade cultural e linguística tem sido o factor facilitador para que Angola seja o principal destino das exportações portuguesas fora da U.E. Assim, pareceu-nos essencial analisar as dinâmicas económicas decorrentes do relacionamento entre os dois países.

Esta pesquisa tem como objecto de investigação a relação económica bilateral entre Angola e Portugal.

Neste contexto, propusemo-nos investigar se a relação económica bilateral entre Angola e Portugal tem evoluído, com a finalidade de demonstrar que a economia portuguesa desempenha ainda, no cenário da economia angolana, um papel importante e constitui um elemento essencial para o desenvolvimento da mesma; demonstrar que as dinâmicas económicas decorrentes desta cooperação influenciam significativamente no bom relacionamento político dos dois países e, por outro lado, demonstrar que empresas angolanas têm estado a conseguir o seu espaço no mercado português.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, através da revisão da bibliografia relativa ao tema, principalmente, da consulta de documentos, incluindo informações de diversas revistas, relatórios e artigos, e, material impresso de várias instituições. O nosso método inclui, basicamente, avaliações qualitativas e análise de dados estatísticos.

A abordagem utilizada na pesquisa foi o método hipotético-dedutivo. A metodologia abrangeu a seguinte sequência de actividades: consultas a artigos científicos, teses, monografias, livros, revistas e consulta na internet.

Assim, o segundo capítulo procura fazer o enquadramento teórico em relação à questão da economia nas relações internacionais.

Neste capítulo destacaremos a importância da economia nas relações internacionais, fazendo alusão ao facto de que a economia mundial tem atravessado um período de transformações profundas, talvez sem precedentes, em resultado do aparecimento das interdependências económicas, do processo de globalização e da valorização da dimensão económica da diplomacia, pois é hoje ainda mais óbvio que o crescimento económico é decisivo para assegurar a sustentabilidade a prazo dos Estados e das Nações.

Deste modo, abordaremos em primeiro lugar a interdependência económica, em seguida a globalização económica e, por último, a diplomacia económica.

No terceiro capítulo, abordaremos a questão dos acordos de cooperação bilateral entre Angola e Portugal, onde realçaremos a importância dos acordos formais que têm sido estabelecidos entre Angola e Portugal, e o facto de os contactos bilaterais atingirem domínios tão vastos e numerosos, podendo mesmo dizer-se, sem qualquer exagero, que praticamente nenhuma matéria se apresenta como irrelevante. Esta relação bilateral funda-se basicamente nas vantagens da comunicação, resultantes da utilização do mesmo idioma, de uma história partilhada e de um certo número de raízes culturais comuns.

Em primeiro lugar, efectuaremos o enquadramento histórico e sua evolução, em seguida, analisaremos os principais acordos celebrados, depois os fundamentos da relação bilateral luso-angolana.

No quarto e quinto capítulo, analisaremos a política económica de Angola e de Portugal respectivamente. Esta análise será em princípio baseada no facto de Angola ser a mais pujante economia africana, com taxas de crescimento anuais de dois dígitos, ter um sistema financeiro emergente e muito activo e grandes projectos de desenvolvimento. Para a mesma importa também o facto de Portugal ser uma economia periférica da UE, a braços com uma profunda recessão, esmagada por um programa de austeridade e pela falta de crédito.

Em primeiro lugar, efectuaremos uma análise aos aspectos relacionados com a economia recente dos dois países, posteriormente, analisaremos os aspectos relacionados com a importância de Angola e de Portugal na política económica de ambos os países e, seguidamente, os aspectos relacionados com a internacionalização das suas respectivas economias.

Finalmente, no sexto capítulo, estudaremos as relações económicas entre Angola e Portugal, no período compreendido entre 2005-2010. Neste capítulo referiremos o modo como as relações económicas entre Angola e Portugal constituem um exemplo para demonstrar que, respeitando as especificidades de cada um, se pode construir um edifício de projectos cada vez mais comuns e mais interessantes para as duas partes. Analisaremos também o potencial e as oportunidades dos dois mercados e, como é óbvio, as naturais dificuldades e riscos.

Assim, inicialmente analisaremos as dinâmicas decorrentes deste relacionamento, nomeadamente, do comércio, dos serviços, do investimento, do turismo e da ajuda pública ao desenvolvimento, e, seguidamente, as oportunidades e dificuldades no relacionamento.

De notar que, no final de cada capítulo irá ser apresentada uma abordagem resumida, tendo como tema “considerações finais”, onde se apresentam sucintamente as conclusões mais relevantes do estudo feito.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1. ECONOMIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Os problemas comerciais e monetários internacionais sempre representaram uma parte peculiar e controversa da ciência económica. A partir dos séculos XVIII e XIX o apuramento constante de conceitos dá origem a diversas designações, como «comércio com o estrangeiro», «comércio internacional», «política económica internacional» e «economia internacional», para corporizar sucessivas extensões do domínio da análise.

A política económica internacional é assim, no conceito de Medeiros (2003, p. 18), “a combinação, dos factores económicos e os factores políticos que se projectam nas relações económicas internacionais, na dupla perspectiva da riqueza e do poder”.

Deste modo, o poder económico pode compensar, na balança de poderes e suposta a paz, a ausência ou perda de poder político.

A economia mundial tem atravessado um período de transformações profundas, talvez sem precedentes. Embora algumas destas alterações se tenham começado a fazer sentir em momentos historicamente mais recuados, foi sobretudo nas últimas décadas que a interdependência das economias começou a aparecer como um fenómeno irreversível. Em resultado, neste limiar do século XXI tem-se um sistema económico internacional que não está estabilizado nos seus fundamentos, nem na sua configuração.

Na base de todas as alterações está um processo que se convencionou designar por globalização. Desde o início dos anos 80 do século XX que esta palavra invadiu todos os domínios da sociedade, da economia à cultura, passando pela política, pela ciência e pela tecnologia. Todavia, a discussão sobre o aparecimento de novos centros de poder tem vindo a aumentar o que, por sua vez, tem diminuído e desvalorizado os Estados enquanto atores internacionais.

Assim, alguns economistas liberais acentuam o aparecimento de uma interdependência entre todas as sociedades e o desenvolvimento de novos actores, como as empresas e os bancos internacionais, porém, todos admitem que a economia contemporânea representa, para o destino de cada um dos Estados, um papel cada

vez mais importante e estabelece nas relações internacionais um novo tipo de ligações.

Embora a formulação ou o assumir do conceito de diplomacia económica seja relativamente recente, parece-me evidente que as preocupações de natureza económica nunca estiveram ausentes da prática diplomática e que esta nunca se limitou à pura representação e negociação política.

A valorização da dimensão económica da diplomacia acontece, também, porque é hoje ainda mais óbvio que o crescimento económico é decisivo para assegurar a sustentabilidade a prazo dos Estados e das Nações.

Por outro lado, os poderes públicos assumiram como preocupação sua a busca e a defesa das oportunidades de investimento, pelo que, empresários e outros agentes económicos do sector privado viajam nas visitas de Estado, de forma directa, transparente e abertamente envolvidos na prossecução de objectivos de natureza económica.

Desta forma, estou certo que o desenvolvimento económico tão assumido por empresas de dimensão internacional, assim como as múltiplas formas de cooperação económica internacional e supranacional, exigem o estudo das relações internacionais.

2.1.1. INTERDEPENDÊNCIA ECONÓMICA

A interdependência económica é uma consequência da especialização, ou da divisão do trabalho, e é quase universal. Foi descrita pela primeira vez em 1838, quando A.A. Cournot escreveu: “Na realidade, o sistema económico é um todo do qual as partes estão conectadas e reagem umas sobre as outras. Um aumento no rendimento dos produtores de uma mercadoria irá afectar a procura dos bens, e os rendimentos dos seus produtos, e, por sua reacção muda a procura de bens.” A interdependência não é rígida, porque as empresas, indivíduos e nações podem mudar, partindo da produção de um conjunto de produtos para outro.

Numa reflexão mais actual, Stelzer *apud* Gomes (2004, p. 34) afirma que, “... muitas das decisões tomadas nos escritórios das grandes empresas podem ter um peso maior do que as tomadas nas sedes de governo.” Por essa razão, o

interdependentismo está fortemente ligado ao fenómeno da globalização e ambos constituem as duas faces da mesma moeda.

A interdependência significa a multiplicação das relações entre as economias nacionais, ligadas ao processo de desenvolvimento das trocas entre as nações, pois nenhuma nação dispõe dos recursos naturais, alimentares ou minerais, ou de capacidades de produção – mão-de-obra, capitais, tecnologia – em todos os domínios da vida económica. A autarcia económica é sempre uma impossibilidade para qualquer Estado, qualquer que seja a grandeza dos seus recursos. Pensamos que, a interdependência pode definir-se como o estado no qual as economias nacionais são sensíveis e influenciáveis de maneira significativa às variações das economias estrangeiras, e de uma maneira geral às transformações que intervêm no meio económico internacional.

Daqui depreendemos que qualquer situação económica vivida por uma economia nacional, como por exemplo, um processo de inflação ou um alto nível de desemprego, será rapidamente transmitida às outras economias. Daí que o grau de abertura de uma economia determina a sua maior ou menor sensibilidade a processos como este.

Por outro lado, a interdependência mundial das economias apresenta-se-nos como um processo irreversível e ligado ao desenvolvimento de uma nova divisão internacional do trabalho.

Quatro qualidades ilustram as dimensões da interdependência: as suas origens, benefícios, custos relativos e simetria.

A interdependência pode ter origens em fenómenos físicos (ou seja, na natureza) ou sociais (económicos, políticos). Estão ambos geralmente presentes simultaneamente. A distinção ajuda a clarificar o grau de escolha em situações de dependência mútua ou recíproca.

Os benefícios da interdependência são por vezes apresentados como de soma zero e de soma não nula. Numa situação de soma zero, a perda de alguém é o ganho de outro e vice-versa. Numa situação de soma positiva, ambos ganham; numa de soma negativa, ambos perdem.

Alguns economistas liberais tendem a pensar na interdependência exclusivamente em termos de ganho conjunto, isto é, situações de soma positiva, nas quais todos beneficiam e todos ficam melhor. A ausência de um olhar atento às desigualdades dos benefícios e dos conflitos que surgem acerca da distribuição de ganhos relativos leva a que esses analistas omitam os aspectos políticos da interdependência. Outros analistas cometem o erro de pensar que à medida que o mundo se torna mais interdependente, a cooperação irá substituindo a competição. A sua argumentação é a de que a interdependência gera benefícios conjuntos e que esses benefícios conjuntos encorajam a cooperação. Isto é verdade, mas a interdependência económica também pode ser usada como uma arma. De facto, a interdependência económica pode ser mais útil do que a força em certos casos, porque pode ter gradações mais subtis e custos colaterais menores. E, em algumas circunstâncias, os Estados estão menos interessados no seu ganho absoluto da interdependência do que na forma como os ganhos relativamente mais elevados dos seus rivais podem ser usados para os prejudicar.

Os custos da interdependência podem estar relacionados com a sensibilidade a curto prazo ou com a vulnerabilidade a longo prazo. A sensibilidade está relacionada com a importância e a rapidez dos efeitos da dependência; isto é, a rapidez com que a mudança numa parte do sistema conduz a mudanças noutra parte. A vulnerabilidade está relacionada com os custos relativos de alterar a estrutura de um sistema de interdependência. São os custos de saída do sistema ou da alteração das regras do jogo. O mais vulnerável de dois países não é necessariamente o menos sensível, mas o que incorreria em custos menos elevados ao alterar a situação.

A vulnerabilidade, porém, está dependente de mais factores do que apenas de medidas agregadas. Depende igualmente do facto de uma sociedade ser capaz de responder rapidamente a mudanças, e, do facto de estarem ou não disponíveis substitutos e de existirem fontes alternativas de abastecimento.

Finalmente, a simetria da interdependência está relacionada com situações de dependência relativamente equilibradas *versus* situações desequilibradas. Ser menos dependente pode constituir uma fonte de poder. Se duas partes são interdependentes, mas uma é menos dependente do que a outra, a parte menos dependente detém uma fonte de poder, enquanto ambas valorizam o relacionamento de interdependência.

O conceito de interdependência remete para o estado presente das relações económicas internacionais, uma visão que nos leva a uma análise mais precisa da interdependência ou da abertura recíproca das economias, que se caracteriza pelo desenvolvimento de influências recíprocas entre as economias nacionais e pela multiplicação dos laços entre os actores económicos dos diferentes países.

O fenómeno da interdependência e as necessidades e exigências de desenvolvimento económico e social obrigaram o Estado a abrir-se cada vez mais ao exterior, o que aumentou ainda mais essa interdependência e restringiu a sua margem de autonomia, em que, “os Estados já não podem tomar medidas isoladas para resolver suas questões, mais agir em conjunto para a consecução de seus objectivos” (Júnior *apud* Gomes, 2004, p. 35). Neste sentido, regista-se uma redução gradual e significativa da capacidade do Estado em termos de gestão e de exercício de influência sobre a política internacional, designadamente, no plano da definição, elaboração, decisão e condução da sua política externa.

No campo da estrutura das relações internacionais, as multinacionais acentuam o fenómeno da interdependência e contribuem para a divisão internacional do trabalho com a qual se optimizam os recursos mundiais. Hoje dominam praticamente o comércio mundial, grande parte dele praticado entre estabelecimentos situados em vários países, da mesma multinacional, estabelecendo uma corrente comercial fechada.

A par das fronteiras geográficas, tradicionalmente dominantes para a identificação de cada soberania, a evolução das dependências e interdependências obrigou a sobrepor a linha do conflito norte-sul.

Os transnacionalistas advogam que o sistema internacional é movido, mais pela interdependência económica dos Estados, do que pela competição em termos militares entre os mesmos. Essa interdependência é criada pelo homem – individualmente considerado –, por instituições não-governamentais e por empresas multinacionais.

O conceito de “interdependência complexa” surgiu na década de 70 do século XX para descrever as relações emergentes entre as democracias pluralistas e deve-se sobretudo a Keohane e Nye, que aliás invocaram o conceito no ano 2000 para o distinguir de outros muito em voga – globalismo e globalização.

Este conceito alude a um mundo com múltiplos canais entre as sociedades, com múltiplos actores e não só os Estados – múltiplas questões não hierarquizadas e a irrelevância do uso da força entre Estados ligados pela interdependência complexa.

Segundo Nye e Keohane *apud* Castro (2012, p. 361) nela:

Observa-se a relação intrínseca entre Estado, novos actores e mercado global. Os conflitos são de natureza económico-comercial e financeira e têm na prática da arbitragem, da negociação internacional e na mediação transnacional, uma de suas principais características.

Para a interdependência complexa¹:

A guerra deixa de ser o que, na perspectiva realista representa a lógica das relações internacionais centrada nos problemas de segurança, na ameaça hobbesiana e no constante dever de defender, dissuasoriamente, a integridade territorial dos Estados (Castro, 2012, p. 361).

Em suma, a escola da interdependência complexa defende que “os Estados estão atrelados a uma ampla rede de contactos, interesses, articulações e fluxos transnacionais, mostrando a emergência de novos atores não estatais internacionais” (Nye & Keohane *apud* Castro, 2012, p. 361).

2.1.2. GLOBALIZAÇÃO ECONÓMICA

À medida que o comércio mundial cresce, o papel tradicional dos mercados nacionais é crescentemente eclipsado por um sistema alternativo, nomeadamente, o comércio gerado pelas empresas multinacionais, através das importações e exportações que fazem entre as suas diversas subsidiárias.

Vários autores consideram por isso que a globalização é essencialmente um sistema económico de interdependência, desenhada de modo a ignorar prerrogativas das nações, mesmo as das mais poderosas.

Esta tentativa de definição de globalização ignora um pouco o papel dos Estados, enquanto agente prioritário do sistema económico actual, apontando implicitamente para outros, tais como empresas e grupos económicos e financeiros, esse papel de liderança.

¹ No clássico Power and interdependence, os Professores Joseph Nye e Robert Keohane apresentam o modelo onde estão delineados os principais axiomas de explicação para o comportamento estatal diante das várias agendas densas de relacionamento com uma multiplicidade de actores não estatais e individuais na arena externa.

² Ver publicação do Jornal de Negócios do dia 29 de Fevereiro de 2012.

Na base da crescente globalização, que se assiste nos dias de hoje, verificamos uma maior dispersão geográfica das empresas, que se localizam em diferentes mercados nacionais, uma maior globalização na óptica do produto e do consumo (de que é exemplo a cadeia McDonald's) e a uma maior globalização da produção de bens e serviços, distribuídos potencialmente por todo o mundo, tendo como pressuposto o custo da mão-de-obra, o *know-how*, a localização de clientes, facilidades financeiras e fiscais, entre outros.

Daqui extraímos que a globalização é a fase mais profunda dos processos de internacionalização, ultrapassando mesmo este conceito ao destruir a prevalência das inter-relações entre nações que lhe está subjacente, através da endogeneização dessas relações que homogeneiza o conjunto das nações.

Para uns, a globalização é um fenómeno gerador de oportunidades para as economias e para as empresas. Para outros, ela é a principal causa de todos os problemas que afectam as economias e as sociedades contemporâneas.

Para outros ainda, a globalização é simplesmente uma realidade incontornável que condiciona tudo e todos. Com a globalização, os capitalismos nacionais deixaram de ser as únicas formas coerentes de organização das actividades económicas.

De acordo com Neves (2001, p. 142) “A globalização dos mercados é a principal garantia de que o desenvolvimento de todo o mundo vai continuar nas próximas décadas.”

Dantas *apud* Gomes (2004, p. 23) afirma que:

O processo [de globalização] tem como característica a interdependência das nações, em seus aspectos políticos, culturais e económicos. Hoje, pode-se falar de uma estrutura global de relações públicas, económicas e culturais, que se estendem além das fronteiras tradicionais e que une sociedades distintas em um único sistema.

Medeiros (2003, p. 17) vai mais além ao considerar:

A globalização (...) como o crescimento da actividade económica para além das fronteiras, regionais e nacionais, em que os diversos sujeitos (...) se espraiam nas trocas e nos investimentos, em busca de lucros e estimulados pela concorrência.

Não menos interessante é a reflexão de Fontanel (2007, p. 7):

A globalização define a integração das actividades produtivas e comerciais num sistema de mercado global, no contexto de uma multiplicidade de relações e interconexões entre os Estados e as sociedades que formam o sistema mundial.

Portanto, é a nível económico que a globalização é mais evidente, colocando importantes desafios a todos os agentes económicos e, em particular, às empresas.

Os protagonistas centrais do movimento de globalização são indiscutivelmente as corporações transnacionais. São elas que têm tido uma contribuição decisiva para acelerar o fenómeno, de forma a estender a sua presença em termos mundiais. Apesar de vários autores argumentarem que dominam ainda estratégias regionais, contestando que as actividades das empresas multinacionais tenham um âmbito verdadeiramente global, parece indesmentível que as maiores multinacionais têm uma perspectiva cada vez mais planetária da sua actuação e estratégia.

A globalização - ou mundialização como preferem alguns - é um fenómeno polifacetado. Isto quer dizer, o intercâmbio intensificado que a caracteriza não se limita a um aspecto da vida, possuindo várias dimensões.

Segundo Castro (2012, p. 369) “não há uma única globalização; há várias vertentes do mesmo fenómeno...”

Assim, é possível falar-se em globalização económica, ao lado de globalização cultural, da globalização política e assim por diante. Portanto, embora sejam distinguíveis diferentes aspectos do fenómeno globalização, isto não está a significar que eles sejam estanques e incomunicáveis. Ao contrário, a globalização económica influencia fortemente as demais dimensões do fenómeno.

A globalização económica refere-se à intensificação e ao alargamento das inter-relações económicas pelo mundo fora. Fluxos gigantescos de capital e tecnologia estimularam o comércio de produtos e serviços. Os mercados estenderam o seu alcance ao mundo inteiro criando, nesse processo, novas ligações entre economias nacionais. Corporações transnacionais imensas, poderosas instituições económicas internacionais e importantes sistemas regionais de comércio emergiram como os blocos fundamentais do edifício que é a ordem económica global do século XXI.

De acordo com Stiglitz (2007, p. 28), “... ela [Globalização] compreende uma maior interação económica entre países do mundo através de uma maior circulação de bens e serviços, de capital e até de mão-de-obra.”

Para que a globalização económica fosse possível tornou-se imperativa uma readequação das relações intra-estatais em escala global, de modo a se eliminar barreiras jurídicas, tributárias, alfandegárias e outras, permitindo o amplo intercâmbio de mercadorias e serviços que a caracteriza.

Os aspectos mais significativos relacionados com a globalização económica têm sido a internacionalização do comércio e das finanças, o poder crescente de corporações transnacionais e o realce do papel de instituições económicas internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

A internacionalização do comércio tem andado de mãos dadas com a liberalização das transacções financeiras. Por outro lado, as corporações transnacionais consolidaram as suas operações globais num mercado laboral global crescentemente desregulamentado.

Sem dúvida que o poder crescente das corporações transnacionais veio alterar profundamente a estrutura e o funcionamento da economia internacional. Estas firmas gigantescas, e as suas estratégias globais, transformaram-se nos principais determinantes de fluxos comerciais, localização de indústrias e outras actividades económicas em todo o mundo. Consequentemente as corporações transnacionais tornaram-se elementos extremamente importantes que influenciam o bem-estar económico, político e social de muitas nações.

2.1.3. DIPLOMACIA ECONÓMICA

O estudo da diplomacia, seja ele breve ou profundo, requer obrigatoriamente o conhecimento e a consequente análise de cada um dos diferentes ramos da diplomacia: cultural, pública, política, militar, desportiva, económica e científica e tecnológica. A diplomacia económica constitui o ramo da diplomacia que merece um tratamento especial, pelo menos no presente trabalho.

Do ponto de vista etimológico, a palavra diplomacia pode ser definida como “o conjunto de actividades, de práticas, de documentos e de formalidades relativas as trocas e às negociações entre Estados, numa época em que a política interna e a política externa se revelam como dois domínios distintos na vida dos Estados” (Mongiardim, 2007, p. 27).

As relações diplomáticas deixaram de se centrar única e exclusivamente em questões relacionadas com a política e a segurança, passando a focar cada vez mais a vertente económica da diplomacia. Significa isto que o conceito de diplomacia económica ganhou preponderância, em detrimento das questões mais tradicionais da agenda diplomática, isto é, a diplomacia clássica ou pura.

Actualmente, as relações comerciais têm sido apontadas como uma forma de manter a segurança, ou seja, a actividade diplomática na área económica e comercial poderá exercer um papel importante para manter esse clima de paz.

De acordo com Silva (1991), “a diplomacia económica moderna possui três fases”: a primeira fase ocorreu desde a segunda metade do século XIX até à 1ª Guerra Mundial. Nesta fase a diplomacia económica identificava-se essencialmente com políticas agressivas e de partilha do mundo por parte de um número reduzido de potências, visando a obtenção de vantagens económicas pela subjugação de outros povos. A segunda fase teve lugar desde o fim da 1ª Guerra Mundial até aos anos 70 do século XX. Nesta fase, devido ao colapso da Ordem Económica Internacional anterior, a diplomacia económica centrava-se sobretudo nas negociações e acordos multilaterais, nomeadamente no que diz respeito aos pagamentos internacionais, ao restabelecimento da ordem comercial, à estabilização e à luta contra as depressões. Na terceira fase, que compreende o período desde os anos 80 até à actualidade, crescem as preocupações dos diplomatas com vista a acompanhar e estimular a actividade das empresas, quer abrindo caminho e apontando oportunidades “as suas” no exterior, a nível do comércio, investimento ou outro, quer procurando atrair as empresas estrangeiras a solo nacional, visando dar a sua contribuição para o alcance de objectivos de bem-estar e competitividade, entre outros.

Saner e Lichia *apud* Dos Santos (2010, p. 18) definem a diplomacia económica pós-moderna como:

A conjugação da diplomacia comercial, a diplomacia económica estatal e não estatal – a diplomacia empresarial, sectorial e a diplomacia das ONG’s nacionais e transnacionais – que implicam tarefas comuns: negociar a arquitectura económica global; definir standards das organizações multilaterais; gerir coligações e alianças de diferentes stakeholders; modelar as políticas de desenvolvimento socioeconómico e ecológico.

Sendo essencial a qualquer país, a diplomacia económica ganhou preponderância graças ao fenómeno globalização e resulta da combinação entre economia e

diplomacia. A globalização criou um ambiente pós-moderno onde diversos actores não estatais actuam paralelamente à diplomacia tradicional, interagindo e influenciando, por vezes decisivamente, esta última. A capacidade de adaptabilidade dos Estados a esta nova realidade não é fácil mais impõe-se. Exige-se uma nova mentalidade por parte dos funcionários diplomáticos uma vez que, num mundo globalizado, a diplomacia económica apela cada vez mais para menos geopolítica e para mais economia.

A diplomacia económica possui duas vertentes principais: as políticas externas, económica e comercial, que visam o relacionamento bilateral, regional e multilateral; a promoção internacional das exportações de bens e serviços e do investimento directo estrangeiro, essencialmente bilateral, mas onde não pode se esquecer uma vertente multilateral, bastante significativa.

A promoção e a valorização dos sectores privados da economia, que incluem a busca e a defesa das oportunidades de investimento, foram finalmente assumidas pelos poderes públicos como preocupação sua, uma vez que a prosperidade das Nações e a sua sustentabilidade ao longo da história traduz-se também em poder e influencia para os Estados, com efeitos multiplicadores poderosos que se sentem ao longo do tempo e nas mais diversas áreas nas sociedades humanas.

Foi por etapas e aproximações sucessivas que os objectivos económicos das relações exteriores que dão corpo à diplomacia económica foram sendo assumidos. Hoje, nas visitas de Estado, com o apoio e sob a protecção dos seus mais altos dignitários políticos e institucionais, viajam empresários e outros agentes económicos do sector privado, directa, transparente e abertamente envolvidos na prossecução de objectivos de natureza económica. “É que a construção de relações económicas e comerciais tornou-se o centro da diplomacia” (Ogutçu e Saner *apud* Ferreira & Gonçalves, 2009, p. 117).

Quanto ao seu âmbito, a diplomacia económica abrange todas as áreas da diplomacia política, desde a área bilateral, nas relações entre Estados, à multilateral, de importância crescente à medida que na comunidade internacional regride a lei do mais forte e se afirma o império do direito.

Quanto aos seus interpretes e agentes, a diplomacia económica tanto é exercida por diplomatas, que para tanto deverão possuir uma formação adequada, como por

técnicos especializados dos organismos próprios, como sejam institutos de apoio ao comércio externo, ao investimento estrangeiro ou à promoção do turismo, funcionando todos na esfera de competência do Ministério responsável pelas relações exteriores.

Por outro lado, é importante que também a diplomacia económica detecte e monitorize que sectores interessam promover prioritariamente, que tipo de investimentos importa captar em primeiro lugar, junto de que mercados devem ser promovidos a produção industrial ou a oferta turística e que país ou regiões deverão construir o alvo preferencial da diplomacia económica.

Tudo isto corporiza um conjunto de questões de natureza mais política do que estritamente técnica e devem ser respondidas em coerência com as opções de políticas económicas definidas no plano interno, ou seja, cada país deve ter uma visão clara do seu lugar no mundo e na economia global, para depois saber definir políticas e alocar recursos, por natureza escassos, de forma a atingir metas nacionais ambiciosas mas necessárias.

Portanto, a actuação e a eficiência da diplomacia económica depende de diversos factores endógenos e exógenos que, se não forem correctamente considerados, podem dificultar todo o trabalho.

Ferreira e Gonçalves (2009, p. 118), quanto a estes factores consideram que:

Entre os primeiros destacam-se a dimensão e o potencial do mercado do país de destino, sendo que quanto maior estes, mais importante se torna a diplomacia económica. Entre os segundos destaca-se o relacionamento bilateral dos países, quer seja o relacionamento estrutural, isto é, histórico, quer a proximidade conjuntural dos governos.

Em suma, e procurando fazer a síntese destes dois níveis de envolvimento e fazer sobressair a necessidade da sua articulação, definimos diplomacia económica como “as relações intra-estatais através das actividades específicas das empresas.”

2.2. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO II

É crescente a importância da acção económica no domínio da política internacional e a longínqua instituição dos cônsules está intimamente relacionada com o desenvolvimento do comércio. Mas a acção económica como instrumento da política

internacional tem particular relevo no nosso tempo pela sua relação com o aparecimento de novas dependências entre os Estados.

Assim, no que diz respeito à interdependência económica, acreditamos que ela deve ser sempre vista em termos de ganho conjunto, onde todos beneficiam e todos ficam melhor. No entanto, os benefícios conjuntos gerados por ela são vistos como grandes encorajadores da cooperação. Porém, não temos dúvidas que as multinacionais acentuam este fenómeno e geram a diminuição das simetrias entre os Estados do norte e os Estados do sul.

A interdependência tem que ser interpretada como um conceito que dá conta do estágio mais avançado de um capitalismo que desenvolveu consideravelmente as suas forças produtivas à escala mundial pela internacionalização da sua produção, dos seus mercados e das suas trocas, adquirindo novas formas de organização.

Em relação à globalização económica, pensamos que esta se apresenta como um processo adaptado à liberalização crescente da economia. Ela justifica a dinâmica dos mercados como processo de regulação que extravasa as fronteiras dos Estados. Nestas condições, a globalização económica, como é hoje concebida, inscreve-se no campo do pensamento liberal e exerce uma influência decisiva sobre a perda de importância do papel económico do Estado, contrariamente ao pensamento realista. Assim, com a menor presença do Estado na vida económica nacional torna-se necessário constituir as instituições, as regras e as leis que definem e fazem respeitar os acordos celebrados pelos agentes económicos.

Quanto à diplomacia económica, referimos que ela é essencial ao desenvolvimento económico, e por isso tem de ser decididamente activa e pró-activa, interventiva e percursora. A sua acção tem de se pautar pela investigação científica e tecnológica, de entidades públicas envolvidas na internacionalização das empresas, na captação de investimento, na celebração de parcerias e na promoção do turismo.

A diplomacia económica tem um carácter eminentemente instrumental de grande alcance, não apenas na internacionalização da economia, mas acima de tudo, na construção de um perfil económico e político de determinado país.

Assim, seus principais objectivos passam pela promoção da imagem, melhoramento das relações comerciais e o apoio à internacionalização. De referir que a sua

dimensão tanto pode ser bilateral como multilateral, constituindo-se num instrumento indispensável para a execução da estratégia económica de um país.

Concluimos que, por um lado, os Governos perderam o tradicional monopólio da acção política externa, deixaram de ser os únicos actores em presença e as relações internacionais estão longe de se esgotar no domínio do intra-estatal, por outro, a cena internacional deixou de poder ser considerada, como um palco centrado no choque de interesses entre Estados soberanos, para se tornar, obrigatoriamente, um espaço de cooperação e mesmo de soberanias partilhadas.

3. ACORDOS DE COOPERAÇÃO BILATERAL ANGOLA – PORTUGAL

3.1. ACORDOS DE COOPERAÇÃO BILATERAL ANGOLA - PORTUGAL

Os acordos de cooperação bilateral visam fortalecer e desenvolver as relações entre dois Estados, na base da igualdade de direitos e vantagens mútuas, e em conformidade com as leis e os regulamentos em vigor nos respectivos países.

Um aspecto importante, nem sempre devidamente considerado, é o conjunto de Acordos e Convenções internacionais que vinculam Portugal – seja directamente, seja enquanto Estado membro da União Europeia.

Tavares, Aguiar, Jorge e Gaspar (1998, p. 21), consideram que:

É no âmbito de tais instrumentos que os países assumem obrigações internacionais de decisiva importância para o normal desenrolar das operações económicas externas, quer respeitem à atividade comercial, propiciando uma maior abertura de mercados, quer estejam relacionados com a concretização de acções de investimento estrangeiro ou com o desenvolvimento da cooperação económica com outros países.

Em função do campo de aplicação dos vários tipos de acordos que regem o relacionamento económico internacional, são de referir:

- O conjunto de compromissos de carácter económico assumido multilateralmente pelos mais de 130 países membros da OMC, compromissos relativos à adopção de medidas concretas de liberalização do comércio e também de aceitação de regras de actuação no relacionamento económico mundial;
- O conjunto de acordos celebrados por Portugal com diversos países, dentre os quais Angola. Destacam-se, pelo seu potencial impacto no desenvolvimento de negócios das empresas nacionais, os acordos de cooperação económica e técnica e, muito especialmente, os acordos de promoção e protecção recíproca dos investimentos e os acordos para evitar a dupla tributação.

Por outro lado, uma das vertentes mais significativas da política externa portuguesa dos últimos anos tem sido a cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Os contactos bilaterais atingiram domínios tão vastos e numerosos, que se pode mesmo dizer, sem qualquer exagero, que praticamente nenhuma matéria se apresenta como irrelevante.

De um lado, a mais pujante economia africana com taxas de crescimento anuais de dois dígitos, um sistema financeiro emergente e muito activo e grandes projectos de desenvolvimento. De outro, uma economia periférica da UE, a braços com uma profunda recessão e esmagada por um programa de austeridade e pela falta de crédito².

Gouveia (1994, p. 5), considera que:

O desenvolvimento da política de cooperação entre [Angola e Portugal], (...) apesar de alguns momentos menos bons, tem, se traduzido, do ponto de vista jurídico, na celebração de inúmeros acordos bilaterais nos diversos domínios: da educação à cultura, da saúde à ciência e tecnologia, do comércio à formação profissional.

O número de acordos formais que têm sido estabelecidos comprova a importância das relações entre Portugal e Angola, embora haja ainda a necessidade de concluir diversos acordos bilaterais e para se tornarem dois países em contraciclo.

A lista de acordos celebrados entre Angola e Portugal é quase exaustiva, motivo pelo qual a sua apresentação circunscreve-se à da importância que cada um deles tem, pelo menos para o presente trabalho.

3.2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E SUA EVOLUÇÃO.

Como se sabe, a ligação entre portugueses e angolanos é já longa e teve origem no século XVI, no auge dos descobrimentos e da expansão marítima levada a cabo pelos navegadores portugueses.

O primeiro europeu a alcançar Angola foi um português, Diogo Cão, que desembarcou na foz do Rio Congo em 1483. Pouco a pouco, os portugueses expandiram o seu domínio para Sul, ao longo da costa e fundaram Luanda, em 1576. O comércio de escravos persistiu até metade do século XIX, tendo sido Angola a maior fonte de mão-de-obra para as plantações brasileiras.

Em 1951, Angola tornou-se juridicamente uma província ultramarina e, como tal, os angolanos puderam tornar-se cidadãos portugueses, mediante determinadas condições.

² Ver publicação do Jornal de Negócios do dia 29 de Fevereiro de 2012.

Devido ao Estatuto dos Indígenas³, que dividia a população em três grupos – os brancos, os assimilados e os indígenas – e ao colonialismo, as comunidades negras foram espoliadas das suas terras e excluídas de qualquer poder político e económico. “Nestas condições, não foi surpreendente que a rebelião nacionalista tenha surgido em Angola com início em 1956” (Vilar & Associados, 2007, p. 38).

Assim, emergem três grandes movimentos nacionalista, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a União para a libertação dos Povos de Angola e a Frente Nacional para a Libertação de Angola (UPA/FNLA), e a União Nacional para a Independência de Angola (UNITA).

O ataque ao estabelecimento prisional de Luanda, a 04 de Fevereiro de 1961, pelo MPLA, marcou o início da luta pela independência.

As colónias portuguesas foram desintegradas por altura da Revolução dos Cravos que, em Abril de 1974, aboliu 48 anos de ditadura. O novo regime português aceitou, nos Acordos de Alvor, a transferência do poder para os angolanos e, em 11 de Novembro de 1975, Angola conquistou finalmente a independência.

Portugal reconheceu o governo angolano três meses após a independência, na segunda metade do mês de Fevereiro de 1976. No mês de Maio do mesmo ano, encerra a sua Embaixada em Luanda.

Restabelecidas as relações diplomáticas, ao nível de Embaixadas, e num clima de confiança, Agostinho Neto e Ramalho Eanes, animados do desejo de consolidar as relações de amizade e solidariedade entre os respectivos povos, na base dos princípios do respeito mútuo pela soberania nacional, integridade territorial, igualdade e não ingerência nos assuntos internos, lançam, a 24 de Junho, na Guiné-Bissau, os fundamentos para um novo relacionamento, nos termos de um documento denominado «Espírito de Bissau».

Seria também na cidade de Bissau, assinado o Acordo Geral de Cooperação entre os dois Estados, instrumento que constituiu o primeiro passo sólido para a reconciliação e reaproximação entre os dois Povos e Países. O Acordo recomenda a instituição de uma Comissão Mista Permanente de Cooperação luso-angolana.

³ O Estatuto do Indígena é o termo utilizado para definir os direitos, mas sobretudo os deveres, dos indígenas das colónias portuguesas, foi aprovado por Decreto-lei de 20 de Maio de 1954, e era uma lei que visava a “assimilação” dos indígenas na cultura colonial (ocidente). O estatuto foi abolido em 1961 com as reformas introduzidas por Adriano Moreira quando foi Ministro do Ultramar.

Por conseguinte, verifica-se ter havido sempre um longo período de uma acentuada tensão a caracterizar as relações político-diplomáticas entre os dois países, apesar das ligações históricas existentes. As relações começaram a melhorar progressivamente a partir de 1985, altura que Portugal desempenhou um papel de destaque nas discussões para que fosse encontrada a paz em Angola.

Em Julho de 1996, é constituída a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), que cria um espaço de cooperação multilateral entre os dois países. As relações entre Angola e Portugal ganham assim uma nova dimensão.

De salientar, que até 1996 tinham sido já realizadas cinco sessões da Comissão Bilateral Angola/Portugal, e no sentido de contribuir para o reforço das mesmas, diversas personalidades dos dois países realizaram visitas tanto num como no outro país.

Na condição de membro da UE, Portugal adopta o Programa Indicativo de Cooperação (PIC) em 1999, que aborda apenas a cooperação não reembolsável. Estes planos tinham a duração de três anos e visavam a promoção das condições sociais e da saúde, a valorização dos recursos humanos e culturais, o apoio à consolidação das instituições e o desenvolvimento socioeconómico sustentável.

Com a instauração, em 2002, de um clima de paz em Angola, consolida-se o relacionamento entre os dois Estados, abrem-se espaços para que tanto a nível institucional e empresarial, fossem alcançadas metas cada vez mais ambiciosas.

No entanto, é importante sublinhar que os dois Estados têm trabalhado afincadamente para se estabelecer os melhores mecanismos de aprofundamento desta Cooperação Multiforme, tornando a nova conjuntura política dos dois países mais eficiente e actuante na satisfação dos maiores interesses dos respectivos povos.

Neste contexto, durante a Cimeira União Europeia – África, em Dezembro de 2007, o Chefe de Estado angolano esteve em Portugal, de cuja visita resultou o esboço de nova parceria entre os dois países.

À convite do Presidente da República portuguesa, Aníbal Cavaco Silva, o Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, efectua entre os dias 10 e 11 de Março de 2009, a 2ª visita oficial a Portugal. À margem da visita de José Eduardo dos Santos, decorreu um seminário empresarial onde foram abordadas as oportunidades

de negócios e estratégias a adoptar para o reforço da cooperação entre os dois países.

Com efeito, a cooperação bilateral tem assentado em diversos *dossiers*, dos quais se destacam, o PIC com relevo para as áreas da Saúde, Educação, Telecomunicações e Tecnologias de Informação, Transportes Aéreos, das Relações Financeiras e Comerciais, e Relações Empresariais. Para assegurar os objectivos e os resultados já alcançados, os dois Estados procuram reforçar os mecanismos que facilitam e promovem o investimento nos dois sentidos, incentivando os empresários de ambos os países a constituírem empresas de capitais mistos que contribuam de maneira real no crescimento das economias portuguesa e angolana e na obtenção de benefícios mútuos.

3.3. ANÁLISE DOS PRINCIPAIS ACORDOS CELEBRADOS

3.3.1. ACORDO GERAL DE COOPERAÇÃO

O Acordo Geral de Cooperação⁴ refere que os dois Estados prosseguirão uma política de cooperação em vários domínios, designadamente cultural, científico, técnico e económico, com vista a salvaguardar vantagens mútuas para ambas as partes, sendo as formas de cooperação definidas para cada sector por acordos especiais.

Neste contexto, os dois Estados propuseram-se a celebrar um acordo cultural que, com base no respeito de suas culturas, deverá reforçar o intercâmbio cultural e científico entre os dois povos, bem como a valorização da língua portuguesa no âmbito das relações internacionais.

Quanto ao domínio científico, comprometeram-se a cooperar, dentro das suas possibilidades, no processo de desenvolvimento científico e técnico do outro Estado.

No âmbito das questões económicas, os dois Estados, desejosos de promover, pelo incremento das trocas comerciais recíprocas, o desenvolvimento equilibrado das suas relações económicas, propuseram-se a celebrar um acordo comercial compatível com as obrigações internacionais assumidas neste domínio.

⁴ Feito em Bissau, aos 26 dias do mês de Junho de 1978, em dois exemplares igualmente autênticos. Publicado no Diário da República, 1ª série, nº 221, de 24 de Setembro de 1979.

No que diz respeito aos transportes marítimos e aéreos, dada a importância que assumem para os dois Estados, foram objecto de acordo especial.

Sobre matéria diplomática e consular, visando a protecção dos interesses dos dois Estados e dos respectivos cidadãos, também se propuseram celebrar um acordo.

3.3.2. ACORDO DE COOPERAÇÃO ECONÓMICA

Considerando a importância primordial da cooperação económica para a intensificação das relações entre os dois países, Angola e Portugal celebraram o Acordo de Cooperação Económica⁵.

Com base neste acordo, considerou-se, por um lado, importante a promoção de acções concretas de cooperação nas esferas da construção e habitação, da agricultura e da indústria. Por outro lado, privilegiou-se as trocas de missões, de informação e contactos técnicos entre serviços, organismos e empresas dos dois países, sendo que estas deveriam ser de uso restrito, não podendo ser transmitidas ou levadas ao conhecimento de terceiros países. No entanto, consideraram importante o apoio de outros Estados e de organizações internacionais, desde que as mesmas se traduzam no desenvolvimento das suas economias.

Ambos os países acordaram também a criação de uma Comissão Mista Intergovernamental (CMI), como mecanismo de coordenação, consulta e avaliação geral da cooperação; a facilitação da concessão de créditos e financiamentos; a concessão de bolsas pela parte portuguesa, bem como a implementação de outras formas de apoio ao desenvolvimento de acções de formação profissional, inseridas nas realizações contratuais dos projectos de investimento económico.

⁵ Feito em Luanda, aos 26 dias do mês de Março de 1982, em dois exemplares originais, em língua portuguesa, fazendo ambos igualmente fé. Publicado no Diário da República, 1ª série, nº 147, de 29 de Junho de 1982.

3.3.3. ACORDO COMERCIAL

Os governos de Angola e de Portugal, animados pelo desejo de fortalecer e desenvolver as relações comerciais entre os dois países, na base da igualdade de direitos e vantagens mútuas, e em conformidade com as leis e os regulamentos em vigor nos dois países, celebraram o Acordo Comercial⁶.

Com base neste Acordo Comercial, os dois governos deverão envidar todos os esforços no sentido de promover o comércio entre os dois países no respeitante às várias mercadorias indicadas nos anexos A (exportáveis de Angola para Portugal) e B (exportáveis de Portugal para Angola).

De igual modo, estimularão o desenvolvimento de atividades de natureza promocional, nomeadamente a realização de missões de representantes do comércio, assim como a organização e participação em feiras e exposições.

Tabela 1- Principais Acordos entre Angola/Portugal

Tipo de Acordo	Observações
Acordo Geral de Cooperação	Favorece o estabelecimento e a intensificação da cooperação nos domínios político, económico, financeiro, técnico e científico.
Acordo de Cooperação Económica	Encoraja o desenvolvimento das relações económicas entre os dois países. Visa o aprofundamento da cooperação económica e técnica.
Acordo Comercial	Fortalece e desenvolve as relações comerciais entre os dois países. Estimula o desenvolvimento de atividades de natureza promocional.

⁶ Feito em Luanda, a 20 de Janeiro de 1979, em dois exemplares originais em língua portuguesa, fazendo os dois textos igualmente fé. Assinado pelo Governo da República Portuguesa por Abel Repolho Correia, Ministro do Comércio e Turismo e pelo Governo da República de Angola, por Roberto de Almeida, Ministro do Comércio Externo.

3.4. FUNDAMENTOS DA RELAÇÃO BILATERAL LUSO-ANGOLANA

A tendência actual da economia mundial pressupõe, é certo, mais concorrência do que no passado. Mas a globalização exige também uma cooperação mais estreita e alianças estratégicas entre empresas, levando-as a actuar em rede, com vista a tirar partido de factores da mais diversa índole, designadamente linguística, cultural e histórica, que lhe possam ser, em princípio, favoráveis.

Com efeito, dentro da lógica de constituição de espaços internacionais, formais ou não, e dos processos em curso na economia mundial como a globalização e a regionalização, “este tipo de relações [entre língua, história e cultura, por um lado, e economia, pelo outro], tornou-se alvo de uma atenção crescente” (Silva, 2002, p. 205). Esta nova abordagem é obviamente relevante para o estudo das relações económicas entre Angola e Portugal, sendo que neste trabalho privilegiaremos a problemática no quadro da língua comum. No entanto, é importante sublinhar que o interesse por esta temática não se resume à perspectiva da separação política e da sua lógica e respectivas consequências económicas. A língua também pode constituir um traço de união entre países, como por exemplo os que pertencem à CPLP e outros agrupamentos internacionais semelhantes. A CPLP funda-se no património comum, particularmente na afinidade linguística e cultural. Como foi salientado por Ludwig Von Mises na sua obra *Nation, State, and the Economy* (1919): “Uma comunidade de línguas une e uma diferença de língua separa pessoas e povos” (Yeager *apud* Silva, 2002, p. 207).

A expansão sustentada da língua portuguesa – actualmente a quinta língua mais falada do mundo, por 258 milhões de pessoas – constitui um objetivo estratégico. “Na esfera económica, os países lusófonos contribuem com 4,4% da riqueza mundial e 2,3% do comércio internacional” (Azevedo, 2013, p. 23), de acordo com um estudo do Banco Espírito Santo (BES).

Assim, a intensificação das trocas comerciais no espaço lusófono é uma tendência clara e que pode potenciar novos negócios e alargar a rede de parceiros dos países de língua portuguesa. Associando a língua às vantagens em termos de posicionamento geográfico, o potencial de Portugal como plataforma para outros parceiros acederem ao espaço económico lusófono é crucial, ao acrescentar valor ao já importante comércio externo. A exportação portuguesa de bens para países de

língua portuguesa ronda os 4 mil milhões de euros, o que corresponde a cerca de 10% das exportações totais, das quais 2/3 se destinam, para Angola.

Com efeito, “podemos ir ao encontro de um universo de quase 260 milhões de falantes” (Guerreiro, 2011, p. 11).

“Na realidade, se conclui que portugueses e angolanos se compreendem na mesma língua e que, mais do que isso, encontram claramente interesses comuns com vista à concretização de negócios comuns” (Ferreira, 2011, p. 1).

Como língua global, o português tem potencialidades em cada um dos outros membros da CPLP, na respectiva região e nas organizações internacionais.

“Estes países, todos eles soberanos e independentes, estão unidos por uma língua comum. Falada e, porventura, escrita de modo diverso em cada um deles, é a língua portuguesa que constitui o cimento histórico e existencial que os amarra uns aos outros” (Gaspar, 2013, p. 26, 27), pois como afirma Reto (Cord.) *apud* Fernandes (2013, p. 244), “Foi preciso esperar pelo crescimento populacional e pela afirmação económica do Brasil e das ex-colónias africanas, para que o português encontrasse o seu lugar entre as línguas mais influentes na esfera internacional...”

Para além de Angola e de Portugal, existe um conjunto de países, como Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste, que têm o português como língua oficial, tornando-a uma língua internacional, cuja importância assume por isso mesmo outras competências. Para Kindleberger (1986, p. 1-13), “Such as peace and stability, a common language can be considered an international public good.”⁷ Isto é, um bem que estando disponível para uma nação que o utiliza, está igualmente disponível para qualquer outra que se encontre nas mesmas circunstâncias, sem custos extra, estabelecendo-se assim entre elas uma relação especial.

“Tal como os custos de transacção são minimizados através do uso de uma moeda comum, também os custos de comunicação são minimizados pelo uso de uma língua comum” (Silva, 2002, p. 210).

⁷ Tal como a paz ou a estabilidade, uma língua comum pode ser considerada um bem público internacional (Tradução nossa).

Segundo Bergeijk (1996, p. 210), “The impact of a common language goes far beyond the just reducing of communication costs.”⁸ E vai mais além ao considerar que:

Consumer preferences are indeed partially formed by the common language (through media, for example) ... but this is important not only from the point of view of demand, but also the supply, when the products become outdated if businessmen fail to recognize new trends or do it poorly because of language barriers.⁹

Continuando, o mesmo autor sublinha: “A common language used in a wide area, is one of the most important capitals to create and enhance international trade.”¹⁰

Do ponto de vista cultural, importa ter presente que pertencer a mundos culturais diferentes não significa que não haja muito de comum entre dois países neste domínio. Devemos, entretanto, reconhecer as consideráveis afinidades, ou mais exactamente, a existência de importantes raízes culturais comuns.

Segundo Silva (2002, p. 221):

A existência de importantes raízes culturais comuns entre ambos os países afigura-se dificilmente questionável e, para além da língua, pode ser um bom ponto de partida para uma parceria económica bilateral, designadamente visando a sua dinamização internacional.

Bergeijk (1996, p. 210) afirma que: “Under the condition of free and full international competition, a country will be able to maintain its position in areas where it has a strong cultural affinity.”¹¹

Neste sentido, alargando agora a nossa perspectiva, outro factor favorável ao processo é, sem dúvida, a própria história comum. De facto, a história tem um papel muito importante no desenvolvimento das relações comerciais bilaterais, devendo isso ser particularmente assinalado no contexto actual.

Todavia, embora se reconheça a importância da história no desenvolvimento das relações bilaterais, certas técnicas econométricas, designadamente do modelo gravitacional, privilegiam variáveis físicas como a distância geográfica ou o valor do

⁸ O impacto de uma língua comum vai muito além da mera redução dos custos de comunicação (Tradução nossa).

⁹ As preferências dos consumidores são de facto parcialmente formadas pela linguagem comum (via media, por exemplo) ... mas esta é importante não só do ponto de vista da procura mas também da oferta, quando os produtos se tornam desactualizados, se os empresários falham em reconhecer as novas tendências ou o fazem deficientemente tendo em conta as barreiras linguísticas (Tradução nossa).

¹⁰ Uma língua comum usada numa larga área é um dos maiores capitais para a criação de comércio internacional (Tradução nossa).

¹¹ Na condição de concorrência internacional livre e plena, um país será mais capaz de manter a sua posição em áreas onde tem uma forte afinidade cultural (Tradução nossa).

Produto Interno Bruto (PIB), em detrimento do papel da história e, por extensão, da cultura, da língua e outras variáveis semelhantes¹².

Assim, o carácter internacional da língua comum pode ser fonte de vantagens não negligenciáveis, enquanto, que as raízes culturais e históricas partilhadas têm muitos impactos económicos (favoráveis ou desfavoráveis) que importa considerar seriamente, numa perspectiva dinâmica.

3.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO III

Num mundo cada vez mais global – em que existe uma crise económica à escala planetária, que afecta naturalmente mais uns, do que outros – as perspectivas de crescimento mundial têm sido revistas em baixa pelo FMI. Se atendermos a estes factores as perspectivas que tragam valor para todas as partes envolvidas são de louvar. E Angola e Portugal têm muito em comum. Como já fizemos referência, a ligação entre portugueses e angolanos é já longa e provém do século XVI.

Neste mundo de dificuldades, as relações bilaterais podem possibilitar o desenvolvimento de projectos comuns, sinergias e outras mais-valias, em cada um dos países, onde cada parte pode agregar o que de melhor tem para oferecer.

Os acordos de cooperação existente entre Angola e Portugal abrem portas e proporcionam o investimento na utilização de tecnologias e formas de negócios que seriam difíceis de outro modo, ou mesmo o acesso a formas de financiamento que tendem a rarefazer-se nos atuais e nublados tempos.

Portanto, Angola com todo o seu potencial e ambição, com as perspectivas futuras cada vez mais positivas, e os empresários, empresas, técnicos e outros portugueses interessados na temática do desenvolvimento e internacionalização, saberão, como o têm demonstrado, encontrar formas de maximizar os objectivos comuns.

Quanto aos fundamentos da relação bilateral, os dois países têm basicamente vantagens na comunicação, resultantes da utilização do mesmo idioma, de uma história partilhada e de um certo número de raízes culturais comuns.

¹² Para além das três áreas mais referidas ao longo deste texto (língua, história e cultura), facilmente poderíamos encontrar outra: a religião, cuja influência foi tão evidente no caso de Timor-Leste.

Pensamos entretanto que, se tem vindo cada vez mais a reconhecer a importância, antes negligenciada, da língua, da cultura e da história no âmbito do desenvolvimento económico, designadamente ao nível da competitividade entre as nações.

Do ponto de vista da economia global, é claramente mais fácil a circulação de pessoas, bens e capitais num espaço com afinidades linguísticas, assim como vivências históricas e culturais comuns.

Concluimos que a língua, tendo intrinsecamente um papel unificador, influencia determinantemente as economias, quer as trocas comerciais, quer na promoção da internacionalização das empresas, passando pelo desenvolvimento de relações sociopolíticas, assim como a mobilidade de pessoas e de ideais.

4. POLÍTICA ECONÓMICA ANGOLANA (2005 – 2010)

4.1. POLÍTICA ECONÓMICA ANGOLANA (2005 – 2010)

A assinatura dos acordos de Paz em 2002 e o subsequente processo de afirmação e consolidação da Paz coincidiu, aproximadamente, com a fase final do ciclo de recessão económica em que a Economia Mundial se encontrava. Nessa altura, o despontar do crescimento de economias como a da China e de outros países em vias de desenvolvimento, como a Índia e o Brasil, teve um impacto muito marcante sobre os seus parceiros comerciais.

Angola, através da aposta no aprofundamento das relações económicas com países com elevada taxa de crescimento, tem aproveitado da melhor forma os efeitos dessas relações, ocupando um lugar de destaque entre os países da África Subsariana.

Uma das principais vertentes da política económica de Angola tem sido a aposta no Investimento Directo Estrangeiro (IDE), o qual assumiu um papel determinante para o seu desenvolvimento, dada a sua contribuição ao nível da modernização do sistema produtivo, através da aplicação de novas práticas de gestão, modernizadas e introduzidas nos sistemas empresariais, levando assim a uma maior eficiência destas, bem como a uma melhoria do sistema burocrático e legal.

O investimento externo tem vindo a assumir um papel primordial no financiamento empresarial e na dinamização de novas actividades económicas, especialmente ao nível dos projectos estruturantes de grande escala, essenciais ao desenvolvimento de qualquer país que se encontre em fase de reconstrução.

Obviamente, depois de tantos e tão longos problemas a vários níveis, o mercado sofre ainda de muitas perturbações, essencialmente devido às falhas legais existentes, mas essa situação tem sido igualmente precavida e vão sendo apresentadas claras melhorias, fruto de importantes intervenções nos campos político e jurídico. Assim, em 2003 e 2005, Angola procedeu a uma ampla revisão da legislação no que diz respeito a matéria económica, aprovando a Lei de Base do Investimento Privado, a Lei de Base do Fomento Empresarial Privado e a Lei de Base dos Incentivos Fiscais e Aduaneiros ao Investimento Privado. Esta revisão legislativa tornou possível que se consagrasse o princípio da livre iniciativa económica e empresarial privada, método facilitador à entrada de investidores externos no mercado.

Em 2005 a taxa de crescimento económico aumentou em relação ao ano anterior (7%), atingindo os 19,7% para o sector petrolífero e os 10,4% para os restantes sectores da economia, o que representou 15,5% de crescimento combinado, sendo todavia, de referir que os restantes sectores, também, conheceram um elevado dinamismo¹³.

Em termos nominais, o PIB registou um aumento de 9.500 milhões de USD em 2001 para 30.300 milhões de USD em 2005, o que representou uma taxa de crescimento anual nominal superior a 36%.

A taxa de inflação, que havia atingido os 23%, em 2005 (taxa de variação média anual), diminuiu para cerca de 13%, em 2006 (taxa de inflação homóloga, no final de 2006, da ordem dos 10%)¹⁴.

Em boa verdade, a massa monetária conheceu uma expansão muito superior ao que se previa, atendendo ao acréscimo do PIB, em termos reais, e à própria taxa de inflação, uma vez que o ritmo de crescimento foi de, aproximadamente, 60%, em 2005, e de cerca de 43% ou mesmo um pouco mais), em 2006.

A indústria petrolífera possui um peso assinalável na economia angolana, tendo atingido os 57% de contribuição para o PIB em 2005. Um dado importante para compreender o desfasamento entre os valores nominais e os reais é a evolução da taxa de inflação. Desde 2003 que este indicador tem estado a diminuir, tendo atingido no final de 2005 os 17,7% valores substancialmente inferior aos 76,5% de apenas dois anos antes.

No campo das contas públicas, em 2004, a receita fiscal representou 36,8% do PIB. Este valor tem-se mantido estável devido ao jogo de duas forças de sentido contrário: a diminuição da taxa efectiva de tributação sobre o sector petrolífero e o aumento do preço do crude nos mercados internacionais.

A despesa orçamental, excluindo a amortização de capital, apresentou tendência decrescente, atingindo o valor de 35,7% do PIB. Relativamente à despesa de capital, aumentou de 4,4% do PIB em 2004 para 8,3% no ano seguinte, o que ilustra de forma inequívoca o esforço de reconstrução e reabilitação de infra-estruturas do país. O

¹³ Ver a este propósito, "Perspectivas Económicas em África", Banco Africano de Desenvolvimento – 2005/2006, Outubro 2006, pág. 87 e seguintes.

¹⁴ Refira-se que a taxa de inflação atingiu os 98%, em 2003, e os 44%, em 2004.

Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2006 fixava este indicador em 21,8%, o que representa um crescimento percentual para quase o triplo, face ao ano anterior.

Como consequência, assiste-se a uma progressiva integração de Angola nos blocos regionais, denotando um aprofundamento das relações económicas e diplomáticas com os países vizinhos, bem como a consolidação da economia de mercado.

Atento aos riscos decorrentes da grave crise económica e financeira internacional, o Executivo conduziu a partir de 2009 uma política macroeconómica apoiada no pilar sólido de uma política fiscal de qualidade, coerente e credível, capaz de garantir um efeito contrário à tendência de estagnação económica que se desenhava em todos os países desenvolvidos e nos países em vias de desenvolvimento e emergentes, e que se acabou por verificar em muitos deles.

Dados divulgados pelo FMI, indicam que Angola foi um dos poucos países do mundo a escapar da recessão em 2009, pois o PIB cresceu 2,4% enquanto o PIB mundial decrescia 0,7%.

Em 2010, a tendência manteve-se, pois o PIB cresceu 3,4% e o cenário económico angolano caracterizou-se pela recuperação lenta dos preços do petróleo e pelo esforço fiscal para continuar a consolidar os pilares da estabilidade macroeconómica.

As reservas internacionais líquidas do país subiram em 2010 do equivalente a 12 mil e 600 milhões para cerca de 17 mil e 500 milhões de dólares.

O dinamismo crescente dos sectores da construção, agricultura, indústria e serviços evidenciou a participação crescente do sector não petrolífero no PIB, com um crescimento de 8,3% em 2009 e 7,8% em 2010, enquanto o sector petrolífero se contraía (respectivamente -5,1 e -3,0%), devido à forte redução do preço do petróleo em 2009 e à redução do volume produzido em 2010.

A inflação continuou a ser um desafio para Angola. Depois de anos de descida sustentada, a taxa de inflação subiu 6% em 2008, atingindo 13,7%, e cresceu novamente para 14,7% em 2010.

Entretanto, a Dívida Pública Global continuou dentro dos coeficientes de segurança internacionalmente aceites, quer quanto ao seu volume e custos, quer no tocante ao seu perfil de vencimentos.

O baixo custo do endividamento externo, combinado com a recuperação dos preços de exportação do petróleo, reflectiu-se na melhoria do saldo das transacções correntes da balança de pagamentos, que evoluiu de um défice de 7 mil e 572 milhões em 2009 para um défice de apenas 348 milhões em 2010.

Em síntese, a evolução recente da economia angolana tem sido, altamente, favorável.

4.2. IMPORTÂNCIA DE PORTUGAL NA POLÍTICA ECONÓMICA ANGOLANA

Portugal pertence a um bloco económico mundial muito importante e fundamental que é a UE; tem relevantes ligações adquiridas no mundo empresarial e de negócios; tem um capital humano, técnico e cognitivo assinalável. Portanto, num quadro de cooperação, Portugal tem condições de ajudar a promover as empresas angolanas para se afirmarem no mundo. De notar que, por razões óbvias, baseadas na história secular e outras afinidades como a linguística, em Angola, tanto os portugueses, como os seus produtos e serviços, são francamente apreciados.

Para além da língua, Portugal e Angola possuem um forte alinhamento cultural, concessões de gestão e estratégia de investimento complementares e grande consenso sobre a importância de uma estreita cooperação económica e empresarial.

Portugal é o quarto maior investidor estrangeiro em Angola, contudo, se excluirmos as matérias petrolíferas e os diamantes, os portugueses são os que mais investem em Angola.

No entanto, para Portugal, Angola é o primeiro mercado extracomunitário e um parceiro comercial incontornável, pelo que faz todo o sentido este investimento. Angola tem estado aberta ao investimento português, à transferência de *know-how* e à qualificação que as empresas portuguesas podem oferecer aos parceiros angolanos.

A maior parte do investimento luso em terras angolanas destina-se aos sectores da construção (42,2%), seguido da indústria (20,6%) e dos serviços (12,31%). Embora o actual panorama económico atenuie a actividade de muitos empresários em Portugal, o caso não se sente em Angola, onde os portugueses investiram 757,8 milhões de Euros em 2008, mais 63% que no ano anterior. Estes dados demonstram como as empresas portuguesas têm investido, de forma massiva no mercado angolano.

Na vertente empresarial e segundo dados da delegação da Agência Internacional de Comércio e Exportação Portuguesa (AICEP) em Luanda, estão instaladas em Angola mais de 200 empresas portuguesas, merecendo especial referência o sector financeiro, onde a representação lusa é forte, especialmente através dos Grupos Banco Português Internacional (BPI), BES e do Grupo Millennium Banco Comercial Português (BCP).

Como reflexo do crescente interesse do empresariado português em Angola, reside o aumento verificado ao nível das exportações portuguesas, colocando-o no quarto lugar de destino dos produtos portugueses no estrangeiro. Fora do espaço comunitário, este é o maior comprador de produtos oriundos de Portugal. Em 2008, as exportações portuguesas atingiram os 2039,7 milhões de Euros (65% das vendas ao estrangeiro), quando em 2003, este valor fora de 649 milhões de Euros e em 2002 de 569 milhões de Euros.

A presença efectiva e o conhecimento do mercado dão às empresas portuguesas uma vantagem competitiva, numa altura em que o país está a despertar o interesse de outros investidores.

Mais do que apenas exportarem para o mercado, as empresas portuguesas procuram ter uma presença efectiva e continuada no país.

Os produtos portugueses com maior representatividade em Angola são as máquinas e aparelhos (cerca de 25%), os produtos alimentares (cerca de 19%) e os veículos e outros meios de transporte (com cerca de 9%).

Salientamos por outro lado, a importância de Portugal quanto aos Programas Anuais de Cooperação (PAC) e o PIC. Estes têm disponibilizado vários milhões de euros, com o objectivo de apoiar projectos a nível das províncias e municípios mais necessitados, assim como as parcerias público-privadas e o apoio às pequenas e médias empresas.

Outros apoios de Portugal contribuíram para o crescimento de Angola, como os que a seguir referimos, apenas para citar os mais relevantes.

Na sequência do acordo de reestruturação do pagamento da dívida de Angola a Portugal, o Estado português, através da Companhia de Seguros de Crédito (COSEC), procedeu à abertura de uma linha de crédito para cobertura de risco a operações de exportação para Angola de bens de equipamento e serviços de origem portuguesa

(crédito fornecedor) e para importadores angolanos através da cobertura dos financiamentos atribuídos pelos bancos angolanos a esses importadores (crédito comprador), até ao montante global de 100 milhões de euros. Tendo esse limite ascendido, desde 5 de Abril de 2006 para 300 milhões de Euros, desde 17 de Julho de 2008 para 500 milhões de Euros e, finalmente, a partir de 11 de Março de 2009 para 1000 milhões de Euros. Estes aumentos de *plafond* reflectem uma crescente confiança quanto ao pagamento das obrigações financeiras de Angola sobre o exterior.

4.3. INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA ANGOLANA

Desde finais da II Guerra Mundial, as taxas de crescimento do comércio externo foram sempre superiores às da produção. As economias tornaram-se mais abertas para o exterior. No entanto, as trocas concentraram-se nalgumas regiões, de modo que a internacionalização não se opõe a fragmentação da economia mundial.

Assim, o conceito de internacionalização apresenta uma característica unidimensional, assumindo-se como um movimento estratégico de dentro para fora que pode abarcar níveis diferentes, desde a simples exportação até à criação de estabelecimentos produtivos no estrangeiro. Porém, esta visão é algo limitada e colide com a ideia de internacionalização de um país em sentido global, já que ignora movimentos activos de empresas estrangeiras.

A internacionalização de uma economia é o conjunto de todas as relações, que afectam a esfera económica, estabelecidas entre uma nação e todas as outras. Esta definição implica a separabilidade dos mercados geográficos nacionais.

Neste sentido, a internacionalização pressupõe a manutenção de alguma reserva de domínio específico de uma nação, de forma que ela, por sua iniciativa, o possa trocar, vender, disponibilizar, ou não, face a outras Nações.

A ascensão de Angola à independência nacional coincide, grosso modo, com o início da implantação no país do “ciclo do petróleo” e, num contexto global, com a explosão petrolífera da década de 70 do século XX decorrente dos choques produzidos pelos aumentos vertiginosos do preço do crude no mercado internacional.

Segundo Carneiro (2002, p. 36), “após uma contínua ascensão do peso do petróleo no conjunto das exportações da colónia a partir de 1969 [5,2% do total nesse ano], 1973 marca o efectivo nascimento do «ciclo do petróleo».” Nesse ano o petróleo torna-se o primeiro produto de expansão, atingindo o peso de 30% no conjunto total das exportações. De igual modo, as receitas das indústrias petrolíferas tornaram-se, a partir desse ano, a principal rubrica das “receitas ordinárias” do orçamento da colónia, com um peso de cerca de 17%. A partir de então não parou de crescer, atingindo valores paradigmáticos nos últimos anos.

Neste contexto, o Investimento Directo de Angola no Estrangeiro (IDAE) reflecte a expansão sem precedentes da entrada de receitas provenientes do petróleo.

Com o passar dos anos é cada vez mais “gritante” a necessidade mundial por petróleo e os seus derivados; a Sonangol¹⁵, entidade doméstica líder na economia política de Angola, tem vindo a consolidar-se como uma empresa credível a nível internacional. No âmbito do seu processo de internacionalização, a petrolífera angolana está decidida a usar a sua cotação accionista neste país para se expandir no mercado da U.E. Assim, Portugal será preferencialmente a porta de entrada de Angola na Europa.

A Sonangol tem sido a única empresa angolana capaz de gerar liquidez, de financiar o Estado e ainda de ser o rosto deste em matéria de aquisições no exterior, particularmente em Portugal.

Com a subida do preço do petróleo e as novas descobertas petrolíferas no país, a empresa tem vindo a ganhar nos últimos quatro anos uma situação financeira invejável, assim como capacidade para investir no estrangeiro.

Nesta perspectiva, destacamos a parceria com a Galp Energia, onde tem uma participação de 45%, através de uma *holding* com sede na Holanda denominada

¹⁵ A Sonangol – criada em 1976 com a nacionalização da Angol – transformou-se na maior empresa pública angolana. Com um volume de negócios de 7,376 mil milhões, de dólares em 2005, a Sonangol possui uma infinidade de participadas, divididas entre o petróleo – 13 subsidiárias para a indústria petrolífera e cinco para a distribuição – e as atividades complementares: banca, seguros, construção civil, aviação, transitários, comércio a retalho (como assistência à produção agro-pecuária) e telecomunicações.

Esperaza¹⁶ e a Amorim Energia, detentora por sua vez de 33,34% na petrolífera portuguesa.

A Sonangol, em parceria com a Galp, controla a Sopor – Sociedade Distribuidora de Combustíveis. A Galp, através da Petrogal, detém 51% e a Sonangol 49%.

Em 2009, a empresa Energia de Portugal (EDP) criou uma *holding* com a Sonangol e os também angolanos Banco Privado Atlântico (BPA) e Finicapital para o estabelecimento de parcerias nas áreas da produção de energia eléctrica convencional – incluindo gás natural – e renovável em Angola. EDP, Sonangol e BPA ficaram com 30% do capital e a Finicapital com os restantes 10%.

De igual modo, está presente como accionista do Millennium BCP e no Millennium Angola, podendo vir a ser em qualquer uma destas empresas um accionista de referência.

No BCP, a Sonangol é detentora de acções, representativas de 14,59% do capital do banco. O BCP é o maior banco comercial privado a operar em Portugal, com uma rede de cerca de 900 balções e 2,5 milhões de clientes.

Entretanto, a Caixa Geral de Depósitos (CGD) e o Banco Santander Totta (BST) juntaram-se à Sonangol e a outros investidores angolanos para desenvolverem o Banco Totta Angola (BTA), que passou a chamar-se Banco Caixa Geral Totta de Angola (BCGTA). A nova entidade destina-se ao fomento de desenvolvimento angolano em projectos estruturantes em vários sectores da economia.

A Mota-Engil assinou em Luanda a criação de um consórcio em Angola denominado Mota-Engil Angola, sendo formalmente constituída em Outubro de 2010. Assim, a nova sociedade é detida em 51% pela Mota-Engil e em 49% por um consórcio angolano constituído pela Sonangol, BPA, Finicapital e Globalpactum.

Através de um consórcio, a Sonangol adquiriu parte do gigante das obras públicas português, a COBA e, por outro lado, comprou uma das mais importantes empresas portuguesas em Angola, a ESCOM, sociedade detida pelo Grupo Espírito Santo (GES).

¹⁶ A Esperaza é uma *holding* detida pela Sonangol (55%) e Isabel dos Santos (45%). Esta *holding*, por sua vez, controla 45% da participação de 33,34% que a Amorim Energia detém na Galp. Assim, de forma indirecta, é imputada à Esperaza uma participação accionista de 15% na petrolífera portuguesa.

Em todo o caso importa referir que a tomada de posições accionistas por parte da Sonangol em empresas portuguesas, quer em Portugal quer em Angola, tem suscitado por parte de analistas económicos, e não só, diversas interrogações no sentido de se perceber as razões deste interesse. Pensamos que as razões vão do interesse estratégico que este passo pode representar para cimentar interesses portugueses no mercado angolano até à necessidade de entrada de meios financeiros nas referidas empresas. Assim, convém seriamente olhar para o cenário mais que provável que irá ocorrer a médio-prazo: a passagem de algumas posições accionistas da Sonangol para empresários angolanos, mantendo-se eventualmente aquela em posição dominante. A exemplo disto, referimos que, “o Estado angolano comprou os 49% detidos pela Cimpor (...) contraindo um empréstimo do Banco BIC (...) entregando depois aquela participação à Ciminvest” (Costa, Lopes & Louça, 2013, p. 46). E isto tanto se aplica às empresas participadas em Portugal como em Angola. E aí sim, tem todo o sentido reflectir-se sobre o seu significado e consequências para as empresas portuguesas. Haverá alguma estratégia pensada? Obviamente sim embora com propósitos diferentes. Na banca, tomar posições na “casa-mãe” em Portugal tem uma motivação claramente económica. Mais do que ganhar muito com o mercado português, é uma forma de ter uma palavra forte nas estratégias dos bancos para Angola. E para que os interesses locais se desenvolvam é necessário acesso ao crédito. A história mostra que não se vai longe sem estar ligado ao capital financeiro. Quanto à Galp, a situação parece-me um pouco diferente. O que é que a Galp pode oferecer em termos de produção quando comparado com a Sonangol? Muito pouco. Os acordos de partilha de produção dão à Sonangol uma posição invejável. Daí que a participação na Galp tenha como principal motivo a componente política. É uma forte e inteligente afirmação de Angola sobre o Estado português naquilo que é considerado um símbolo da soberania portuguesa.

Para além dos grandes investimentos da Sonangol em Portugal, empresários angolanos também investem o seu capital, com participações em empresas portuguesas cotadas em bolsa como a Zon (29%), o BPI (19,50%), o BCP (2%), a Cofina (15%) e a Impresa (1%).

A par destes investimentos em grupos cotados em bolsa, os angolanos possuem interesses em variadas empresas portuguesas não cotadas, como o BIC (25%), o Banco de Investimento Global (BIG), (10,19%), o Cafago (80%), a Viauto (100%), a Quintas da Serra e da Pedra Cavada (100%), a Vinhos Benigno (100%).

A afirmação do Presidente da República de Angola reflecte bem este aspecto:

Nós precisamos de empresas, empresários e grupos económicos nacionais fortes e eficientes no sector público e privado e de elites capazes em todos os domínios, para sairmos progressivamente da situação de país subdesenvolvido (Angola, 2013).

O investimento angolano em Portugal não se esgota, naturalmente, nos números e ligações aqui apresentados, até porque, pela própria dinâmica económica de um país em acelerado crescimento como Angola, a paisagem deste investimento altera-se todos os dias.

4.3.1. ENTRADA DO CAPITAL DA SONANGOL NA GALP

Com a paz, o Governo angolano cedo percebeu a importância de fomentar um sistema financeiro que lhe permitisse viabilizar projectos do Estado e também fazer transferência de dinheiro para o exterior.

O movimento concertado com o apoio das autoridades para que grupos angolanos sejam accionistas das empresas portuguesas com interesse no seu país, concretiza-se com operações como a entrada da Sonangol no capital accionista da Galp.

O objetivo do Governo de Angola é linear, assentando na premissa de que é preciso criar uma burguesia nacional forte que se associe e dispute espaço com os investidores estrangeiros. A concretização deste objetivo passa, em boa parte, pela conjugação da fragilidade financeira de Portugal, por contraponto à opulência revelada por Angola.

Como já foi referido, a Sonangol tem sido a única empresa de Angola capaz de gerar liquidez, de financiar o Estado e ainda de ser o rosto deste em matéria de aquisições no exterior, particularmente em Portugal.

As receitas do petróleo financiam o Governo, permitem fazer aquisições fora do país, servem como contrapartidas para empréstimos bancários, alimentam a criação de empresas com sócios angolanos e são também aplicadas para entrar no capital de instituições financeiras, às quais a petrolífera pode posteriormente recorrer para se financiar.

O primeiro convite feito à Sonangol para entrar na Galp terá partido do Governo socialista eleito em 2005, atendendo às boas relações que José Sócrates vinha

estabelecendo com as autoridades angolanas, tendo sido concretizada no mesmo ano, quando o Governo do Partido Socialista (PS) completou a privatização preparada por Durão Barroso.

A negociação da entrada no capital da Galp pela empresa petrolífera angolana Sonangol é elucidativa, uma vez mais, de que a decisão empresarial *tout court* teve o respaldo total do Estado português. Ou seja, a este nível, a diplomacia económica da responsabilidade do Governo português esteve sempre presente e a apoiar a *business diplomacy* da própria empresa.

Pela dimensão dos capitais envolvidos na operação, a entrada dos angolanos na Galp pode ser vista como um virar de página no relacionamento bilateral.

Com esta operação, a Sonangol pretendia também alcançar o estatuto e a credibilidade que lhe permitissem ganhar balanço para se colocar numa bolsa mundial. Para isso, contou com um apoio firme do Governo angolano, que fez valer os seus pontos de vista, cada vez mais fortes, tendo em atenção o peso crescente que Angola tem para as exportações portuguesas, junto do Executivo português.

Deste modo, o sector petrolífero constitui-se numa das traves mestras do relançamento das relações estratégicas e económicas entre Angola e Portugal, como era visível há muito.

Assim, dentro do xadrez económico e político complexo que caracterizam as relações entre os dois países, é fundamental identificar objectivamente os factores que levam os angolanos a optarem por Portugal como um destino de eleição para os investimentos de maior volume, nomeadamente, a entrada na Galp.

De acordo com o parecer de alguns analistas, Portugal é preferido por não questionar a origem do dinheiro, o que não acontece nos demais países, onde há maior pressão nesse sentido.

Na nossa mais modesta opinião pensamos que, Portugal é preferido porque Angola está comprometida com uma relação de cerca 532 anos, onde a afectividade e a língua valorizam estes investimentos, tornando inevitável a aliança entre ambos.

4.3.2. INTERNACIONALIZAÇÃO VS TRANSPARÊNCIA

A burguesia é um processo já antigo, que muitos chamam de fase inicial do capitalismo ou, como Marx, de acumulação primitiva do capital. Em cada sociedade e em cada época terá facetas particulares. Mas as fases e os processos essenciais são idênticos. Em Angola passa-se o que aconteceu na Inglaterra antes da Revolução Industrial, em França a partir do século XVII, na China actualmente, na Rússia, etc.

A burguesia angolana constituiu-se em poucos anos, através de “gigantesca” acumulação a partir da renda petrolífera e da concentração dos seus benefícios no aparelho político.

No entanto, têm sido constantes as acusações de corrupção envolvendo as receitas petrolíferas. Tem sido difícil avaliar o volume de receitas geradas pelo petróleo, assim como indicar a forma como estas têm sido aplicadas. Segundo a Organização Não-Governamental *Global Witness*, num universo de 133 países, inspeccionados pela *Transparency International*, no seu relatório, *Global Corruption 2004*, Angola aparece classificada como um dos países com acentuado nível de corrupção¹⁷.

Confrontados com estes fatos, o Executivo angolano propôs e o parlamento aprovou por unanimidade, a 5 de Março de 2011, a Lei sobre a Proibição Administrativa, que estabelece as bases e o regime jurídico relativo à moralidade administrativa e ao respeito pelo património público.

A lei angolana permite que qualquer cidadão possa ter acesso à propriedade privada e desenvolver actividades económicas como empresário, sócio ou accionista e criar riqueza pessoal e património.

Como indicou o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos: “...precisamos de empresas, empresários e grupos económicos nacionais fortes e eficientes no sector público e privado e de elites capazes em todos os domínios...” (Angola, 2013).

Daqui depreendemos que, para o Executivo angolano, a acumulação primitiva de capital que tem lugar hoje em Angola deve continuar e adequar-se à nova realidade, pois, não tem nada a ver com corrupção, nem com o desvio de bens públicos para fins

¹⁷ Refere-se a um índice de percepção do grau de corrupção. Este é obtido através das percepções, em várias categorias, de académicos, homens de negócios e analistas de risco.

peçoais. Os angolanos têm o mesmo direito de ter propriedade privada e de criar riqueza pessoal e património.

A nova burguesia angolana encontra em Portugal a plataforma ideal: um país onde a crise financeira provoca apetência de investimento directo nos grupos económicos dominantes, alguns deles monopolistas, e onde o desemprego cria um excedente de quadros disponíveis para emigrar.

Num quadro de recuperação económica que se avizinha para Portugal - com o fim do programa de assistência financeira implementada pela *Troika* desde 2011, no auge da diplomacia económica e numa altura em que o Governo português criou o visto dourado para investidores - é incompreensível e inaceitável que só as riquezas dos angolanos e a sua forma de aquisição sejam questionadas, quando chineses, brasileiros, nigerianos e outros cidadãos fazem livremente a sua vida. Será que apenas a fortuna dos angolanos é que é conseguida de forma ilícita?

Desde Outubro de 1992 que Angola, com as primeiras eleições livres e multipartidária ganhas com maioria pelo MPLA, é um país capitalista e durante este tempo, criou a sua elite económica. Com a consolidação da democracia, com as eleições de 2008 e 2012, o país tem também aumentado os seus índices de abertura ao mercado financeiro, num contexto cada vez mais marcado pela globalização, sendo por isso normal o surgimento de uma classe-média com robustez económica suficiente para garantir a sua expansão, fora do continente africano.

Pelo que se tem verificado nos últimos tempos, em Portugal existe a convicção de que a criação de fortuna, para os angolanos, está obrigatoriamente relacionada com corrupção e actos ilícitos.

Em Angola, vigora a lei da probidade pública administrativa que, aliás, tem merecido elogios do FMI e de outras entidades financeiras mundiais, já que esta lei melhorou muito a fiscalização. Os especialistas do FMI estiveram em Angola e deram nota excelente ao desempenho da economia angolana, validando assim os avultados empréstimos para o desenvolvimento do processo de reconstrução nacional.

Por outro lado, Angola tem encontrado noutros parceiros e noutros continentes a compreensão, o respeito e o entendimento que lhe têm sido negados a nível dos países ocidentais. Governos como os da China, Índia e Brasil, por exemplo, têm-se

revelado opções politicamente mais sólidas e economicamente mais vantajosas para o estabelecimento de parcerias com países como Angola, que sustentam o seu crescimento e desenvolvimento.

4.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO IV

Ao analisarmos a política económica angolana no período compreendido entre 2005 e 2010, verificamos que ela tem apresentado elevadas taxas de crescimento ao longo dos últimos anos em resultado, fundamentalmente, do estabelecimento de um clima de paz no país. O sector petrolífero é o responsável por este crescimento, ao representar tradicionalmente perto de 60% do PIB e 98% das exportações.

Um dos objectivos do Governo angolano é consentâneo com o esforço de recuperação dos restantes sectores da economia na sua diversificação, dando especial atenção ao sector agro-pecuário e da indústria transformadora.

A aposta no IDE, o qual assumiu um papel determinante para o seu desenvolvimento, constituiu-se, entretanto, numa das principais vertentes da sua política económica.

Relativamente à importância de Portugal na política económica angolana, consideramos que os dois países mantêm uma relação económica que se pauta por três características principais: naturalidade, crescimento e diversificação. Desde logo, Portugal e Angola estão obrigadas, no bom sentido, a uma parceria natural. Por uma língua e história comum de séculos, por um passado recente de reequilíbrio na igualdade, por interesses mútuos actuais mas, sobretudo, pelo desejo de construir um futuro conjunto.

A internacionalização das empresas angolanas por via do investimento directo no exterior, nomeadamente em Portugal, é exercida com maior preponderância pela Sonangol. Este investimento tem crescido, e hoje estão presentes em vários sectores de actividade e assumem diferentes dimensões.

Em suma, o capital português ainda ocupa um lugar relevante nos grandes negócios proporcionados pelo desenvolvimento das infra-estruturas e dos serviços em Angola. Mas, de facto, não pode competir com potências emergentes como a China e o Brasil, cujas empresas desembarcam em Luanda apoiadas em poderosas linhas de crédito estatal.

5. POLÍTICA ECONÓMICA PORTUGUESA (2005-2010)

5.1. POLITICA ECONÓMICA PORTUGUESA (2005 – 2010)

Durante a década de 90 do século XX, Portugal seguiu uma política económica determinada pelos critérios de convergência da União Económica e Monetária (UEM), do que resultou a entrada do país na Zona Euro em Janeiro de 1999.

Devido ao desfasamento da política expansionista praticada face aos reais fundamentos da economia nacional, houve necessidade de se implementar, a partir de 2002, uma política fiscal mais restritiva, com vista à redução do défice público. De entre as medidas adoptadas salientam-se o aumento da taxa do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), a imposição de cortes nas despesas, o encerramento e reestruturação de várias instituições públicas, a proibição de renovação dos contractos temporários de trabalho no sector público, e reformas, nomeadamente a do mercado laboral.

Após a recessão económica de 2003, o crescimento real do PIB permaneceu positivo até ao último trimestre de 2008.¹⁸

Neste período, destaca-se o desempenho económico registado em 2006 e 2007, anos em que a taxa de crescimento do PIB foi de 1,3% e 1,9%, respectivamente, numa nítida trajectória de convergência com a média europeia.

Para esta boa performance foi fundamental o desempenho extremamente positivo do sector exportador de bens e serviços, com a procura externa líquida a contribuir positivamente para o crescimento global do PIB. Por outro lado, a balança tecnológica passou a apresentar um saldo positivo em 2007, testemunhando a profunda alteração entretanto verificada no tecido produtivo português, que provocou uma modificação na estrutura das exportações, até então dominadas pelos produtos tradicionais como o têxtil e o calçado. Confirmou-se ainda a recuperação do investimento empresarial, a par de uma melhoria na competitividade e produtividade das empresas.

Pensamos, entretanto, que este padrão de crescimento foi reflexo de uma melhoria progressiva dos fundamentos da economia¹⁹, para a qual muito contribuiu a estratégia

¹⁸ Em 2009 assistiu-se a uma contracção real do PIB de -2,7%, em termos homólogos, que embora corresponda a um valor mais suave do que o verificado noutras economias da Zona Euro, traduz os efeitos associados à deterioração do enquadramento económico e financeiro internacional, que afectou o crescimento das exportações e retraiu o investimento e o consumo.

de desenvolvimento seguida, baseada na aposta na qualificação do capital humano, na modernização tecnológica, na redução dos custos administrativos e de contexto, em especial para as Pequenas e Médias Empresas (PME), e na consolidação das finanças públicas, condições essenciais para a criação de um ambiente propício ao investimento e à competitividade da economia.

Pela positiva, assinalamos ainda a redução do défice do sector público para 3,9% do PIB em 2007, resultado que se situou acima dos 6,1% atingidos no ano anterior e que superou o objectivo inscrito no Programa de Estabilidade e Crescimento 2006-2010.

Por outro lado, menos positivo foi o agravamento de défice externo, reflexo da acentuada deterioração do défice primário de rendimentos e, em menor extensão, das transferências de capital.

Em 2008, o desempenho da economia portuguesa foi condicionado por um enquadramento externo particularmente desfavorável, que teve ainda início na segunda metade de 2007. As repercussões da crise financeira nos E.U.A, que se alastrou aos restantes países do mundo, provocaram restrições ao financiamento, um aumento do clima de incerteza e um abrandamento das economias a nível global.

Acreditamos, assim, que este contexto desfavorável determinou uma inversão na tendência de retoma da economia portuguesa, assistindo-se à desaceleração do crescimento do PIB em termos reais (variação nula em volume) reflectindo um abrandamento da procura líquida, que resultou na diminuição das exportações de bens e serviços (-0,5% em volume) e uma desaceleração da procura interna, com o investimento a ser o principal responsável por esse abrandamento (-0,7% em 2008 depois de ter crescido 3,1% no ano anterior).

Em matéria de finanças públicas, o processo de consolidação orçamental iniciado em 2005 permitiu corrigir uma parte significativa dos desequilíbrios orçamentais existentes, com a aplicação de uma política orçamental restritiva e a implementação de reformas estruturais que tiveram como resultado um aumento da receita (obtenção de maiores receitas fiscais) e a redução da despesa (despesas primárias e despesas de capital). Deste modo, esta conjugação de esforços permitiu que em 2007 e 2008 o

¹⁹ As sociedades são obrigadas a fazer escolhas sobre o que e quanto, como e para quem produzir. Devem decidir se produzem mais bens de consumo ou bens de capital; dependendo da disponibilidade de recursos de cada país, a sociedade deve decidir, quais os sectores que serão beneficiados na distribuição de produto, ou seja, decidir como será distribuído a renda gerada pela atividade económica.

défice orçamental se tenha cifrado nos 2,6% e 2,7%, respectivamente, os mais baixos dos últimos 30 anos.

Constatamos também que a dívida pública manifestou um melhor comportamento, assistindo-se a um decréscimo superior ao que tinha sido previsto, tendo ocorrido já em 2007 uma diminuição do seu peso no PIB.

Em 2009, assistiu-se a uma contracção real do PIB de -2,7%, em termos homólogos, que embora corresponda a um valor mais suave do que o verificado noutras economias da Zona Euro, traduz os efeitos associados à deterioração do enquadramento económico e financeiro internacional, que afectou o crescimento das exportações e retraiu o investimento e o consumo. Ainda durante o ano, o mercado de trabalho foi particularmente afectado pela crise económica, com a taxa de desemprego a atingir patamares muito altos (9,5%).

Depois de em 2008 ter sido interrompido a trajectória ascendente da taxa de desemprego, com a população desempregada a diminuir 4,8% face a 2007, a forte contracção da actividade económica registada em 2009 veio afectar o mercado de emprego de forma significativa, provocando um crescimento da população desempregada, principalmente na faixa etária mais jovem.²⁰

Por outro lado, o fraco desempenho da actividade económica a nível interno e a descida dos preços das matérias-primas provocaram uma descida de inflação que se situou nos -0,8%, uma das mais baixas da Zona Euro.

O investimento, entretanto, acentuou a descida verificada em 2008, registando em termos reais uma variação negativa de 12,6%.

As exportações de bens e de serviços diminuíram 11,6% em volume, apesar da forte recuperação evidenciada no 4º trimestre.

Assim, com base no estudo realizado, pensamos que as grandes prioridades do Governo português ao nível da consolidação orçamental estavam concentradas na correcção do défice e redução da dívida, a par da defesa e estímulo ao emprego, e de um conjunto de medidas de apoio às PME, colocando em curso reformas que terão

²⁰ Com o emprego a manter-se em queda, o Governo decidiu avançar com um conjunto de medidas com impacto directo e imediato no mercado de trabalho, no sentido de assegurar a manutenção do emprego, incentivar a inserção de jovens à procura do primeiro emprego e promover a criação de emprego e o combate ao desemprego, designado por “Iniciativa Emprego 2010”.

um impacto decisivo na contenção da dívida pública, como por exemplo, a da Segurança Social, da Administração Pública, da Saúde e da Educação, ou seja, em todos os Ministérios, no âmbito do Programa de assistência que assinou, em Junho de 2011, com instituições internacionais, nomeadamente o FMI, o Banco Central Europeu (BCE) e a Comissão Europeia (CE). “O programa de austeridade que acompanha o Programa de assistência tem tido sérias repercussões em todos os aspectos de actuação do Estado português e por conseguinte também na política externa” (Pavia, *apud* Pavia & Monteiro, 2013, p.189).

“Em todo o caso teme-se que este “aperto” financeiro possa afectar a prossecução de uma política externa credível, coerente e eficaz ...” (Pavia & Monteiro, 2013, p.189).

Sucedem que, na situação em que Portugal se encontra, é preciso ir além dos acordos tradicionais (opções europeias, atlânticas e lusófonas), dever-se-á ter coragem de inovar, procurar consenso e adoptar uma nova prioridade estratégica nacional, que passa por uma fortíssima diplomacia económica, constituindo-se num desafio inexorável e inadiável para a recuperação da sua credibilidade externa, para a atracção de investimentos e para a promoção das empresas, produtos e marcas portuguesas no exterior. A promoção da diplomacia económica deve estar no centro de uma profissão altamente qualificada no Estado e do Estado. Deste modo, a política externa portuguesa deverá orientar-se para a recuperação da reputação financeira, do prestígio internacional e para o fomento da actividade económica com o exterior, potenciando as suas exportações, apoiando a internacionalização das suas empresas e a captação de mais investimentos directo estrangeiro.

Ainda de acordo com Pavia e Monteiro (2013, p. 189):

A aposta decisiva na Diplomacia Económica pode também fazer esquecer que existem outras vertentes da diplomacia que não podem ser deixadas de lado; a diplomacia seja ela económica ou outra, é um instrumento ao serviço da política externa e não o contrário (...) a aposta na Diplomacia Económica não pode ser encarada como uma espécie de “tábua de salvação”, que irá resolver todos os nossos problemas; a nossa actual situação difícil é, espera-se, conjuntural, e a política externa portuguesa defende interesses permanentes e estruturais que esses sim são fundamentais.

Em suma, as perspectivas de evolução da economia portuguesa no período 2010-2011, sendo uma economia aberta e plenamente integrada em termos económicos e

financeiros, continuavam a ser marcadas pela interação entre a crise nos mercados financeiros internacionais e a evolução da actividade económica à escala global.

5.2. IMPORTÂNCIA DE ANGOLA NA POLÍTICA ECONÓMICA PORTUGUESA

A economia angolana é a que cresce mais depressa em todo o mundo, com uma média de 11% entre 2001 e 2010. Em 2012 registou um crescimento de 10%, prevendo-se 7% para 2013 e 2014. A receita do petróleo correspondia em 2011 a metade do produto nacional. Os fluxos de investimento crescem freneticamente: de 1,6 milhões em 2002, o investimento directo angolano em Portugal atingiu os 130 milhões só no primeiro semestre de 2012.

Angola compra a Portugal 17% daquilo que importa, o suficiente para ser o seu maior destino das vendas fora da U.E.

O sistema económico angolano está hoje presente em muitos dos grandes grupos portugueses e providencia o financiamento de necessidades imediatas, recapitalizando bancos e empresas, participando ou multiplicando formas de cooperação bilateral.

Por outro lado, Angola é considerada um mercado muito relevante para as exportações das empresas portuguesas, com consequências no investimento e na respectiva presença no mercado. Em particular, dadas as suas carências, é uma boa aposta para investimento, sobretudo em sectores como a construção de infra-estruturas e obras públicas.

A construção civil é dos sectores que mais pode contribuir para o crescimento de Angola e também das exportações portuguesas. Assim, a maior parte de investimento luso em terras angolanas destina-se aos sectores da construção (42,2%), seguido da indústria (com 20,6%) e dos serviços (com 12,13%), como já foi referenciado.

O peso de Angola na economia portuguesa vai muito além das participações cruzadas com empresários e empresas angolanas.

Actualmente, mais de sete mil empresários portugueses exportam para Angola, uma vez que este é o quarto principal destino das exportações portuguesas e o primeiro fora da Europa. Durante os primeiros nove meses de 2011, Portugal exportou para Angola 2,1 mil milhões de euros, enquanto no sentido contrário o montante foi de 1,02

mil milhões de euros. Angola também se destaca enquanto destino de Investimento Directo Português Estrangeiro (IDPE), tendo ocupado em 2008 e 2009 a 3ª posição no total. Os portugueses investiram 757,8 milhões de euros (2008), mais 63% que no ano anterior. Estes dados demonstram como as empresas portuguesas têm investido de forma massiva no mercado angolano, o que nos leva a concluir que no domínio do investimento, Angola tem vindo a apresentar-se cada vez mais importante nas relações económicas de Portugal com o exterior.

Em sentido contrário, verificamos uma crescente participação de capital angolano nas empresas portuguesas instaladas no mercado e, fenómeno mais recente, nas empresas domiciliadas em Portugal, contribuindo assim para um reequilibrar de interesses e posições entre os dois países. “O poder do capital angolano na banca portuguesa faz-se sentir pelo peso accionista directo, mas também pela dimensão do negócio das filiais em Angola” (Costa et al., 2013, p. 41). Todavia, a ocupação de posições determinantes na banca é estratégica não só pela razão principal já referida – acesso a uma praça financeira permeável e ligada às praças financeiras internacionais – mas também porque Angola valoriza as relações com Portugal.

Ainda, segundo os mesmos autores (2013, p. 41):

A aquisição de posições accionistas relevantes na banca portuguesa acabou por transformar o capital em credor, por via da aquisição bancária de inúmeros grupos financeiros descapitalizados, tendo o capital angolano usado a vantagem dessa posição e lançando-se na tomada de posições fortes e mesmo de controlo em novos sectores como em grupos da construção civil e em grupos de media.

Há também uma grande proximidade cultural e histórica entre os dois povos, que supera largamente a distância geográfica entre os dois países. O facto de falar a mesma língua ajuda, mas não é o único factor de influência.

O sucesso português no mercado angolano passa muito pela facilidade cultural e relacional que as empresas sentem quando chegam a Angola, com a naturalidade na relação entre as duas economias e as empresas. Acresce o facto de que a economia angolana sente a necessidade de apostar na construção de um futuro promissor pois, como todos sabemos, o negócio petrolífero não irá durar para sempre.

Não obstante os vários problemas, Angola e Portugal reconhecem as vantagens mútuas e parecem apostadas no reforço das relações bilaterais, sobretudo nas suas vertentes económica e empresarial.

Na prossecução deste interesse, tem-se vindo a assistir a um reforço das empresas portuguesas em Angola, nomeadamente na forte presença da banca portuguesa, da Galp e da Partex na exploração petrolífera, da ESCOM no sector diamantífero e de inúmeras empresas de construção civil e de outros sectores da mesma área. Existe também uma considerável presença portuguesa nos sectores de energia, telecomunicações, seguros, cimento, aviação civil, imobiliária, restauração, hotelaria e tecnologias de informação.

Em suma, vislumbram-se grandes oportunidades que devem ser aproveitadas, nomeadamente em certos sectores industriais, tendo em conta o empenho do Governo angolano em diversificar a economia, reduzindo a dependência do petróleo, e aumentar a oferta de emprego.

5.3. INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA

A internacionalização das economias é, hoje, como é sabido, um objetivo que está presente nas agendas políticas das organizações económicas supranacionais, em geral, e na dos Governos, em particular, e que veio para ficar.

A internacionalização da economia portuguesa é a expressão positiva desejável e incontornável da sua abertura aos mercados e investidores externos e simultaneamente um instrumento da sua cada vez mais forte integração no mercado único europeu e na economia global²¹.

Nas últimas duas décadas assistiu-se à internacionalização de um número significativo de empresas portuguesas, com experiências bem-sucedidas em grandes projectos internacionais. No entanto, estes fluxos devem ser estimulados e ampliados, com base em decisões exclusivamente empresariais a que o Estado deve garantir suporte político. Para a internacionalização das empresas portuguesas e a criação dos mecanismos que facilitam a acção dos agentes económicos nacionais, face à globalização, para a atracção do investimento externo, contará a criação de um conjunto de regras claras, estáveis e simples (fiscais, institucionais, garantias dos direitos de propriedade, liberalização e transparência dos mercados).

²¹ Na segunda metade da última década emergiu também, uma nova dimensão neste movimento, com a concretização de significativos investimentos portugueses no exterior, designadamente em Espanha e no Brasil, mas igualmente noutros países da União Europeia, no Magreb, em Angola, Moçambique e Cabo-Verde.

O objetivo é manter e atrair para o território português investimento estrangeiro gerador de mais e melhor emprego; indutor de maior competitividade externa e capacidade de oferta de bens transaccionáveis; fomentador dos equilíbrios macroeconómicos, designadamente da sua balança externa.

Neste contexto, este processo de internacionalização pode caracterizar-se como um processo sustentado²², marcado pela proliferação de actores (grandes empresas e PME) e pela diversificação progressiva de mercados, estando as empresas portuguesas presentes em quase todo o mundo. Depois de uma primeira fase de domínio das grandes empresas as PME adquiriram um papel de protagonismo, ajustando-se assim mais ao perfil empresarial de Portugal, e os destinos foram igualmente alargados, originando uma maior diversificação geográfica dos investimentos, com a escolha de novos mercados, mais distantes e de maior complexidade na abordagem.

Sendo esta a realidade, é importante que tenhamos presente que este objetivo é reflectivo nas empresas, em concreto, porque são estas que o prosseguem.

A internacionalização das empresas portuguesas é, aliás, uma das principais vertentes da acção do Ministério da Economia, que não se esgotando na informação de apoio, tem nela um suporte fundamental, pois é através desta informação, num mundo crescentemente mediatizado, que se reforçam ou se consolidam as estratégias.

Actualmente, estas estratégias passam também, indiscutivelmente, pela crescente modernização, que salvaguarda a competitividade, assim como pela inovação, pelo marketing e pela partilha de riscos, através de parcerias e mecanismos de garantia, que dêem consistência ao sucesso empresarial, por todos desejados.

Os impulsos da globalização continuarão a estimular a internacionalização da economia portuguesa. Internacionalizar a economia portuguesa passou assim a ser um desígnio nacional crucial para o futuro do país, como se constata de forma clara pelo facto do XIX Governo Constitucional²³ ter assumido a internacionalização da economia como um vector chave da sua política externa. No entanto, não podemos

²² Particularmente desde a adesão de Portugal à União Europeia.

²³ Formado com base nas eleições legislativas de 5 de Junho de 2011, que o PSD ganhou com maioria relativa. Na impossibilidade de formação de um Governo com apoio parlamentar maioritário de um só partido, o PSD liderado por Pedro Passos Coelho, estabeleceu um acordo de Governo assinado a 16 de Junho de 2011, com o CDS-Partido Político, liderado por Paulo Portas. Tomou posse a 21 de Junho de 2011.

deixar de ter presente que Portugal se vê também a braços com uma crise de credibilidade, de reputação. Esta última, assumida também por Pavia e Monteiro (2013, p. 183), quando afirmam:

Recuperando, e reforçando, linhas já apresentadas pelo XV Governo Constitucional, o XIX Governo aponta a necessidade dos diplomatas portugueses se focarem nesta missão crucial para a «recuperação da reputação financeira» e do «prestígio internacional».

As sucessivas descidas dos *rankings* de Portugal, por parte das principais agências de notação financeira, que afectam não só o Estado, mas também a banca e as empresas, a par do pedido de ajuda externa, revelaram-se um contributo danoso para a imagem externa e para a capacidade do país produzir riqueza.

Em simultâneo, a banca portuguesa padece de problemas de financiamento, o que a impede de injectar liquidez no sector produtivo nacional, que, por sua vez, estrangula a actividade das empresas e decapita uma quantidade assinalável de projectos de investimento.

Portugal está, assim, colocado perante um conjunto de constrangimentos que afectam, entre outras coisas, a percepção de Portugal no exterior e que são perniciosos para o clima de negócios, sobretudo para as PME que se deparam, compreensivelmente, e no actual contexto, com dificuldades acrescidas.

Deste modo, a fim de alterar esta situação, Portugal precisará colocar a diplomacia ao serviço da recuperação da sua economia com:

A indicação de uma “nova prioridade estratégica nacional”, traduzida pela definição de uma “fortíssima diplomacia económica”, como elemento determinante para a busca de redinamização da economia e da captação de investimento estrangeiro. (Pavia & Monteiro, p. 183).

No sentido de se reforçar a diplomacia económica, o XIX Governo Constitucional, imbuído no espírito de criar condições favoráveis para o crescimento e desenvolvimento económico do país, especialmente no que diz respeito aos objectivos de internacionalização da economia, promoção das exportações e da “Marca Portugal”

e captação de investimentos estrangeiro, entre outros, avançou entre outras as seguintes propostas²⁴:

- Reafectar recursos para os países com maior potencial de incremento das exportações e atracção de investimento directo estrangeiro, no caso concreto, com Angola;
- Fomentar e reforçar as parcerias entre empresários portugueses residentes e não residentes, facto evidenciado pelas parcerias existentes com empresas angolanas inseridas em vários sectores de actividade económica.

A diplomacia tem assim a responsabilidade acrescida de actuar, assumidamente, no cumprimento de orientações de política externa, exercendo influência e dando corpo aquilo que é o cumprimento do desígnio nacional de internacionalizar a economia portuguesa. Para tal, deverá ter sempre presente:

- O IDEP;
- O IPDE;
- A Internacionalização das Empresas;
- As Exportações de bens e serviços.

As oportunidades para as empresas portuguesas em Angola envolvem, assim, praticamente todos os sectores, quer em termos de exportações quer de investimento directo, com destaque para as infra-estruturas, agricultura e indústrias relacionadas, telecomunicações, tecnologias e energias renováveis.

Neste contexto, grandes empresas portuguesas como a Galp Energia, a PT, a Mota-Engil, as Águas de Portugal, a Unicer, a Barbot e a Plural Editores, só para citar algumas, pretendem reforçar a sua aposta no mercado angolano. E não é para menos. Só para se ter uma ideia, o mercado angolano absorve 4,6% das exportações portuguesas. Este país africano é, assim, um destino preferencial para dezenas de empresas portuguesas que apostam na internacionalização da sua actividade.

²⁴ A propósito ver linhas apresentadas pelo XIX Governo Constitucional, no que diz respeito as medidas para reforçar a diplomacia económica, no Diário da Assembleia da República, II Série – A, nº 4, de 28 de Junho de 2011.

Mais do que apenas exportarem para o mercado, as empresas portuguesas procuram hoje ter uma presença efectiva e continuada no país. Encontram-se numa fase importante de consolidação no mercado angolano, com a internacionalização de empresas a ganhar dinâmica, designadamente através da realização de parcerias de médio e longo prazo. Aliás, “as relações luso-angolanas não são um jogo de soma zero, onde o ganho de um é a perda de outro, mais sim um jogo justo e equilibrado, onde ambos têm muito a ganhar” (Guerreiro & Barata, 2012, p. 9).

Portugal não esconde o quanto pode vir a ganhar com a sua ligação a Angola, tendo por isso reforçado em 2012, alguns dos mecanismos de apoio à internacionalização e exportação da economia nacional, designadamente a aprovação de uma nova linha de crédito PME Investe, que reserva 500 milhões de euros para apoio às exportações, o reforço em quatro mil milhões de euros, os seguros de crédito e o aumento dos apoios do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)²⁵ destinados à internacionalização.

Por outro lado, o sucesso de qualquer projecto de investimento num mercado externo depende, em primeiro lugar, da sua qualidade mas também, em larga medida, da sua adequação à realidade e necessidade do país de destino e da sua relevância para o desenvolvimento nacional. Para isso, é fundamental conhecer profundamente as especificidades do país e o seu enquadramento legal e regulamentar o sistema fiscal e o ambiente de negócios. Assim, para a realização deste desiderato, as empresas portuguesas contam com o apoio da AICEP.

Com efeito, observa-se que as empresas reconhecem que o apoio do Estado é muito importante, seja nas grandes questões de política comercial internacional ou europeia, seja diariamente na resolução de problemas que afectam a actividade de pequenas, médias ou grandes empresas portuguesas.

Outra instituição com a qual as empresas, tanto angolanas quanto portuguesas puderam sempre contar, visando a sua internacionalização, é a Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Angola (CCIPA).

Criada em Julho de 1987, a CCIPA, terá surgido, supomos, num contexto em que as relações entre os dois países eram debatidas apenas a nível político. Neste período

²⁵ Quadro de Referência Estratégico Nacional apoia projectos de investimento que contribuam para a promoção da competitividade das empresas através do aumento da produtividade, da flexibilidade e da capacidade de resposta e presença activa das PME no mercado global.

não existia ainda um fórum que promovesse as relações entre as empresas e empresários dos dois países ou que fomentasse a cooperação económico-empresarial.

Partindo do ponto de vista de que as parcerias são o elemento chave que dá solidez às relações presentes e futuras, a CCIPA tem feito um grande esforço no sentido de as incentivar, fomentando a criação de consórcios entre empresários angolanos e portugueses, quer em Angola quer em Portugal.

A COSEC também participa activamente na internacionalização das empresas portuguesas, “ela assume os riscos das operações de internacionalização por sua conta [riscos comerciais] e em nome e por conta do Estado quando estão em causa riscos extraordinários” (Tavares et al., 1998, p. 82).

5.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO V

Ao analisarmos a política económica portuguesa em relação ao período em estudo, observamos que depois do significativo progresso na modernização da economia, realizado nos últimos anos, associado à implementação de medidas de consolidação orçamental e reformas estruturais que potenciaram o início de um ciclo de crescimento económico sustentado, Portugal foi seriamente atingido pela crise internacional, que exerceu uma influência decisiva no comportamento da actividade económica a partir de 2008.

Todavia, a recuperação gradual da procura à escala global e das economias dos seus principais parceiros comerciais em finais de 2009, permitiu a retoma de uma trajectória de crescimento em 2010, com base no bom desempenho das exportações, principal “motor” dessa recuperação.

Angola é um mercado muito relevante para as exportações das empresas portuguesas, com consequências no investimento e na respectiva presença no mercado. Por conseguinte, Angola tem estado aberta ao investimento português, à transferência de *know-how* e à qualificação que as empresas portuguesas podem oferecer aos parceiros angolanos. Porém, muitos empresários portugueses vão para Angola com a intenção de tirar dividendos para pôr em Portugal, o que pensamos ser um erro. É preciso reinvestir para se fortalecerem os investimentos, a transferência de dividendos tem que ser uma questão secundária.

Para Portugal, que vive um dos momentos mais complicados da sua história económica mais recente, as relações com os seus principais parceiros são fundamentais, daí a grande importância de Angola na sua política económica.

Note-se, no entanto, que a grande maioria dos projectos de investimento são realizados através de parcerias e isso acontece porque os empresários já perceberam que esta é a melhor forma de garantir o desenvolvimento futuro dos seus negócios.

Em relação ao IDPE em Angola, este tem vindo a diminuir, em função da situação recessiva que Portugal atravessa, em grande parte devido à maior dificuldade que as empresas têm em obter crédito. Aliás, o crédito à economia não é só um problema para a internacionalização das empresas portuguesas, é um problema para o país.

Contudo, consideramos interessante a preocupação reforçada que o governo português manifesta ao adaptar as Embaixadas e os Serviços Consulares para um trabalho de identificação de oportunidades de negócios, vantajosas para os empresários portugueses, e de captação de investimentos estrangeiros capaz de ajudar a dinamizar a economia portuguesa. Se é verdade que esta perspectiva já vinha sendo evidenciada por governos anteriores, não é menos verdade que foi no XV Governo Constitucional que ela se revelou mais visível e actuante, assumindo o conceito – diplomacia económica – uma presença na discussão política em particular e na opinião pública nacional em geral, de grande destaque e pertinência.

6. RELAÇÕES ECONÓMICAS ANGOLA-PORTUGAL (2005-2010)

6.1. RELAÇÕES ECONÓMICAS ANGOLA-PORTUGAL (2005-2010)

As previsões de evolução da economia mundial, feitas periodicamente pelo FMI, têm sido revistas em baixa.

Se continentes, como a Europa ou a América do Norte, evoluem de uma forma crescentemente preocupante, outros, como a Ásia, demonstram um abrandamento no crescimento. África, porém, vai contra a corrente, com permanentes revisões em alta e, de uma forma consistente, a África Austral é a região de maior relevância.

Angola, com os seus crescimentos elevados, é um dos grandes contribuintes para esse bom desempenho.

Por outro lado, para Portugal, que vive um dos momentos mais complicados da sua história económica recente, as relações com os seus principais parceiros são fundamentais.

Os parceiros europeus vivem as mesmas dificuldades. Neste contexto, o foco no resto do Mundo apresenta-se, assim, como estratégico e como condição fundamental para a economia portuguesa. Partindo deste pressuposto, Angola, aparece como um parceiro comercial incontornável.

Como já foi sublinhado, apesar da tradicional importância do comércio de mercadorias na análise das relações económicas externas, a evolução das últimas décadas demonstra que ele hoje não é mais do que uma parcela, frequentemente nem sequer a principal, no conjunto das transacções entre países. Deste modo, torna-se necessário considerar agora outros fluxos, em particular as trocas de serviços, os investimentos, o turismo, etc. Por motivos mais ou menos óbvios, nenhum deles deve ser subestimado no contexto luso-angolano.

Assim, importa agora que se abra um parêntese, a fim de estudarmos as dinâmicas decorrentes das relações económicas entre os dois países.

6.2. DINÂMICAS DECORRENTES DO COMÉRCIO

Após um período de forte crescimento, registado no comércio mundial na última década (6,6% em média, entre 2000 e 2008), as trocas comerciais desaceleraram significativamente em 2009. As estimativas da OMC apontavam para um recuo de cerca de 12% em volume do comércio mundial em 2009, o maior retrocesso desde a 2ª Guerra Mundial, causado pela acentuada diminuição na procura das maiores economias mundiais e particularmente vincado nos países desenvolvidos, como consequência da crise financeira internacional.

Neste contexto, a situação conjuntural das economias dos principais parceiros comerciais de Portugal (Espanha, Alemanha, França, Itália e Reino Unido) teve um papel decisivo no abrandamento do comércio internacional português em 2009, principalmente ao nível das exportações, apesar do esforço de diversificação de mercados para fora da UE e do peso desta região ter diminuído em termos globais, em contraponto com o crescimento das vendas para os PALOP, aparecendo entretanto, Angola como o principal destino extracomunitário das suas exportações.

Por outro lado, a balança comercial angolana no contexto internacional apresenta elevados saldos positivos, que aumentaram de forma contínua ao longo do período de 2005 e 2008. Esta situação resulta basicamente das exportações de petróleo, que representam cerca de 98% das vendas globais ao exterior²⁶.

Entre 2008 e 2009 as exportações baixaram 36,4% em consequência, fundamentalmente, da queda acentuada do preço do petróleo (durante o primeiro semestre de 2009) e também da diminuição da produção. No mesmo período, as importações recuaram 25% em consequência da retracção económica que o país atravessou.

Deste modo, e no que diz respeito às dinâmicas decorrentes do comércio, observa-se que as exportações portuguesas de produtos para Angola têm ganho um peso cada vez maior, passando de uma quota de 2,6% no respectivo total em 2005 para 7,2% em 2009. Em termos de ranking de clientes de Portugal, em 2005 encontrava-se na 9ª posição tendo em 2008 e 2009 ficado em 4º lugar.

²⁶ Sendo um grande exportador no contexto da África Subsariana, a nível mundial Angola ocupou, em 2008, a 46ª posição, o equivalente a 0,4% das exportações mundiais. Enquanto importador o país ocupou a 72ª posição no ranking mundial, o que se traduziu em 0,1% das importações totais, segundo a EIU.

Na qualidade de fornecedor, as quotas e posições de Angola vêm sendo bastante mais modestas. Em 2008, a percentagem das compras de Portugal a Angola, no respectivo valor global foi de 0,7%, a mais elevada de 2005 a 2009 (neste último ano desceu para 0,3%). A sua posição no respectivo ranking melhorou sempre de 2005 até 2008, altura em que ocupou o 21º lugar, tendo em 2009 passado para o 35º.

De Janeiro a Março de 2010, Angola, como cliente, teve uma quota de 5,2% e situou-se na 5ª posição e, enquanto fornecedor, o seu peso no valor global das importações foi de 1,6% e ficou no 11º lugar.

Tabela 2 - Importância de Angola nos fluxos comerciais de Portugal

Designação		2005	2006	2007	2008	2009	2010a
Angola como cliente de	Posição	9 ^a	8 ^a	6 ^a	4 ^a	4 ^a	5 ^a
Portugal	%	2,6	3,5	4,5	6	7,2	5,2
Angola como fornecedor	Posição	63 ^a	52 ^a	24 ^a	21 ^a	35 ^a	11 ^a
de Portugal	%	0,1	0,1	0,6	0,7	0,3	1,6

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística.

(a) Referente ao período de Janeiro a Maio.

Ao contrário do que acontece nos saldos globais das relações comerciais entre Angola e o exterior, que apresentam enormes excedentes para Angola, a balança comercial luso-angolana é tradicionalmente muito desequilibrada e favorável a Portugal, tendo registado em 2009 um saldo superior a 2 mil milhões de euros.

As exportações para Angola aumentaram consideravelmente de 2005 a 2008, passando de, respectivamente, cerca de 803 milhões de euros para 2,3 mil milhões de euros, tendo ocorrido em 2009 uma ligeira redução face ao ano anterior. A respectiva média das taxas de crescimento anuais de 2005 a 2009 foi de 30,9%.

O valor das importações aumentou muito significativamente de 2005 para 2008, passando de respectivamente, cerca de 25 milhões de euros para 408 milhões de euros, tendo diminuído em 2009 para 151 milhões de euros. O crescimento médio anual no período em análise foi, neste caso, de 164,4%.

A evolução das importações vem sendo determinada pelas compras por parte de Portugal de petróleo proveniente de Angola.

No entanto, se analisarmos as trocas comerciais de Janeiro a Maio de 2010, não deixa de ser interessante referir que o montante das exportações portuguesas para Angola

teve uma redução de 22,1% face ao período homólogo do ano anterior, e as importações, um acréscimo de 427,3%.

Tabela 3 - Evolução da balança comercial bilateral

Designação	2005	2006	2007	2008	2009	2010a
Exportações	803.029	1.210.189	1.684.325	2.261.264	2.246.024	735.576
Importações	25.13	52.749	369.378	407.996	151.089	215.106
Saldo	777.899	1.157.440	1.314.947	1.853.268	2.094.935	520.470
Coef. de Cobertura	3195.4%	2.294.20%	456.00%	554.20%	1.486.60%	342.00%

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

(a) Refere-se ao período de Janeiro a Maio.

Analisando agora com mais detalhe, desde 2005, inclusive, e até 2008, evidencia-se uma clara ascensão, tanto das exportações quanto das importações. Em 2009 as importações portuguesas sofreram uma baixa bastante considerável, atingindo os 151.089 milhões, quando no ano anterior haviam atingido os 407.996 milhões, isto, em consequência dos efeitos da crise económica internacional em que Portugal estava mergulhado.

No contexto do comércio internacional de Angola e segundo as estatísticas do *International Trade Centre* relativas a 2008, Portugal ocupou a 14ª posição enquanto cliente (0,9% das exportações angolanas) e a 1ª como fornecedor (16,3% do valor das importações).

Neste período, assistiu-se a uma progressão de Angola como parceiro comercial de Portugal, sobretudo como destino das suas exportações²⁷.

Depois de uma caracterização geral sobre a evolução do comércio luso-angolano de mercadorias, que nos permitiu estabelecer algumas ideias claras sobre as grandes tendências do período, impõe-se agora que nos debrucemos sobre vários aspectos da estrutura das exportações e importações, em particular para procurar saber o tipo de produtos que mais estiveram na base do processo, uma tarefa também imprescindível em termos de análise de seu conteúdo.

Nas exportações portuguesas para Angola por grupos de produtos, em 2009, as máquinas e aparelhos ocuparam a primeira posição, com 29,8% do respectivo total.

²⁷ Com base nos dados do INE, o número de empresas portuguesas exportadoras para Angola aumentaram significativamente, passando de 7.336 em 2004 para 10.130 em 2008.

Seguiram-se os produtos alimentares (13,6%), os metais comuns (13,2%) e os veículos e outro material de transporte (9%).

Os quatro primeiros grupos de produtos representam, em conjunto, cerca de 66% do respectivo valor global.

Desses agrupamentos, tem-se verificado o aumento do peso relativo das máquinas e aparelhos e dos metais comuns no total exportado e a redução da percentagem relativa aos produtos alimentares e aos veículos e outro material de transporte. Para isso contribuiu o processo de reconstrução que a economia angolana vem conhecendo e que implica fortes importações de bens de equipamentos, assim como de outras matérias.

Observando o comércio bilateral de mercadorias, pensamos que a primeira observação que se impõe seja respeitante à queda acentuada do peso relativo dos produtos de exportação tradicional. Com efeito, no período em estudo, quatro produtos apenas – máquinas e aparelhos, produtos alimentares, metais comuns e veículos e outros materiais de transporte – ocupavam as quatro primeiras posições, representando mais de 50% do total exportado. Isto não quer dizer que o mercado dos produtos tradicionais tenha sido reduzido em termos absolutos, mas que simplesmente não acompanhou a dinâmica geral.

Tabela 4 - Exportações por grupos de produtos

Designação	2005	%	2008	%	2009	%
Máquinas e aparelhos	204.225	25,4	660.220	29.2	669.549	29.8
Produtos alimentares	140.488	17,5	311.021	13.8	304.517	13.6
Metais comuns	76.253	9,5	275.153	12.2	296.713	13.2
Veículos e mat. Transporte	54.393	6,8	220.589	9.8	202.652	9
Produtos químicos	61.009	7,6	123.107	5.4	124.083	5.5
Produtos agrícolas	42.287	5,3	108.911	4.8	100.607	4.5
Mineiras e mineiros	37.597	4,7	87.747	3.9	85.279	3.8
Plásticos e borracha	29.533	3,7	85.433	3.8	84.964	3.8
Pastas celulósicas e papel	34.268	4.3	73.773	3.3	61.295	2.7
Instrum. Óptica / precisão	17.592	2.2	37.327	1.7	39.438	1.8
Vestuário	11.403	1.4	39.441	1.7	32.990	1.5
Materiais têxteis	12.045	1.5	24.445	1.1	30.009	1.3
Madeira e cortiça	9.305	1.2	19.149	0.8	23.772	1.1
Combustíveis minerais	9.058	1.1	20.412	0.9	13.483	0.6
Calçado	5.279	0.7	14.542	0.6	13.072	0.6
Peles e couros	2.002	0.2	5.632	0.2	6.169	0.3
Outros produtos	55.120	0.9	149.845	6.6	150.976	6.7
Valores confidenciais	1.172	0.1	4.519	0.2	6.459	0.3
Total	803.029	100	2.261.264	100	2.246.024	100

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística.

Em relação ao posicionamento das máquinas e aparelhos ocuparem o primeiro lugar na procura, deve-se indiscutivelmente ao facto de Angola estar neste momento empenhada na reconstrução das suas infra-estruturas destruídas pela guerra que assolou o país.

Quanto aos produtos alimentares, posicionados em segundo lugar, a procura angolana expandiu-se claramente, pelo facto de o país possuir uma agricultura e uma indústria debilitada e depender em mais de 90% da produção petrolífera.

No que diz respeito ao valor das importações portuguesas de Angola, este refere-se quase na totalidade ao grupo dos combustíveis minerais (98,4% do total de 2009), apesar do montante dessa categoria de produtos ter diminuído 63,3% face ao ano anterior. O peso preponderante desse agrupamento traduz uma enorme alteração relativamente à situação de 2004.²⁸

Assim, com base nos dados do INE, o número de empresas portuguesas importadoras de Angola em 2008 foi de 167, tendo aumentado cerca de 39% relativamente a 2004.

²⁸ Quando ainda não se procedia à importação de petróleo de Angola.

Tabela 5 - Importações por grupos de produtos

Designação	2005	%	2008	%	2009	%
Combustíveis minerais	23.358	92.2	405.481	99.4	148.643	98.4
Máquinas e aparelhos	157	0.6	874	0.2	693	0.5
Produtos agrícolas	319	1.3	379	0.1	524	0.3
Veículos e mat. Transporte	89	0.4	108	0	344	0.2
Metais comuns	253	1.4	28	0	280	0.2
Madeira e cortiça	472	1.9	478	0.1	258	0.2
Instru. Óptica / precisão	12	0	16	0	161	0.1
Minerais e mineiros	245	1	143	0	115	0.1
Pastas celulósicas e papel	19	0.1	3	0	14	0
Produtos químicos	2	0	82	0	6	0
Plásticos e borracha	3	0	9	0	3	0
Materiais têxteis	0	0	5	0	3	0
Peles e couros	31	0.1	15	0	2	0
Calçado	0	0	1	0	1	0
Vestuário	0	0	22	0	0	0
Produtos alimentares	43	0.2	37	0	0	0
Outros produtos	1	0	313	0.1	38	0
Valores confidenciais	27	0.1	2	0	5	0
Total	25.130	100	487.996	100	151.089	100

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística.

Depois da quebra da sua economia, originada, como já se sabe, pela crise económica e financeira que se fez sentir com maior preponderância nos anos 2008 e 2009, Portugal importou de Angola combustíveis minerais em 2008 no total de 99,4%. O segundo produto com maior representatividade na pauta de importação portuguesa foram as máquinas e aparelhos com 0,5% do total em 2009. Vejam, entretanto, a enorme discrepância entre a representatividade do primeiro (99,4%) em relação ao segundo (0,5%) produto mais importado neste período.

Estes são alguns dos aspectos mais relevantes das importações portuguesas provenientes de Angola.

6.3. DINÂMICAS DECORRENTES DOS SERVIÇOS

Relativamente às dinâmicas decorrentes dos serviços entre os dois países dever-se-á em primeiro lugar destacar que Angola passou da 11^a posição no respectivo *ranking*, como cliente de Portugal de 2005 até 2007, para o 7^o lugar em 2009. A sua quota aumentou de 2,1% em 2005 para 4,3% em 2009.

Outro aspecto, no entanto, merece também, desde já, ser salientado: Angola, enquanto fornecedor, vem ocupando desde 2006 a 12ª posição no respectivo *ranking*. A sua quota passou de 0,9% em 2005 e 2006 para 1,3% em 2009.

Tabela 6 - Importância de Angola nos fluxos de serviços com Portugal

Designação		2005	2006	2007	2008	2009	2010a
Angola como cliente de	Posição	11 ^a	11 ^a	11 ^a	8 ^a	7 ^a	7 ^a
Portugal	%b	2,1	2,5	2,9	3,8	4,3	5,5
Angola como fornecedor de Portugal	Posição	13 ^a	12 ^a				
	%c	0,9	0,9	1,2	1,1	1,3	1,1

Fonte: Banco de Portugal.

(a) Refere-se ao período de Janeiro a Maio.

(b) Posição num conjunto de 55 mercados.

(c) Quota do mercado nas exportações e importações totais de Portugal.

No que concerne ao período de Janeiro a Abril de 2010, Angola manteve-se na 7ª posição, como cliente, tendo a quota aumentado para 5,5%. Enquanto fornecedor, continuou em 12º lugar e registou um valor percentual de 1,1%.

À semelhança do que acontece no comércio de mercadorias, também na área dos serviços a balança bilateral é tradicionalmente favorável a Portugal, com o saldo a atingir cerca de 566,4 milhões de euros em 2009²⁹. Para este resultado contribuiu o crescimento assinalável das exportações portuguesas, que registaram um aumento médio anual de 29,8% entre 2005 e 2009.

As importações portuguesas de serviços de Angola vêm também aumentando, mas com um crescimento médio anual inferior (18,7%).

O coeficiente de cobertura das importações pelas exportações situou-se, em 2008 e 2009, acima de 500%. De Janeiro a Abril de 2010 esse indicador foi superior a 700%.

²⁹ De acordo com dados do Banco de Portugal, em 2005 a balança bilateral de serviços tinha sido de, aproximadamente, 184,7 milhões de euros.

Tabela 7 - Balança de serviços bilateral

Designação	2005	2006	2007	2008	2009	2010a
Exportações	255.925	366.633	490.537	683.463	702.513	258.960
Importações	71.232	86.679	125.659	126.229	136.085	36.437
Saldo	184.693	279.954	364.878	557.234	566.428	222.523
Coef. Cobertura	359.30%	423.00%	390.40%	541.40%	516.20%	710.70%

Fonte: Banco de Portugal.

(a) Refere-se ao período de Janeiro a Maio.

6.4. DINÂMICAS DECORRENTES DO INVESTIMENTO

Na perspectiva das modernas economias internacionalizadas, quando se visa efectivamente reforçar as relações externas entre dois países ou elevar o seu padrão, o desempenho dos capitais de longo prazo, em particular o investimento directo, é decisivo.

O IDAE tem vindo a desempenhar um papel cada vez mais importante na economia angolana. A nível mundial é bastante mais importante enquanto receptor de IDE, do que enquanto emissor³⁰.

A atracção dos investidores estrangeiros por Angola deve-se sobretudo às riquezas existentes em petróleo e outros recursos naturais, estando os investimentos externos envolvidos em diversos sectores relacionados com o petróleo. Sendo que, por parte de Portugal, o interesse recai fundamentalmente nas actividades não petrolíferas.

O IDPE, em termos brutos, aumentou substancialmente na década de 90 do século XX, reflectindo o clima económico global, resultando esse processo num envolvimento crescente das empresas portuguesas nos mercados internacionais. Até 2000 os acréscimos de IDPE foram significativos, transformando Portugal num exportador líquido de capital, uma inversão do seu papel tradicional. No período em análise, o ano de 2007 foi o que registou maior saída de capital para o exterior, em termos brutos, com valores a rondar os 15 mil milhões de euros.

Em termos líquidos, o IDPE tem seguido uma trajectória variável, com 2006 a apresentar o valor mais volumoso, quase 6 mil milhões de euros e 2009 a ser o ano de maior quebra neste período.

³⁰ De acordo com o *World Investment Report* publicado pela UNCTAD, em 2008, o país posicionou-se em 25º lugar do *ranking* mundial enquanto receptor de IDE (0,9% do total mundial), num universo de 233 países, e ocupou a 41ª posição no conjunto dos países emissores (0,1% do total mundial).

Analisando agora as dinâmicas decorrentes do investimento entre Angola e Portugal, referimos que Angola tem vindo a representar um parceiro cada vez mais importante nas relações económicas de Portugal com o exterior, acompanhando, assim, as tendências já registadas nas áreas do comércio de bens e serviços.

Basta observar a tabela nº 8, para nos darmos conta de que os dados relativos a 2008 e 2009 confirmaram o reforço da posição de Angola, ao subir para 3ª posição enquanto mercado de destino de IDPE, correspondente a quotas de, respectivamente, 6,8% e 7% (tendo, em 2005, sido de 2,7%).

Tendo em vista o fortalecimento das relações económicas existentes entre Portugal e Angola foi aprovado o Acordo sobre Promoção e Protecção Reciproca de Investimentos, assinado em Luanda em 22 de Fevereiro de 2008.

Por outro lado, o investimento português em Angola foi caracterizado, em 2007 e 2009, por valores de desinvestimento consideráveis, que conduziram a que o investimento líquido tenha sido negativo.

Tabela 8 - Importância de Angola nos fluxos de investimento para Portugal

Designação		2005	2006	2007	2008	2009	2010a
Portugal como receptor	Posição (b)	23 ^a	21 ^a	23 ^a	18 ^a	15 ^a	17 ^a
(IDE)	%b	0	0,1	0	0,1	0,4	0,1
Portugal como emissor	Posição (b)	8 ^a	5 ^a	6 ^a	3 ^a	3 ^a	5 ^a
(IDPE)	%b	2,7	2,8	3	6,8	7	5

Fonte: Banco de Portugal.

(a) Refere-se ao período de Janeiro a Maio.

(b) Posição do mercado enquanto Origem do IDE bruto e destino do IDPE bruto total, num conjunto de 55 mercados.

(c) Com base no ID bruto.

As principais aplicações do investimento português em Angola, de 2007 a 2009, foram a construção, o comércio por grosso e a retalho e as actividades financeiras (representaram, em conjunto, nesses anos entre cerca de 91% e 95% dos respectivos valores globais).

Tabela 9 - Investimento directo de Portugal em Angola

Designação	2005	2006	2007	2008	2009	2010a
Investimento bruto	263.647	273.720	451.124	775.127	557.430	84.118
Desinvestimento	109.100	77.961	1.218.903	1.434.059	1.124.579	113.040
Investimento líquido	154.547	159.759	-767.759	-658.932	-567.149	-28.922

Fonte: Banco de Portugal.

(a) Refere-se ao período de Janeiro a Maio.

Todavia, é interessante notar que, tanto Angola como Portugal criaram várias políticas de incentivo e de apoio ao IDE. Deste modo, no quadro dos apoios existentes para o investimento português em Angola, destacam-se os seguintes:³¹

- A criação em Angola do primeiro Fundo de Investimento Privado Angolano (FIPA), que serve os investimentos no sector privado. Este fundo participará de forma minoritária e temporária no capital das empresas, tendo como única garantia para a concessão de financiamentos, o capital social respectivo, dando prioridade a projectos de prospecção, privatização, e reestruturação de capitais, devendo disponibilizar numa primeira fase cerca de 25 milhões de USD para investimento;
- O PAC e o PIC têm disponibilizado vários milhões de EUR, tendo por objectivos apoiar projectos a nível das províncias e municípios mais necessitados, as parcerias público-privadas e o apoio às pequenas empresas;
- Na sequência do acordo de reestruturação do pagamento da dívida de Angola a Portugal, o Estado português, através da COSEC, procedeu à abertura de uma linha de crédito para cobertura de riscos a operações de exportação para Angola de bens de equipamento e serviços de origem portuguesa (crédito fornecedor) e para importadores angolanos através da cobertura dos financiamentos atribuídos pelos bancos angolanos a esses importadores (crédito comprador), até ao momento global de 100 milhões de EUR;

“Todos estes apoios incentivaram o crescimento abrupto de Angola e têm vindo a garantir a segurança daqueles que tendem a investir no país” (Pavia et al., 2012, p. 84).

³¹ Ver a este propósito, “A Política Externa de Angola no Novo Contexto Internacional” (Pavia et al., 2012, p. 83)

Apesar de todo este apoio, Angola está interessada em atrair investimento privado estruturante, aquele que tem um impacto positivo não só em matéria de criação de emprego, mas que contribui para a diversificação da economia e para a redução das assimetrias regionais. Com efeito, face a este interesse, salientamos, entretanto, a legislação da Lei nº 20/11, de 20 de Maio de 2011, que introduz como montante mínimo de investimento um milhão de dólares.

A nova lei confere um tratamento diferenciado – benefícios, incentivos e principalmente o apoio do Governo – premiando os investimentos com maior impacto na economia e nas finanças do país.

Na qualidade de mercado emissor de investimento para Portugal, embora o peso de Angola nos fluxos de IDE total ainda seja reduzido (0,4% em 2009), é de referir que o montante investido, em termos brutos, passou de, aproximadamente, 6,3 milhões de euros em 2005 para cerca de 113,9 milhões de euros em 2009.

Tabela 10 - Investimento directo de Angola em Portugal

Designação	2005	2006	2007	2008	2009	2010a
Investimento bruto	6.255	17.672	15.184	49.820	113.942	11.615
Desinvestimento	474	149	10.804	4.129	16.033	40
Investimento líquido	5.781	17.523	4.380	45.694	97.909	11.575

Fonte: Banco de Portugal.

(a) Refere-se ao período de Janeiro a Maio.

De facto, tem-se verificado uma crescente participação de capital angolano nas empresas portuguesas domiciliadas em Portugal, contribuindo assim para um reequilibrar de interesses e posições entre os dois países.

A Sonangol e alguns bancos angolanos reforçaram o seu investimento em Portugal. Para além destes, outros empresários privados angolanos manifestaram interesse em investir em Portugal, mais não acreditamos que venham a tomar grandes posições em grupos empresariais portugueses.

6.5. DINÂMICAS DECORRENTES DO TURISMO

O Turismo é, sem dúvida, um dos sectores com maior potencial em Angola, e aquele que, a par da agricultura e das pescas, constitui um dos principais segmentos para o relançamento da sua economia.

Actualmente, o sector do turismo tem apresentado índices aceitáveis de desenvolvimento, apesar de os números ainda não serem preponderantes para a economia angolana.

A construção de novos hotéis, a melhoria das vias de comunicação e de acesso, as oportunidades de negócios que se oferecem e as belezas paisagísticas do país, têm potenciado o desenvolvimento da hotelaria e do turismo e criado expectativas nos investidores, sendo, entretanto, um dos sectores onde se regista uma dinâmica conjunta (comércio + investimento) mais importante.

Tabela 11 - Turismo de Angola em Portugal

Designação	2005	2006	2007	2008	2009	2010a
Receitas (10 EUR(b))	78.129	80.592	89.321	89.321	203.306	66.469
% Total (c)	1.3	1.2	1.2	1.2	2.9	3.7
Posição (d)	14 ^a	15 ^a	15 ^a	14 ^a	7 ^a	8 ^a

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística; Banco de Portugal.

(a) Refere-se ao período de Janeiro a Maio.

(b) Inclui apenas a hotelaria global.

(c) Refere-se ao total de estrangeiros.

(d) Posição enquanto mercado emissor, num conjunto de 55 mercados.

Assim, em termos de países emissores de turismo, Portugal assume maior relevância (19,5%), seguido do Brasil (11,2%) e da China (9,5%).

Todavia, no que toca a Angola, enquanto emissor de turistas para Portugal, passou de 14^a posição em 2008 para o 7^o lugar em 2009, tendo a respectiva quota aumentado de 1,2% para 2,9%.

As receitas, incluindo apenas a hotelaria global, aumentaram de 2005 a 2009, excepto em 2008, quando registaram uma ligeira diminuição. De salientar o considerável incremento ocorrido de 2008 para 2009, tendo mais que duplicado. O respectivo crescimento médio anual ao longo do período em análise foi cerca de 35%.

6.6. DINÂMICAS DECORRENTES DA AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO

A cooperação internacional afirma-se como um dever dos Estados, uns perante os outros, dentro dos princípios de solidariedade contidos na Carta das Nações Unidas.

Quer na relação Estado a Estado, quer de forma multilateral, “cooperar significa evitar que os países carenciados sofram uma dependência total do exterior, vivam numa marginalização face ao mundo de alto padrão de rendimento e caiam numa pobreza crescente” (Martins, Rodrigues & Fernandes, 2005, p. 15).

A política de cooperação para o desenvolvimento, enquanto vector essencial da política externa portuguesa, constitui um instrumento fundamental para a reconstituição e aprofundamento das relações políticas, culturais e económicas com povos e regiões a que Portugal está ligado pela história, designadamente dos PALOP, seguindo uma tradição humanista e universalista que se afirmaria a sua própria identidade política no contexto europeu.

Assim, tendo em conta as opções de progresso dos países beneficiários, o princípio da parceria e a necessidade de promoção de uma melhor ordenação internacional da ajuda ao desenvolvimento, verificamos que a política de cooperação portuguesa para o mesmo tem como principais objectivos a diversificação das suas relações de cooperação, em que a relação com os PALOP merecerá sempre especial atenção.

Portugal por si, e no contexto da UE e da Ordem mundial, não se afasta desta obrigação, consagrada, no que toca aos PALOP, na sua Constituição, traduzindo o seu desempenho em cada programa de acção de Governo. Dentre os PALOP, analisaremos em particular a cooperação com Angola.

Angola é hoje um país pouco dependente da ajuda externa e o seu peso no Rendimento Nacional Bruto (RNB) tem vindo, progressivamente, a diminuir. Até ao fim do conflito, verificaram-se níveis elevados de ajuda de emergência e assistência alimentar, em grande medida geridos pelas agências das Nações Unidas, tendo a cooperação registado consideráveis mudanças.

Nos anos 2003 e 2004, as actividades relacionadas com o alívio da dívida e a ajuda de emergência absorveram mais de 50% dos recursos globais da ajuda. Nos últimos anos, predominou a ajuda ao desenvolvimento, mas esta não tem vindo a compensar o declínio na ajuda humanitária, devido a duas razões principais. Por um lado, espera-se que Angola financie grande parte da sua recuperação, dados os vastos recursos naturais e as receitas daí decorrentes. Por outro lado, muitos doadores bilaterais e multilaterais reformularam as suas estratégias, registando-se um aumento progressivo da disponibilização de linhas de crédito com uma fonte alternativa para financiar o

desenvolvimento, sobretudo para infra-estruturas. No entanto, condicionadas por um grande número de doadores pelo fortalecimento das instituições e o apoio à governação.

Relativamente ao período em análise, em termos de doadores, para os PALOP e Timor-Leste, Portugal tem conseguido em relação a Angola, posições mais modestas³², pelo facto de Angola apresentar uma dimensão e um leque de intervenções maiores, pelo que não está dentro das capacidades de Portugal responder a todas as necessidades e solicitações.

Ao analisarmos a APD portuguesa para Angola, observa-se que os valores negativos nos anos de 2009 (-7072 correspondendo a -3,6%) e 2010 (-9631 correspondendo a -3,2%) devem-se ao pagamento da dívida por parte de Angola, realidade que se irá prolongar até 2030.

Tabela 12 - Ajuda pública ao desenvolvimento portuguesa para Angola.

2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%
16.836	9,6	15.996	9,5	13.975	7,1	13.250	5,1	-7.072	-3,6	-9.631	-3,2

Fonte: IPAD/DPP.

Valores em milhares de euros.

Todavia, cabe salientar que esta ajuda era caracterizada pela incidência nas infra-estruturas e serviços sociais, com destaque para o sector da Educação e, nas acções de capacitação institucional, através da cooperação técnica.

6.7. OPORTUNIDADES E DIFICULDADES NO RELACIONAMENTO

6.7.1. OPORTUNIDADES NO RELACIONAMENTO

“As crises (...) devem funcionar como janelas de oportunidades, impondo um repensar de políticas e instrumentos para otimizar a utilização dos recursos disponíveis numa economia” (Azevedo, 2011, p. 14).

Tal como as empresas devem ser dinâmicas e abertas à transformação das características e potencialidades dos mercados, também estes se alteram. Na decisão empresarial não são apenas os factores internos à empresa que contam para as opções estratégicas de investimento. Os chamados factores de localização, em muitos

³² Segundo dados da OCDE, como destino da APD para os PALOP e Timor-Leste, Angola ocupou em 2005, 2007 e 2008 a 7ª posição, em 2006 a 6ª e 2009 a 5ª posição.

casos, são decisivos. Factores económicos, naturalmente, mas não só. A maior ou menor instabilidade política, questões de ordem social, laboral e jurídica, entre outros, condicionam aquele tipo de decisão. Angola é, a este nível, um caso paradigmático. “Desde que se tornou independente, já passou por diversas fases, ora estimulando o investimento estrangeiro ora afugentando-o” (Ferreira, 2010, p. 61). Neste momento parece que todos os factores estão em alta e deslumbram as empresas portuguesas.

O potencial e as oportunidades do mercado angolano vivem lado a lado com naturais dificuldades e riscos, mas o Governo português já deu sinais claros de que Angola constitui uma prioridade. Uma certa partilha de cultura, de afectos e de emoções é um privilégio dos empresários portugueses que se viram para Angola. A ideia e a prática da lusofonia, de resto, implicarão, mais tarde ou mais cedo, uma coordenação de interesses alargada a outros países de língua oficial portuguesa.

Os empresários devem estar atentos a essa janela de oportunidades, tanto que, em tempos de globalização, é notório o esgotamento do modelo tradicional de Portugal, consubstanciando-se “o mundo em português” como o novo espaço privilegiado para muitas empresas que só na internacionalização poderão encontrar um destino útil.

As empresas portuguesas em Angola actuam em áreas muito distintas, fruto da capacidade tecnológica e qualificação técnica de que dispõem e que lhes permite trabalhar em qualquer mercado: construção civil, obras públicas e materiais de construção; metalúrgica e metalomecânica, electricidade e electrónica; agro-alimentar; prestação de serviço as empresas; banca; educação; tecnologia de informação e telecomunicação; combustíveis.

Os maiores incentivos ao investimento em Angola advêm do ambiente de um país em que a guerra dificultou, durante anos, a participação e o envolvimento de parceiros internacionais dotados de meios financeiros e técnicos necessários ao seu desenvolvimento e que se encontra agora numa posição de abertura ao exterior, disponível a facilitar o investimento privado nacional e estrangeiro, dispondo de diversos e abundantes recursos naturais e mão-de-obra receptiva à formação e qualificação nas diversas áreas de actividade. No caso português, acresce a língua comum, uma mais-valia que importará valorizar.

Por outro lado, o sucesso de qualquer projecto de investimento num mercado externo depende, em primeiro lugar, da sua qualidade mas também, em larga medida, da sua

adequação à realidade e necessidades do país de destino e da sua relevância para o desenvolvimento nacional. Para isso, é fundamental conhecer profundamente as especificidades do país e o seu enquadramento legal e regulamentar o sistema fiscal e o ambiente de negócios. Sempre que possível deverá apostar numa parceria local para facilitar o conhecimento do mercado e a integração no país.

Sucintamente, pode-se referir como principais áreas de oportunidades de negócios: actividades relacionadas com infra-estruturas (estradas, ferrovias, energia, água, saneamento básico, etc.); tecnologia de informação e comunicações; consultoria; indústria (produtos industriais, máquinas e equipamentos); serviços em geral, com particular destaque para a saúde, a educação e formação, transportes e distribuição; etc. Por outro lado, dispõe de algumas vantagens como: as marcas tradicionalmente reconhecidas; o reconhecimento da qualidade dos produtos portugueses; a forte ligação entre ambos os países; o grande conhecimento da realidade angolana e as boas relações institucionais.

Não obstante as oportunidades e vantagens que acabamos de referir, existe um conjunto vasto de razões para que Portugal deva investir em Angola. Entre vários destacam-se os seguintes³³:

- As estimativas do Ministério da Indústria Angolano perspectivam uma taxa de crescimento de mais de 10% para o sector industrial, principalmente nas áreas da energia, telecomunicações e água;
- Os empresários dos dois países têm uma experiência comum a partilhar, transportada pela história de ambas as nações;
- Os empresários portugueses demonstram uma capacidade singular de adaptação ao ambiente laboral, aos comportamentos e vivência de Angola;
- Portugal apresenta um nível de tecnologia perfeitamente adequada às exigências daquele mercado;
- Há os laços históricos, linguísticos e culturais comuns;

³³ Ver a este propósito, “A Política Externa de Angola no Novo Contexto Internacional” (Pavia et al., 2012, p. 82).

- Para Portugal, Angola permite diversificar o investimento e expandir os negócios, deslocalizar actividades e obter sinergias importantes derivadas dos quadros sociais e culturais comuns, além de infra-estruturas empresariais favoráveis (logística, gestão, conhecimento e *know how* portugueses);
- O sistema financeiro angolano cresceu com um forte contributo dos bancos portugueses que desempenham um papel importante no país.

As empresas angolanas em Portugal actuam em áreas ainda muito restritas. No entanto, Portugal oferece muitas oportunidades.

Portugal tem um ambiente político estável com um Governo parlamentar democrático, constituindo um país acolhedor para negócios e investimentos internacionais.

Nos últimos anos, empresas angolanas adquiriram participações relevantes nos Bancos BPI e BCP, na petrolífera Galp Energia, através de uma parceria na Amorim Energia, e também na ZON, além do controlo do Jornal Sol. A Mota-Engil também tem parceiros angolanos.

6.7.2. DIFICULDADES NO RELACIONAMENTO

Angola é um mercado com peculiaridades que, por vezes, não são consideradas pelos exportadores e investidores portugueses. É também, claramente, um país de oportunidades, no entanto, não pode ser encarada como tábua de salvação para empresas que estejam numa situação difícil em Portugal.

O Estado angolano suportou uma guerra civil durante mais de 30 anos, ao mesmo tempo que edificava uma economia cujo principal objetivo era a subsistência económica e o esforço de guerra. Consequentemente, o país chega a 2002, ano do estabelecimento da paz, com infra-estruturas físicas muito próximas do colapso total e com uma população de refugiados estimada em milhões de angolanos

Assim, no contexto das relações económicas e empresariais estabelecidas entre Portugal e Angola observa-se um conjunto de dificuldades como, por exemplo, o facto de empresas portuguesas estarem a desenvolver de forma incipiente o processo de internacionalização; o facto de a cooperação não ter evoluído ao melhor ritmo, revelando ainda um *deficit* significativo, o que dificulta a internacionalização das empresas portuguesas; a falta de peso político/económico significativo para se

afirmarem no mercado angolano e finalmente a existência em Angola de sectores da actividade económica que são considerados reserva do Estado, levando a que a maioria dos projectos de investimento privado tenha que ser submetidos a aprovação governamental.

Independentemente destas que acabamos de referir, o investidor português em Angola é confrontado também com situações como: dificuldades na obtenção de vistos ordinários e de trabalho; a carência de espaço para a instalação das empresas e os consequentes custos elevados de arrendamento; processos administrativos muito burocratizados e lentos; etc.

Acresce o facto de alguns empresários que procuram investir no país não se dotarem previamente de informações de enquadramento das actividades económicas e não assentarem a sua decisão numa base de racionalidade económica.

Ainda nesse domínio, não é menos importante a concorrência de empresas chinesas. Com efeito, Angola tornou-se, para a China, uma fonte fundamental de recursos energéticos, daí os enormes empréstimos e ajudas ao desenvolvimento provenientes da China, que chegam ao país em multiformes empreendimentos. O avultado empréstimo concedido pela China implicou que muitos investimentos, até então da responsabilidade do Estado angolano e com financiamento das próprias empresas portuguesas, nomeadamente no sector das obras públicas, passassem a ser financiados, integral e directamente, por este novo parceiro, traduzindo-se no afastamento dos parceiros de outras nacionalidades, nomeadamente os portugueses.

As dificuldades de obtenção de vistos ordinários e de trabalho, são como é óbvio, o maior constrangimento para as empresas angolanas em Portugal.

6.7.2.1. RECUO NA PARCERIA ESTRATÉGICA

No que diz respeito ao relacionamento diplomático bilateral entretido entre Angola e Portugal, tanto o Estado angolano quanto o Estado português têm apostado numa marcadíssima homogeneidade e continuidade. Depois de um início tenso, tem havido oscilações, avanços e recuos, pequenas crises por vezes preocupantes e corrosivas para ambas as partes; mais tem-se sempre cancelado uns aos outros e têm-no feito sempre contra um plano de fundo, no fundamental pouco variável.

Os sinais de melhoria no relacionamento político entre Angola e Portugal ocorreram com o Governo de José Sócrates.

A primeira visita a Angola, do primeiro-ministro português, José Sócrates, em 2006, foi particularmente relevante, visto que as relações entre o Governo de Angola e o Partido Socialista (PS), que Sócrates liderava, se caracterizavam historicamente por serem crispadas. As autoridades angolanas e o Movimento Popular de Libertação de Angola³⁴ (MPLA) nunca perdoaram o facto de os socialistas, com Mário Soares³⁵ e João Soares³⁶ à cabeça, terem apoiado a União Nacional para a Independência Total de Angola³⁷ (UNITA), conferindo visibilidade e legitimidade à luta armada promovida por Jonas Savimbi³⁸. Esta desconfiança foi visível durante a visita realizada por António Guterres a Angola. O então primeiro-ministro, só no último dia da sua estada e, ao que consta, depois de muitas influências movidas pelo então ministro do Equipamento, Jorge Coelho, junto da nomenclatura do MPLA, conseguiu ser recebido por José Eduardo dos Santos.

José Sócrates consegue ultrapassar o estigma do MPLA em relação ao PS, durante uma visita oficial a Angola em 2006, a primeira de três que realizaria a este país enquanto primeiro-ministro. Sócrates consegue cativar José Eduardo dos Santos, fala no «sentimento de confiança na economia angolana, nas instituições e nos angolanos» e inaugura a terminologia das «parcerias com vantagens mútuas». Um ano depois o presidente da República de Angola visita Portugal e reforça esta ligação. «O senhor primeiro-ministro (José Sócrates) tem dado uma contribuição ímpar ao

³⁴ Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) é um partido político de Angola, que governa o país desde a sua independência de Portugal em 1975. Foi, inicialmente, um movimento de luta pela independência de Angola, transformando-se num partido político após a Guerra de Independência de 1961-1974. Conquistou o poder em 1974/75, durante o processo de descolonização e saiu vencedor da Guerra Civil Angolana de 1975-2002, contra dois movimentos/partidos rivais, a UNITA e a FNLA.

³⁵ Mário Soares foi Secretário-Geral do PS desde 1973-1986, primeiro-ministro de Portugal nos seguintes períodos: I Governo Constitucional entre 1976 e 1977; II Governo Constitucional em 1978; IX Governo Constitucional entre 1983 e 1985. Presidente da República entre 1986 e 1996 e Deputado ao Parlamento Europeu entre 1999-2004. Apoiante do movimento/partido UNITA durante a Guerra Civil angolana.

³⁶ João Soares, filho de Mário Soares, militante do PS desde a sua fundação, foi Deputado à Assembleia da República Portuguesa e Deputado ao Parlamento Europeu. Em 2004 foi candidato a liderança do PS, perdendo para José Sócrates. Foi também apoiante do movimento/partido UNITA durante a Guerra Civil angolana.

³⁷ A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), é um partido angolano fundado em 1966, por dissidentes da FNLA e GRAE (Governo de Resistência de Angola no Exílio), de que Jonas Savimbi, fundador da UNITA, era ministro das Relações Exteriores. A UNITA é o segundo maior partido de Angola, sendo também o maior partido da oposição no país. Desde o fim da Guerra Civil em 2002, abandonou a luta armada, convertendo-se num partido político.

³⁸ Jonas Savimbi foi um político e guerrilheiro angolano e líder da UNITA durante mais de trinta anos. Tendo em conjunturas diversas, tido o apoio de vários Governos, em particular do Governo Português com destaque aos Governos liderados por Mário Soares contra o Governo angolano. Este facto nunca foi perdoado pelo MPLA, partido no poder.

desenvolvimento das relações bilaterais. Quero felicitá-lo por isso e pedir que continue assim». Na ocasião, também José Eduardo dos Santos ressaltou a importância das «parcerias estratégicas com vantagens mútuas».

A corte de José Sócrates a Angola foi continuada pelo seu sucessor em São Bento. Pedro Passos Coelho foi a Angola em Novembro de 2011 para classificar as relações entre os dois países como de «excelência». Acrescentando que Portugal, e claro está o seu Governo, via com «bons olhos» a «participação de capital angolano na economia portuguesa». Tendo recebido como promessa «Naquilo que for possível, Angola está aberta e disponível para encontrar em conjunto soluções que sejam vantajosas e benéficas para ambos os países, num espírito de solidariedade e de ajuda. Pedro Passos Coelho conseguiu o que queria: o apoio incondicional de Angola neste “momento difícil”. Mais claro foi ainda o actual presidente da República, Cavaco Silva, outra das figuras que goza de grande prestígio entre a nomenclatura de Angola. «Os capitais angolanos são bem-vindos». Sentenciou Aníbal Cavaco Silva em Julho de 2012.

Sabemos que tem havido oscilações, avanços e recuos, pequenas crises por vezes preocupantes e corrosivas para ambas as partes, contudo, a crise ora instalada é bastante mais preocupante, prevendo-se deste modo, grandes dificuldades no relacionamento entre os dois países.

A crise no relacionamento entre Angola e Portugal instalou-se quando a 15 de Outubro de 2013, José Eduardo dos Santos, no seu pronunciamento na Assembleia Nacional sobre o estado da Nação, anunciou o recuo do seu Governo quanto à parceria estratégica com Portugal, que Cavaco Silva tinha proposto no decurso da visita do seu homólogo angolano. Essa parceria seria o tema de uma cimeira entretanto adiada, depois prevista para início de 2014 e, uma vez mais, suspensa, causando por conseguinte repercussões de ordem política, diplomática e económica.

6.7.2.2. ANÁLISE DA CRISE POLÍTICA

Instalada a crise política entre Angola e Portugal, é importante agora analisar, em primeiro lugar, quais foram as razões desta crise; em segundo lugar, quais são as causas e em terceiro lugar, quais as reacções e as políticas seguidas pelos dois países.

As razões da crise passam indiscutivelmente pelo mau estar angolano. Como se sabe, a 15 de Outubro de 2013, o presidente angolano ao pronunciar o discurso sobre o Estado da Nação no parlamento angolano, referiu este mau estar que haveria com Portugal dizendo que “não estão criadas condições para realizar com Portugal uma parceria estratégica.” (Angola, 2013)

A postura do Estado português representou uma verdadeira agressão a Angola. A agressão mediática vem de representantes de órgãos de soberania, de políticos, deputados, magistrados e de partidos políticos portugueses.

As causas desta crise decorreram, em primeiro lugar, de inquéritos que estavam a ser efectuados a personalidades políticas angolanas, nomeadamente o vice-presidente, o ministro de Estado e chefe da Casa Civil, e o Procurador-Geral da República. Fugas de informação que só poderiam ter ocorrido dentro do próprio Ministério Público (MP) trouxeram para a imprensa os referidos inquéritos. Em segundo lugar, do ruído que os *media* fizeram potenciando os efeitos deste escândalo.

Assim, importa dizer que os dirigentes e os decisores políticos angolanos sabem que existe em Portugal a separação de poderes e que o MP português tem autonomia. Sabem também que se aceitarem que a calúnia e a difamação são o alimento da democracia, então ela está irremediavelmente a ser atirada ao caixote do lixo. Não podemos, como é óbvio, admitir que instituições públicas que têm por obrigação preservar os valores da democracia e do Estado de Direito embarquem nesse tipo de jogos.

Portanto, do lado português, a solução para a crise foi desenvolvida mantendo uma diplomacia de silêncio e encarando as relações com Angola com a mesma normalidade que elas tinham antes do discurso do Presidente da República no Parlamento. Continuando a realizar visitas a nível ministerial; a reforçar o trabalho das Comissões bilaterais múltiplas que existem entre Angola e Portugal; continuando os programas de cooperação; a colaboração existente entre os dois países, por exemplo nas Nações Unidas, em Nova-Iorque e em Genebra; continuando o governo português a procurar criar visibilidade positiva para as empresas e para os grupos empresariais, assumindo obviamente o risco perante a opinião pública portuguesa e perante até a alguns grupos empresariais de que a não intervenção mais activa fosse considerada uma tentativa de esperar pela pro-actividade angolana em vez de ter uma política afirmativa, sublinhando sistematicamente e quantitativamente quais eram os

interesses de Portugal. Muitas vezes a diplomacia faz-se pelo silêncio e não pelas palavras. Neste caso, pensamos que, o Governo português agiu bem.

Por outro lado, o Governo de Angola continuou a comportar-se exactamente como se tinha comportado em relação a Portugal antes da intervenção do Presidente da República no Parlamento.

Pensamos que, Angola não tinha interesse nenhum em levar mais longe esta turbulência, aliás Angola levou-a utilizando uma arma diplomática que teve o seu efeito positivo, dada a capacidade de utilizar indirectamente os meios de comunicação social em Portugal.

Esta crise teve um risco para a política externa portuguesa. Um risco que o Governo fará o possível por apagar e que é ampliado, ou seja, tem o efeito multiplicado pela actual crise ou se quiserem pela intervenção financeira a que Portugal está sujeito e diminuiu a sua capacidade de intervenção internacional.

Assim, para Portugal, a percepção que existiria em países terceiros e sobretudo em capitais como Washington, Madrid, Paris, Londres ou Brasília, que a degradação das relações entre Angola e Portugal: em primeiro lugar, reduziria a sua margem de manobra diplomática; em segundo lugar, reduziria a sua capacidade de interlocução não apenas com Angola, mais também a nível internacional, e a possibilidade de se poder repercutir em decisores económicos internacionais esta degradação da capacidade de intervenção. Porque um dos activos que Portugal tem na sua política externa é a relação privilegiada com os países africanos, relação consubstanciada na CPLP, nas relações bilaterais e numa fortíssima presença económica, maior aliás em Angola do que em outros países africanos de língua oficial portuguesa. No plano internacional económico, a percepção atinge os decisores das multinacionais que estão presentes em Angola e que contratam técnicos ou que subcontratam empresas portuguesas.

Por outro lado, o risco que a política externa angolana correu foi sério; se esta crise tivesse se prolongando por muito tempo, poderia ter alterado a afectividade existente entre os dois povos, com consequências negativas numa relação especial que têm cerca de 150 mil portugueses a trabalhar em Angola. Podia, inclusive, prejudicar seriamente a presença económica portuguesa em Angola e a presença dos portugueses que estão presentes por duas razões: a língua e a afectividade.

6.8. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO VI

As relações económicas entre Angola e Portugal são um exemplo de como, respeitando as especificidades de cada um, se pode construir um edifício de projectos cada vez mais comuns e mais interessante para as duas partes.

Outro exemplo significativo tem a ver com a forma como os empresários, as empresas, os técnicos, os parceiros, os Governos e os povos dos dois países interagiram, dando o seu contributo para a construção desta relação histórica.

Angola está cada vez melhor. A sua economia robustece-se e os seus indicadores apresentam sinais positivos de dia para dia. É um país que segue em frente e os portugueses são e serão os parceiros ideais neste caminho que está a percorrer.

Deste modo, os portugueses querem ver os seus investimentos em Angola, inseridos de uma forma pronunciada nos sectores prioritários identificados pelo Governo e que são os que a economia angolana mais necessita. Por outro lado, os angolanos investem de uma forma crescente em Portugal, sentindo-se apoiados, sentindo que, a prazo, não encontrarão noutra local maior confiança e rentabilidade para os seus investimentos.

No entanto, pensamos ser da responsabilidade de Portugal criar as melhores condições para acolher os angolanos, assim como o Governo angolano tem feito com mais de 150 mil portugueses e com as milhares empresas portuguesas que exportam para Angola.

Quanto às dinâmicas decorrentes do comércio, referimos que o crescimento acentuado deste foi possível com o estabelecimento definitivo da paz e a estabilidade política e institucional ocorrida em Angola.

Fazendo a análise na perspectiva do valor, em 2006 Portugal foi o segundo fornecedor de Angola e entre 2007 e 2010 o primeiro, contudo, pensamos que para a economia portuguesa seja relevante, não basta a posição relativa que ocupa enquanto fornecedor de Angola, o mais importante é o crescimento continuado das exportações em termos absolutos. Assim, tendo em conta o potencial de desenvolvimento da economia angolana, nos seus vários sectores, petrolífero, agrícola, industrial, educação, infra-estruturas, serviços, transporte e logística parece-nos entretanto, irrealista que Portugal se mantenha como primeiro fornecedor.

No que concerne à evolução das importações portuguesas, observe-se que estas vêm sendo determinadas pelas compras efectuadas por Portugal de petróleo proveniente de Angola.

Como se sabe, as exportações de petróleo bruto são as que mais pesam no total, contribuindo e muito, para que o equilíbrio ora existente se mantenha e reforce, assegurando a sustentabilidade da consolidação das relações entre os dois países.

Relativamente às dinâmicas decorrentes do investimento reconhece-se uma evolução nos dois sentidos.

Em primeiro lugar, os investimentos portugueses cresceram fortemente nos últimos anos, nomeadamente no sector do Comércio, da Construção e Obras Públicas e no sector Financeiro. O fluxo anual de investimento directo chegou a atingir a cifra de 620 milhões de euros, em 2009, embora tenha sofrido uma queda em 2010 devido aos efeitos da crise financeira mundial.

Em segundo lugar, os investimentos angolanos em Portugal continuam em bom ritmo, sinal inequívoco do ambiente de confiança mútua existente.

Por outro lado, achamos interessante notar que, tanto Angola como Portugal criaram várias políticas de incentivo e de apoio ao IDE.

Neste contexto, congratulamo-nos com a legislação da Lei nº 20/11, de 20 de Maio de 2011, que introduz como montante mínimo de investimento um milhão de dólares, valor este, considerado demasiado alto por alguns analistas.

Ao analisarmos as dinâmicas decorrentes dos serviços e do turismo, consideramos que, à semelhança do que acontece no comércio de mercadorias, também na área dos serviços a balança bilateral é tradicionalmente favorável a Portugal, com o saldo a atingir cerca de 566,4 milhões de euros em 2009. Por sua vez, na análise efectuada ao turismo, constatamos que este em Portugal teve como seu momento mais alto, o ano de 2009.

Em relação à análise efectuada às dinâmicas decorrentes da ajuda pública ao desenvolvimento, consideramos positivo o início do pagamento da dívida de Angola, em 2009 e 2010, reflectindo-se em APD negativa, situação que se vai estender até 2030.

No que diz respeito às oportunidades e dificuldades no relacionamento entre Angola e Portugal, com efeito, constata-se que as oportunidades existem e as condições macroeconómicas e sociopolíticas são favoráveis, pese embora ainda existirem alguns constrangimentos.

O recuo do governo angolano quanto a parceria estratégica entre os dois países constitui no momento a maior dificuldade neste relacionamento.

É importante frisar que para haver de facto uma parceria estratégica entre Angola e Portugal, é necessário primeiro que haja igualdade nas relações. Angola é um país independente e soberano como Portugal, e esta mensagem tem que passar bem, primeiro no lado português, depois naturalmente tem que haver um respeito mútuo, pois, da mesma maneira que os cidadãos portugueses são tratados em Angola, o tratamento deve ser recíproco. Nunca e em momento algum vimos a imprensa angolana ou a justiça local a tratar de forma humilhante, cidadãos portugueses, por mais que houvesse casos de corrupção e até mesmo escândalos políticos.

Em síntese Angola e Portugal, têm sabido conseguir potenciar a força comercial, para assim expandir e explorar novos negócios

7. CONCLUSÃO

Nunca, como agora, a diplomacia económica assumiu papel de tão grande relevância enquanto componente essencial da política externa e em apoio à internacionalização das economias e das empresas. A recomposição dos poderes políticos e económicos a nível mundial e regional traz responsabilidades acrescidas para a defesa dos interesses estratégicos dos Estados sendo a componente económica incontornável.

A língua, tendo, intrinsecamente, um papel unificador, influencia determinantemente as economias, quer as trocas comerciais, quer na promoção da internacionalização das empresas, passando pelo desenvolvimento de relações sociopolíticas, mobilidade de pessoas e de ideais.

As relações económicas entre Angola e Portugal são um exemplo de como, respeitando as especificidades de cada um, se pode construir um edifício de projectos cada vez mais comuns e mais interessantes para as duas partes.

Angola está cada vez melhor. A sua economia robustece-se e os seus indicadores apresentam sinais positivos de dia para dia. O país segue em frente e os portugueses são e serão os parceiros ideais neste caminho que está a percorrer.

Angola tem um especial carinho por Portugal. Independentemente disto, Angola tem um destino, um objetivo. Foi primeiro uma potência regional, depois continental e agora pretende ser uma potência internacional. Neste caso, Portugal surge, naturalmente, como uma plataforma de grande dinâmica e com grande futuro à sua frente. O discurso político português tem insistido em que os investimentos angolanos em Portugal são bem-vindos.

Depois da aposta na banca, telecomunicações e petróleo, é crível que os angolanos concentrem agora o seu interesse em Portugal nas áreas ligadas à agro-indústria. Com dois propósitos: o primeiro, o de obterem lucros com a exportação de Portugal para Angola; o segundo, o de terem o controlo de tecnologia que lhes permita introduzir a produção de determinados bens essenciais em Angola.

O capital angolano beneficia de um amplo suporte político em Portugal. Os negócios entre os dois países constituem assim uma via de dois sentidos que é essencial para qualquer dos parceiros: para a economia portuguesa, tem sido uma forma de financiamento e de capitalização, enquanto para a economia angolana será sobretudo

a de uma praça financeira acessível, permeável e integrada no mercado financeiro mundial; uma plataforma onde a estratégia de internacionalização da sua economia se pode desenvolver, sentindo-se apoiados e principalmente, sentindo que, a prazo, não encontrarão noutra local maior confiança e rentabilidade para os seus investimentos.

A Sonangol tem sido o instrumento privilegiado dessa estratégia desenvolvendo investimentos, aquisições e parcerias internacionais que lhe permitam ter uma palavra a dizer nas instituições onde participa.

As oportunidades para as empresas portuguesas em Angola envolvem, assim, praticamente todos os sectores, quer em termos de exportações quer de investimento directo. As parcerias que diversas empresas têm mostrado vontade de concretizar para otimizar a sua presença neste mercado é o caminho certo.

No entanto, pode-se verificar pelos dados estatísticos que o IDPE em Angola tem vindo a diminuir, em função da situação recessiva que Portugal atravessa, em grande parte devido à maior dificuldade que as empresas têm em obter crédito.

No plano político, os desentendimentos entre Angola e Portugal, não irão colocar em causa um estreitamento das relações. Pese embora ainda existirem alguns constrangimentos no relacionamento, as oportunidades existem e as condições macroeconómicas são favoráveis. O recuo do governo angolano quanto à parceria estratégica entre os dois países constitui no momento a maior dificuldade, todavia, é importante frisar que para haver de facto uma parceria estratégica entre Angola e Portugal, é necessário primeiro que haja igualdade nas relações.

A chave para o sucesso é, e será sempre o respeito mútuo e a aceitação da soberania dos dois países, caso contrário, apesar das múltiplas parcerias, continuaremos a ver relações desequilibradas.

Em suma, o capital português ainda ocupa um lugar relevante nos grandes negócios proporcionados pelo desenvolvimento das infra-estruturas e dos serviços em Angola. Mas de facto não pode competir com potências emergentes como a China e o Brasil, cujas empresas desembarcam em Luanda apoiadas em poderosas linhas de crédito estatal.

Concluimos também que a economia portuguesa desempenha ainda, no cenário da economia angolana, um papel importante e constitui um elemento essencial para o

crescimento económico do país. Por outro lado, as dinâmicas económicas decorrentes da relação económica bilateral entre os dois países têm de facto sido caracterizadas por uma considerável evolução.

REFERÊNCIAS

ANGOLA. Presidente da República, 1979- (José Eduardo dos Santos) (2013) - Mensagem sobre o estado da Nação, proferida por sua excelência José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola, na abertura da II sessão legislativa da III legislatura da Assembleia Nacional : Luanda, 15 de Outubro de 2013. Luanda : [s.n.]. [Consult. 7 Abril 2014]. Disponível em WWW: <URL: http://www.mission-angola.ch/discursos/pt/20131015_presidente_pt.pdf>.

AZEVEDO, Fátima – Novas Regras Para Investimento Privado em Angola. Angola-Portugal Negócios. 86 (2011) 14.

AZEVEDO, Fátima – Europa, África e América Latina: Triângulo Estratégico. Angola-Portugal Negócios. 95 (2013) 23, 24.

BERGEIJK, P. Van (1996) – The Significance of Political and Cultural Factors for International Economic Relations. Londres: Longman.

CARNEIRO, E. – Angola: Os Desafios do Futuro. Política Internacional. 25 (2002) 35-42.

CASTRO, Thales (2012) – Teoria das Relações Internacionais. Brasília: Ideal.

COSTA, Jorge, LOPES, João, LOUÇA, Francisco (2014) – Os Donos Angolanos de Portugal. Lisboa: Bertrand Editora.

DAS NEVES, João (2001) – Princípios de Economia Política. Lisboa: Verbo.

DE MEDEIROS, Eduardo (2003) – Economia Internacional. 7ª ed. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

DOS SANTOS, B. A. (2010) – A Diplomacia Económica em Países Exportadores de Petróleo: Análise dos Casos de Angola, Venezuela e Líbia. Tese de Mestrado em Economia Internacional e Estudos Europeus. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia de Gestão.

FERNANDES, M. – Para Um Renovado Conceito Estratégico Nacional Português. Lusíada Política Internacional e Segurança. 9 (2013) 219-253.

FERREIRA, C. B. – Novas Formas de Parceria Aproximam Angola e Portugal. Angola Portugal Negócios. 86 (2011) 1.

FERREIRA, Manuel (2010) – Angola e África na Rota de Portugal. 2.^a ed. Lisboa : Edições Colibri.

FERREIRA, M. E., & GONÇALVES, F.R. – A Diplomacia Económica e Empresas de Bandeira: Os Casos da Galp e da Unicer em Angola. Relações Internacionais. 24 (2009) 115-133.

FONTANEL, Jacques (2007) – A Globalização em Análise: Geoeconomia e Estratégia dos Actores. Trad. Pedro Henriques. Lisboa: Instituto Piaget, Divisão Editorial.

GASPAR, J. – Portugal e Uma Estratégia da Energia Para o Atlântico (Sul): Reflexão Prospetiva sobre a Geopolítica dos Países de Língua Portuguesa. Lusíada Política Internacional e Segurança. 9 (2013) 13-56.

GOMES, Eduardo (2004) – A Globalização Económica e a Integração no Continente Americano: Desafios para o Estado Brasileiro. Rio Grande do Sul, Brasil: Unijuí.

GUERREIRO, Manuela – Visita Oficial: Portugal e Angola com Agenda Estratégica. Angola Portugal Negócios. 88 (2011) 6-11.

GUERREIRO, M., BARATA, B. – Portugal e Angola Incentivam Parcerias. Angola Portugal Negócios. 89 (2012) 6-11.

GOUVEIA, Jorge (1994) – Acordos de Cooperação entre Portugal e os Estados Africanos Lusófonos. Lisboa: Edição Cooperação Portuguesa e Revista da Cooperação.

KINDLERBERGER, C. P. – International Public Goods Without International Government. American Economic Review. 76 (1986) 1-13.

MARTINS, José, RODRIGUES, Luís, FERNANDES, Tiago (2005) – Cooperação Para o Desenvolvimento, Diploma de Especialização em Cooperação Para o Desenvolvimento: Memória e Estudos. Oeiras: Instituto Nacional de Administração (INA).

MONGIARDIM, M.R. (2007) – Diplomacia. 1.^a ed. Coimbra: Edições Almedina.

PAVIA, J. (Cord.), GUEDES, A., GONÇALVES, P., SARAIVA, L., BERNARDINO, L., & CARVALHO, A. (2011) – A Política Externa de Angola no Novo Contexto Internacional. Lisboa: Quid Juris? – Sociedade Editora Lda.

PAVIA, José, MONTEIRO, Manuel (2013) – A Política Externa nos Programas de Governo do Portugal Democrático (1974-2013). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

SILVA, Joaquim (1991) – Estados e Empresas na Economia Mundial, Lisboa: Editora Vulgata.

SILVA, Joaquim (2002) – Portugal/Brasil, Uma Década de Expansão das Relações Económicas, 1992-2002. 1ª ed. Lisboa: Terramar.

STIGLITZ, Joseph (2007) – Tornar Eficaz a Globalização. Trad. Luísa Venturini. 1ª ed. Porto: ASA.

TAVARES, J., AGUIAR, F., JORGE, M., GASPAR, H., (1998) – Informação de Apoio à Internacionalização das Empresas Portuguesas. Lisboa: Direção Geral das Relações Económicas Internacionais (DGREI).

VILAR, A., & ASSOCIADOS, A. (2007) – Guia de Negócios em Angola. Porto: Editora Vida Económica.

BIBLIOGRAFIA

- AICEP, Portugal Global – Angola, Dossier de Mercado. (2007, Maio).
- AICEP, Portugal Global – Angola, Dossier de Mercado. (2010, Julho).
- AICEP, Portugal Global – Angola, Ficha de Mercado. (2009, Abril).
- AICEP, Portugal Global – Angola, Ficha de Mercado. (2009, Julho).
- AICEP, Portugal Global – Angola, Oportunidades e Dificuldades no Mercado. (2008, Novembro).
- AICEP, Portugal Global – Portugal, Ficha País. (2011, Março).
- AICEP, Portugal Global – Portugal/PALOP: Acordos Bilaterais. (2010, Março).
- AICEP, Portugal Global – Relações Económicas Portugal – Angola. (2009, Abril).
- ALMEIDA, F. M. R. – A Diplomacia Pública. Negócios Estrangeiros. 6 (2003) 61-72.
- BARSTON, R. P. (1997) – Modern Diplomacy. Londres: Longman.
- Câmara de Comércio e Indústria Portugal – Angola – Contactos que Geram Negócios. Anuário Angola. (2012/13).
- Câmara de Comércio e Indústria Portugal – Angola – Contactos que Geram Negócios. Anuário Angola. (2013/14).
- Câmara de Comércio e Indústria Portugal – Angola – Embaixador José Marcos Barrica: Parceria Angola – Portugal é Estratégica. Angola Portugal Negócios. 94 (2013).
- Câmara de Comércio e Indústria Portugal – Angola – Especial CCIPA 25 Anos. Angola Portugal Negócios. 92 (2012).
- Câmara de Comércio e Indústria Portugal – Angola – Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017: Uma Nova Angola em Construção. Angola Portugal Negócios. 93 (2013).

CARRIÈRE, Guy (1998) – La Diplomatie Économique: Le Diplomate et le Marché. Paris: Edições Económica.

COUTO, João, BARATA, Paulo (2010) – Angola Renasce: Um Estudo Sobre as Perspetivas de Ampliação das Relações Económicas entre Portugal e Angola. Lisboa: Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico.

DE CARVALHO, A. M. L. (2011) – Angola: Economia e Petróleo 2002-2010. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

DE MEDEIROS, Eduardo (1998) – Blocos Regionais de Integração Económica no Mundo. Lisboa: ISCSP.

DE SOUSA, A. R. (2008) – De Um Novo Conceito de Desenvolvimento no Quadro da Economia Internacional. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP).

Embaixada da República de Angola em Portugal (2005) – Angola, 30 Anos: Os Grandes Desafios do Futuro. Lisboa: Serviço de Imprensa.

Embaixada da República de Angola em Portugal (2010) – Nova Angola: Lisboa: Serviço de Imprensa.

Embaixada da República de Angola em Portugal (2012) – Angola, 10 Anos de Paz, Conquistas e Desafios: Angola no Caminho do Desenvolvimento. Lisboa: Serviço de Imprensa.

Embaixada de Angola em Portugal – Angola – Portugal: Relações Bilaterais, disponível em <http://www.embaixadadeangola.org>. [Consultado em 10 de Novembro de 2013].

FILIPE, Celso (2013) – O Poder Angolano em Portugal: Presença e Influência do Capital de Um País Emergente. 2ª ed. Lisboa: Editora Planeta.

GONÇALVES, F. R. (2009) – A Diplomacia Económica entre Portugal e Angola: O Setor Cervejeiro – O Caso da Unicer. Tese de Mestrado. Lisboa: ISCTE.

ICEP Portugal – Angola na Rota do Progresso. Exportar. 1 (2006).

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (1996) – Cooperação Portuguesa: Uma Leitura dos Últimos 15 Anos de Cooperação Para o Desenvolvimento. Lisboa: Serviço de Imprensa.

MAGALHÃES, J. C. – A Diplomacia Económica em Foco. Revista de Assuntos Internacionais. 41 (2003).

MAGALHÃES, J. C. (2005) – Diplomacia Pura. Venda Nova: Bertrand Editora.

MAGALHÃES, J. C. (2005) – Manual Diplomático: Direito Diplomático, Prática Diplomática. Lisboa: Bizâncio.

MENDES, Nuno (2008) – História e Conjuntura Nas Relações Internacionais. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, ISCSP.

MONGIARDIM, M. R. (2007) – Diplomacia. 1ª ed. Lisboa: Edições Almedina.

NYE, Joseph (2002) – Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução a Teoria e a História. 3ª ed. Lisboa: Editora Gradiva Publicações.

RAWLS, Jonh (1996) – Liberalismo Político. Lisboa: Edições Presença

RODRIGUES, Ricardo (2004) – Dinâmicas Económicas e Política Externa Portuguesa nos Países Não Lusófonos da SADC (1975-2002). Tese de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, ISEG.

STEGER, Manfred (2006) – A Globalização. Vila Nova de Famalicão: Edições Quisi.

STIGLITZ, Joseph (2004) – Globalização: A Grande Desilusão. 3ª ed. Lisboa: Edições Terramar.

TORRES, Adelino (Cord.), ESTEVÃO, João, FERREIRA, Manuel, CASSOLA, Nuno & BRITO, Paulo (1991) – Portugal - PALOP: As Relações Económicas e Financeiras. Lisboa: Escher, Fim de Século Edições, Lda.

ANEXOS

LISTA DE ANEXOS

- Anexo A** - Portugal: Balança Comercial com Angola.
- Anexo B** - Portugal: Exportações para Angola
- Anexo C** - Portugal: Importações de Angola

ANEXO A

Portugal: Balança comercial com Angola

PORTUGAL: BALANÇA COMERCIAL COM ANGOLA

	2005	2006	2007	2008	2009	Var. ^a	2009 Jan/Jun	2010 Jan/Jun	Var. ^b
EXPORTAÇÕES	803.029	1.210.189	1.684.325	2.261.264	2.242.450	30,8%	1.107.843	868.659	-21,6%
IMPORTAÇÕES	25.130	52.749	369.378	407.996	151.089	164,4%	50.577	325.776	544,1%
SALDO	777.899	1.157.440	1.314.947	1.853.268	2.091.361	--	1.057.266	542.883	--
COEF. COB.	3195,4%	2294,2%	456,0%	554,2%	1484,2%	--	2190,4%	266,6%	--

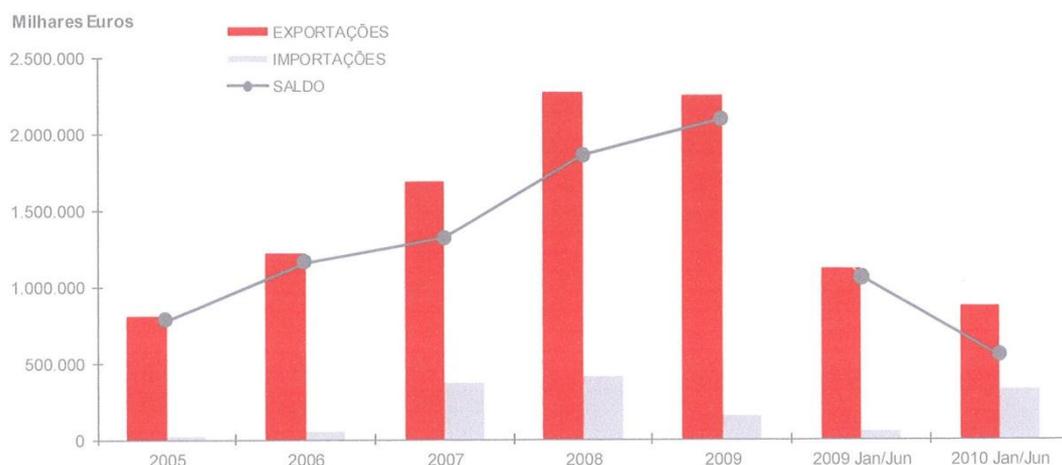
Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Unidade: Milhares de Euros

Notas:

(a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2005-2009

(b) Taxa de crescimento homóloga



ANEXO B

Portugal: Exportações para Angola

PORTUGAL: EXPORTAÇÕES PARA ANGOLA

N.C.	PRINCIPAIS MERCADORIAS	2009 (Janeiro/Junho)			2010 (Janeiro/Junho)			Var. %
		Tons	1000 EUR	% Tot	Tons	1000 EUR	% Tot	
	TOTAL	654.383	1.107.843	100,00	500.169	868.659	100,00	-21,59
84	Reactores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumen	32.195	215.061	19,41	16.160	131.045	15,09	-39,07
85	Máquinas, aparelhos e materiais, eléctricos, e suas partes	11.415	115.764	10,45	9.351	105.690	12,17	-8,70
22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	111.815	73.227	6,61	109.297	75.104	8,65	2,56
73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço	40.095	95.081	8,58	24.723	60.820	7,00	-36,03
94	Móveis; mobiliários médico-cirúrgico; colchões, almofadas e sei	15.195	66.159	5,97	12.183	54.084	6,23	-18,25
87	Veículos automóveis, tractores, ciclos e outros veículos terrestres	33.405	109.070	9,85	13.257	50.406	5,80	-53,79
39	Plásticos e suas obras	17.018	37.973	3,43	12.441	30.606	3,52	-19,40
15	Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação	15.525	16.295	1,47	22.126	21.739	2,50	33,40
16	Prep. de carnes, peixes/crustáceos, de moluscos/outros invertebr	15.024	30.753	2,78	10.753	21.699	2,50	-29,44
30	Produtos farmacêuticos	670	18.711	1,69	887	19.524	2,25	4,34
48	Papel e cartão, obras de pasta de celulose	10.710	23.439	2,12	10.733	19.254	2,22	-17,86
76	Alumínio e suas obras	3.494	15.786	1,42	3.231	17.477	2,01	10,71
69	Produtos cerâmicos	34.203	17.306	1,56	31.431	17.341	2,00	0,20
90	Instrumentos de óptica, fotografia, cinematografia, medida, cont	455	15.772	1,42	420	16.661	1,92	5,64
72	Ferro fundido, ferro e aço	15.312	13.963	1,26	11.583	11.543	1,33	-17,34
44	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	7.585	9.831	0,89	7.291	11.249	1,29	14,43
68	Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias se	18.423	9.449	0,85	20.020	10.305	1,19	9,05
83	Obras diversas de metais comuns	1.993	10.552	0,95	2.227	10.252	1,18	-2,84
20	Preparações de produtos hortícolas, frutas	11.714	10.157	0,92	12.262	10.078	1,16	-0,78
32	Extractos tanantes e tinturiais, pigmentos	5.490	9.691	0,87	5.475	9.505	1,09	-1,92
82	Ferramentas, artigos de cutelaria e talheres, e suas partes, de me	1.702	11.388	1,03	1.002	9.075	1,04	-20,30
70	Vidro e suas obras	7.967	7.473	0,67	5.096	9.012	1,04	20,60
27	Combustíveis/óleos minerais e prod destilação; mat betuminosas	11.246	7.397	0,67	10.112	8.843	1,02	19,55
19	Preparações de cereais, leite; produtos de pastelaria	5.130	8.480	0,77	3.964	8.754	1,01	3,23
04	Leite e lacticínios; ovos de aves; mel natural	4.494	8.557	0,77	5.452	8.614	0,99	0,66
49	Produtos das indústrias gráficas, livros, jornais	990	6.928	0,63	1.060	7.214	0,83	4,12
34	Sabões, agentes orgânicos, ceras	7.129	9.806	0,89	5.539	7.190	0,83	-26,68
62	Vestuário e seus acessórios, excepto de malha	271	9.283	0,84	208	6.774	0,78	-27,02
38	Produtos diversos para indústrias químicas	4.782	7.682	0,69	7.837	6.438	0,74	-16,20
63	Outros artefactos têxteis confeccionados; sortidos; calçado, cha	1.136	8.106	0,73	829	6.249	0,72	-22,91
40	Borracha e suas obras	1.973	7.894	0,71	1.194	6.155	0,71	-22,02
02	Carnes e miudezas comestíveis	3.371	8.204	0,74	2.313	6.000	0,69	-26,87
33	Óleos essenciais e resinóides	542	5.537	0,50	586	5.962	0,69	7,68
25	Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	174.632	11.526	1,04	91.771	5.877	0,68	-49,01
64	Calçado, polainas e artefactos semelhantes, e suas partes	395	7.730	0,70	273	5.553	0,64	-28,16
61	Vestuário e seus acessórios, de malha	448	8.318	0,75	226	5.105	0,59	-38,63
74	Cobre e suas obras	719	3.882	0,35	522	3.559	0,41	-8,34
03	Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos	593	3.536	0,32	730	3.365	0,39	-4,84
71	Pérolas, pedras preciosas, metais preciosos, etc.; bijutarias; moe	8	1.813	0,16	6	3.020	0,35	66,62
17	Açúcares e produtos de confeitaria	1.700	3.801	0,34	1.331	2.881	0,33	-24,21
21	Preparações alimentícias diversas	523	2.501	0,23	543	2.636	0,30	5,40
95	Brinquedos, jogos, artigos p/ divertimento/desporto; suas parte	241	2.465	0,22	240	2.635	0,30	6,87
89	Embarcações e estruturas flutuantes	240	3.021	0,27	580	2.486	0,29	-17,70
07	Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos comestíveis	1.904	2.018	0,18	2.624	2.373	0,27	17,59
86	Veículos e material p/ vias férreas etc; aparelhos mecânicos de s	4.197	3.066	0,28	3.844	2.269	0,26	-26,00
42	Obras de couro; artigos de correio ou de seleiro; artigos de via	171	3.704	0,33	139	2.228	0,26	-39,84

28	Produtos químicos inorgânicos	4.223	2.305	0,21	5.015	2.169	0,25	-5,90
96	Obras diversas	413	2.555	0,23	215	2.106	0,24	-17,55
91	Relojoaria	4	898	0,08	5	1.890	0,22	110,44
31	Adubos e fertilizantes	1.424	1.115	0,10	4.825	1.708	0,20	53,19
57	Tapetes e outros revestimentos para pavimentos, de matérias tê.	289	2.151	0,19	208	1.569	0,18	-27,07
09	Café, chá, especiarias	181	1.207	0,11	241	1.527	0,18	26,49
37	Produtos para fotografia e cinematografia	117	1.724	0,16	65	1.367	0,16	-20,74
18	Cacau e suas preparações	226	838	0,08	281	1.006	0,12	20,04
65	Chapéus e artefactos de uso semelhante, e suas partes	103	1.695	0,15	68	858	0,10	-49,36
29	Produtos químicos orgânicos	707	1.248	0,11	470	848	0,10	-32,08
35	Matérias albuminoides	322	1.086	0,10	252	760	0,09	-29,97
23	Resíduos das indústrias alimentares; alimentos p/animais	1.065	539	0,05	1.221	694	0,08	28,62
56	Pastas (ouates), feltros e falsos tecidos; fios especiais; cordéis,	237	1.174	0,11	145	599	0,07	-48,97
59	Tecidos impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados	281	604	0,05	215	578	0,07	-4,38
11	Produtos indústria moagem; malte; amidos e féculas; inulina; gli	4.550	1.521	0,14	1.386	548	0,06	-63,97
12	Sementes/frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos	44	485	0,04	37	461	0,05	-4,87
24	Tabaco e seus sucedâneos manufacturados	69	625	0,06	43	395	0,05	-36,78
97	Objectos de arte, de colecção ou antiguidades	13	300	0,03	8	351	0,04	16,87
55	Fibras sintéticas ou artificiais descontínuas	67	520	0,05	27	342	0,04	-34,27
08	Frutas; cascas de citrinos e de melões	143	434	0,04	126	322	0,04	-25,92
10	Cereais	176	268	0,02	369	295	0,03	10,34
58	Tecidos especiais; tufados; rendas; tapeçarias; passamanarias;	27	292	0,03	12	269	0,03	-7,63
79	Zinco e suas obras	203	330	0,03	104	174	0,02	-47,27
54	Filamentos sintéticos ou artificiais	28	355	0,03	16	164	0,02	-53,92
52	Algodão	87	417	0,04	30	161	0,02	-61,26
67	Penas e penugem preparadas e suas obras; flores artificiais; obr	25	311	0,03	15	137	0,02	-56,10
88	Aeronaves e outros aparelhos aéreos ou espaciais, e suas parte	1	36	0,00	1	132	0,02	266,70
46	Obras de espartaria ou de cestaria	21	180	0,02	9	84	0,01	-53,41
13	Gomas, resinas e outros sucos e extractos vegetais	12	112	0,01	10	84	0,01	-25,39
36	Pólvoras e explosivos, matérias inflamáveis	75	170	0,02	63	82	0,01	-51,42
66	Guarda-chuvas, sombrinhas, guarda-sóis, bengalas, chicotes e s	7	85	0,01	8	79	0,01	-7,61
92	Instrumentos musicais, suas partes e acessórios	4	213	0,02	2	56	0,01	-73,59
80	Estanho e suas obras	2	11	0,00	4	45	0,01	323,15
AMOSTRA		653.386	1.103.963	99,65	499.372	866.507	99,75	

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Notas:

- Informação corrigida dos valores confidenciais

§ - Coeficiente de variação $\geq 1000\%$ ou valor zero no período anterior

ANEXO C

Portugal: Importações de Angola

PORTUGAL: IMPORTAÇÕES DE ANGOLA

N.C.	PRINCIPAIS MERCADORIAS	2009 (Janeiro/Junho)			2010 (Janeiro/Junho)			Var. %
		Tons	1000 EUR	% Tot	Tons	1000 EUR	% Tot	
	TOTAL	293.902	50.577	100,00	810.375	325.776	100,00	544,12
27	Combustíveis/óleos minerais e prod destilação; mat betuminosas; ceras minerais	292.830	49.367	97,61	808.612	322.796	99,09	553,87
84	Reactores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	8	75	0,15	77	816	0,25	989,17
87	Veículos automóveis, tractores, ciclos e outros veículos terrestres, partes	10	173	0,34	98	637	0,20	267,08
85	Máquinas, aparelhos e materiais, eléctricos, e suas partes	3	125	0,25	12	585	0,18	368,90
73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço	9	10	0,02	30	215	0,07	§
90	Instrumentos de óptica, fotografia, cinematografia, medida, controle, etc	0	79	0,16	6	167	0,05	112,00
25	Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, calcário	295	36	0,07	1.311	163	0,05	348,55
94	Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões, almofadas e semelhantes; etc	4	21	0,04	3	128	0,04	508,31
44	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	332	257	0,51	158	108	0,03	-58,06
09	Café, chá, especiarias	195	333	0,66	35	48	0,01	-85,45
39	Plásticos e suas obras	0	0	0,00	6	19	0,01	§
70	Vidro e suas obras	0	2	0,00	0	19	0,01	§
	AMOSTRA	293.686	50.478	99,80	810.348	325.701	99,98	

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Notas:

- Informação corrigida dos valores confidenciais

§ - Coeficiente de variação >= 1000% ou valor zero no período anterior